

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Medicina

Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Sergio Rosa Neves Temponi

**“TUDO É VIOLÊNCIA, VIVER É VIOLÊNCIA”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIONAL CENTRO-SUL DE
BELO HORIZONTE/MG SOBRE VIOLÊNCIA**

Belo Horizonte

2020

Sergio Rosa Neves Temponi

**“TUDO É VIOLÊNCIA, VIVER É VIOLÊNCIA”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIONAL CENTRO-SUL DE
BELO HORIZONTE/MG SOBRE VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ribeiro

Belo Horizonte

2020

Ficha catalográfica:

T288r	<p>Temponi, Sergio Rosa Neves. Representações sociais de mulheres em situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência [manuscrito]. / Sergio Rosa Neves Temponi. - - Belo Horizonte: 2020. 144 f. Orientador (a): Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro. Coorientador (a): Luiz Paulo Ribeiro. Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.</p>
309	NLM: WA

1. Pessoas em Situação de Rua. 2. Violência contra a Mulher. 3. Identidade de Gênero. 4. Participação da Comunidade. 5. Direitos Humanos. 6. Política Pública. 7. Dissertação Acadêmica. I. Pinheiro, Tarcísio Márcio Magalhães. II. Ribeiro, Luiz Paulo. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Profa. Sandra Goulart Almeida

Vice-Reitor

Prof. Alessandro Moreira

Pró-Reitor de Pós-graduação

Prof. Fábio Alves

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Mário Campos

Diretor da Faculdade de Medicina

Prof. Humberto José Alves

Chefe de Departamento de Medicina Preventiva e Social

Prof. Raphael Augusto Teixeira de Aguiar

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde Prevenção
da Violência

Profa. Dra. Elza Machado de Melo

Subcoordenadora do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde Prevenção
da Violência

Prof.^a. Cristiane de Freitas Cunha Grillo

Colegiado do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde Prevenção
da Violência

Profa. Elza Machado de Melo – Coordenadora

Profa. Cristiane de Freitas Cunha – Subcoordenadora

Profa. Andréa Maria Silveira

Profa. Efigênia Ferreira e Ferreira

Profa. Eliane Costa Dias Macedo Gontijo

Profa. Palmira de Fátima Bonolo

Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Representante discente: Maria Beatriz Oliveira

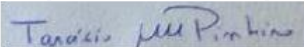
FOLHA DE APROVAÇÃO

TUDO E VIOLÊNCIA, VIVER É VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIONAL CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE/ MG SOBRE VIOLÊNCIA

SÉRGIO ROSA NEVES TEMPONI

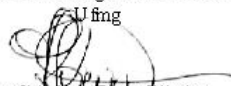
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, área de concentração PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

Aprovada em 23 de junho de 2020, pela banca constituída pelos membros:



Prof(a). Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro - Orientador

ufmg



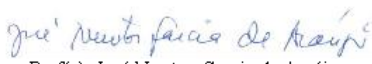
Prof(a). Luiz Paulo Ribeiro

UFMG



Prof(a). Elza Machado de Melo

ufmg



Prof(a). José Newton Garcia de Araújo

puc/mg

Belo Horizonte, 23 de junho de 2020.

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Essa dissertação seria insuficiente para expressar tantas possibilidades de agradecimento. São trajetórias, percursos, pessoas, caminhos e histórias. A vida que se cruza, inevitavelmente, entre sujeitos, estabelece o que pode ser produzido com tal encontro. Potente, sempre nessa esperança. Dessa forma, quero antes de tudo agradecer a meus pais. Nair Rosa e Suveny de Souza Neves, queridos. Intensos. Humildes. Solidários. Sensíveis. Nesse mundo de histórias amargas e sofridas pelas quais eles passaram, também deixaram conquistas. Deixaram uma marca que poderia ser apenas de reprodução de mais uma geração em que a violência marcaria o DNA dos seus rebentos. Mas a vida é a única maneira de vencer a morte. Passaram marcando o desejo, ainda que frágil e insuficiente, de mostrar que há um caminho melhor a seguir. Desejosos pelos filhos, lá desde a tenra infância de cada um. Desejos pensados e calculados nos seus sonhos. Não sabiam eles o que poderia ser, mas que seus filhos seriam pessoas importantes. De fato, somos. Uma prole de nove filhos, que percorreram em suas caminhadas um monte de encruzilhadas, que traçaríamos sem sua constante vigilância. Apenas desejosos. Eles aspiravam. E em toda essa trajetória, que caberia em uma nova dissertação, eles superaram a miséria e aspiraram em mim a vontade, talvez inconsciente, de manter o corte, a ruptura dessa linha que tangia a perpetuação de um amargor e irreparável caminho de violência devido às grandes vulnerabilidades.

O melhor caminho ao qual eu pude seguir foi resposta de seus desejos e aspirações. As preces incessantes para que eu pudesse superar a labuta braçal, já que viam agruras em não ser o melhor percurso. Esse lugar me fortaleceu e me deu ânsia por caminhar. Cada jornada, ainda que sem muito sentido para eles. Às vezes criticada como excesso. Mas eu permanecia firme. Estudar é preciso, mesmo que para eles eu já tenha alcançado tudo de melhor, e melhor tenha me tornado por causa dos estudos. Pais. Eternos desde já. Agradeço-lhes e dedico à nossa história.

Obrigado pelo respeito, pela admiração e pelo amor incondicional a mim ofertados.

HOMENAGEM

Dedico esse trabalho com todo o meu afeto e produções subjetivas e materiais que advieram dessa caminhada a elas. Muito se pode oportunizar para o fortalecimento e êxodo da trajetória de marginalização em que se encontravam as mulheres, travestis, transexuais, transgêneras e cisgêneras¹.

Àquelas ainda que não cabem dentro das normativas conceituais e epistemológicas. Esses campos científicos servem para compreender o mundo. Ah! Mas tem aquele campo que serve para dar vida ao mundo só pelo encontro do olhar. Só de ouvir a história. Esse campo faz toda e total diferença na nossa caminhada e na produção que requer humanização dos nossos ouvidos, da nossa escuta e acolhida.

Esse lugar, ora inominável, dá a beleza da ação, do fazer emancipatório e produtor de um novo sonho. Uma nova inscrição. Uma nova Representação Social do que é ser gente, nesse cenário de escárnio pela cegueira social classista e exclusão das várias diversidades.

As vozes passam a ressoar e a visibilidade para além das normatividades hegemônicas começa a despontar. Mais ainda. Para além do que imaginavam alcançar. A materialização da cidadania e existência dessas mulheres onde quer que elas circulem e ocupem.

Vocês são o processo mais lindo de transformação, de fortalecimento e autonomia que esse trabalho poderia testemunhar! Obrigado!

Sergio Temponi

¹ Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero atribuído ao nascimento".

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos a todas as divindades que podem ser nominadas neste momento. Seja dado o nome de Deus (ou dos vários deles), de passe, de benção, de benzedura, de milagre, de luz. É nesse desejo de esperança e harmonia que materializo minha gratidão.

Agradeço à minha mãe Nair Rosa e ao meu pai Suveny de Souza, por terem me dado à luz. Toda luz necessária para o percurso trilhado nessa vida.

Agradeço à professora Elza pela pessoa radiante que é. Que se doa tanto e oportuniza trazer uma parte de si para dentro de nós. Eu tenho uma parte sua em mim, que digo que é energia pulsante. Logo, personificação do bem.

Pelos amigos construídos na trajetória acadêmica. De professores a alunos, ainda lá nas “isoladas”, momento em que de fato se produziu muita unidade. Nosso caminho não se descruzará mais.

Ao Para Elas que foi a porta inicial de todo esse percurso lindo que não poderia deixar sem uma marca no coração da gente.

Pela minha família da resistência, que se tornou a melhor família que jamais sonharia em ter. Irmãs que formaram uma rede de apoio, proteção e cuidado, dando, cada uma de si, sua dose para que meus dias fossem os melhores.

Minhas sobrinhas e sobrinhos, de sangue e de resistência. São os melhores que poderia jamais desejar.

Ao meu orientador Tarcísio que esteve tão disponível em todos os momentos de diálogos e alinhamentos. Foram muitos.

Ao meu irmão, amigo, conciliador, conselheiro, e também coorientador, Luiz Paulo Ribeiro. Sem seu zelo por mim, jamais conseguiria finalizar essa caminhada.

Ao meu irmão Juarez que pela doçura da vida me concedeu o privilégio de sermos irmãos sanguíneos e amigos. Aos meus irmãos que me forçaram a aprender a lidar com as diversidades normativas. Cada um com sua peculiaridade. Às minhas irmãs, que me ensinaram a ser forte. Suportando as agruras e reconhecendo-me no amor.

Aos meus amados colegas do Serviço de Abordagem Social Centro-Sul-SEAS, que me deram a alegria de retomar o projeto político desenhando um lugar lindo para essas mulheres. Especialmente ao investimento dos técnicos e arte educadores no alavancar das potencialidades que pudemos almejar em construir com cada uma das usuárias que compuseram nossa pesquisa e outras tantas. À Marcela, que viveu na pele essa trajetória. Superou. Se tornou trabalhadora em abordagem social. Educadora Par.

À minha amiga Fátima, supervisora do SEAS, pois eu não existiria ali sem ela. Ao meu querido Celinho, diretor da Regional Centro-Sul, ao amigo José Crus, Secretário de Assistência Social. Aos amigos da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente que acreditaram na importância desse trabalho.

Ao meu amado marido, Luiz Gomes Temponi. Sobrenome esse que passa a traduzir as figuras importantes para minha vida. Rosa, nome composto da minha mãe, Neves, do meu pai, e Temponi, do marido. Esse marido que soube cuidadosamente aprender a caminhar comigo. Nos educamos juntos, nos tornamos cúmplices, solidários, mais humanos e, acima de tudo, construímos uma nova família. Essa possibilidade agregará a continuidade de uma nova e linda história. Agradeço sua atenção, apoio, colaboração nos trabalhos e atividades das nossas vidas. Obrigado pelo fazer-se presente, ainda que se desdobrando no tempo-espço para mantermo-nos unidos.

Aos meus novos familiares Temponi. Essa família que me reconheceu no amor incondicional mesmo em terras desconhecidas. Minha sogra Adercy pelo acolhimento no afeto e respeito.

Enfim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente com esta dissertação, com a minha construção e com o que eu tenho me tornado diariamente...

RESUMO

As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das populações também são manifestas e se apresentam no cenário da pessoa em situação de rua. Inclusive nas grandes metrópoles. Tal fenômeno tem se tornado um problema de saúde pública e de urgência na promoção e proteção à cidadania de populações vulnerabilizadas. As políticas públicas somam esforços que são evidentes com a articulação intersetorial e outras agendas. Contudo, cada dia mais aumenta o contingente de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. As mulheres que se encontram nessa situação estão em condições muito peculiares de violação de direitos. O objetivo dessa pesquisa foi identificar a(s) representação(ões) social(ais) das mulheres em situação de rua da regional Centro-Sul de Belo Horizonte sobre a violência. Realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa com aplicação de questionário estruturado a 22 mulheres e 3 entrevistas narrativas semiestruturadas, para as análises das representações produzidas pelas falas e relatos de vivências de mulheres em situação de rua. Adotou-se o método da análise de conteúdo conjugada com a análise léxica. Tal análise de dados destacou a organização da mulher, sua força individual, suas representações sobre a vida em situação de rua e como isso compõe sua experiência sobre a violência. Através das entrevistas, percebe-se que pelo menos 75% das mulheres entrevistadas são migrantes que vieram para a capital visando a melhoria de suas condições de existência, com trajetória ainda de violência intrafamiliar ou doméstica. Considerou-se que as representações sociais das mulheres cisgêneras e transgêneras em situação de rua são muito similares, embora vivenciem estratégias diferentes para lidar com as vulnerabilidades postas diante de sua exposição às violências nas ruas. Esta dissertação buscou contribuir para a instrumentalização e delineamento de práticas interventivas, e alinhamentos metodológicos para os processos de trabalhos de equipes, de programas e serviços, que acessam usuárias em situação de rua a partir das construções identificadas pelas usuárias desses serviços socioassistenciais. Dessa forma, tornam-se imprescindíveis às políticas públicas a ampliação e compreensão sobre a acolhida e formas de intervenção mais assertivas, pautadas nas seguranças afiançadas e de direitos humanos e cidadania.

Palavras-chave: Representações Sociais. Pessoa em situação de rua. Violência. Mulheres em situação de rua. Gênero.

Descritores: Mulher em situação de rua. Entrevista Narrativa. Mulher. Gênero.

ABSTRACT

The multiple faces of violence and its impact on the health of populations are also evident and present themselves on the scene of homeless people, including in large cities. This phenomenon has become a public health problem and an urgent one in promoting and protecting citizenship of vulnerable populations. Public policies add up to efforts that are evident with intersectoral articulation and other agendas. However, the number of homeless people in Belo Horizonte is increasing every day. Women who are in this situation are in very peculiar conditions of violation of rights. The objective of this research was to identify the social representation (s) of homeless women in the central-south region of Belo Horizonte on violence, in view of their own condition of vulnerability, by the representation that they have of themselves and their condition of life on the streets. The methodology was guided by qualitative research with the application of a structured questionnaire to 22 women and by 3 semi-structured narrative interviews. The analysis of the representations produced by the speeches and reports of the experiences of women living on the street, these data through content analysis combined with the lexical analysis, in addition to the analysis of trajectories. Such data analysis proposed to answer the hypotheses of women's organization, individual strength, their representations about life on the street and how this composes their experience about violence. Through the interviews, it can be seen that at least 75% of the women interviewed are migrants, who came to the capital to improve their conditions of existence, with a trajectory of intrafamily or domestic violence. It was considered that the social representations of cisgender and transgender women living on the streets are very similar, although they experience different strategies to deal with the vulnerabilities posed by their exposure to street violence. Thus, this dissertation sought to contribute to the instrumentalization and delineation of interventional practices and methodological alignments for the work processes of teams, programs and services that access street users from the constructions identified by the users of these social assistance services, becoming essential to public policies, also expanding the understanding of the reception and more assertive forms of intervention, based on secured security and human rights and citizenship.

Keywords: Social Representations. Homeless person. Violence. Homeless women. Gender.

Descriptors: Homeless woman. Narrative Interview. Woman. Gender.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de pessoas em situação de rua (n=6117) cadastradas e atualizadas por regionais de Belo Horizonte – números absolutos e relativos 2018.....	64
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: O mapeamento dos usos no Hipercentro.....	81
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Acolhimento Institucional

BH – Belo Horizonte

CENTRO POP - Centro de Referência da População em Situação de Rua

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CIAM - Centro Integrado de atendimento à Mulher

CIAMP-RUA - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

DH - Direitos Humanos

GGCEA - Gerência de Gestão dos Canais Eletrônicos de Atendimento

GGTEP – Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

LGBTIQ - Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Identidade Queer

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MNPSR - Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua

MSR – Mulher em Situação de Rua

NOB - Norma Operacional Básica

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSE-MC - Proteção Social Especial de Média Complexidade

PSR - População em Situação de Rua

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SMASAC - Secretaria Municipal De Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMSABH – Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte

SS - Serviços Socioassistenciais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUASS - Subsecretaria de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TNSS - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

UAI - Unidades de Acolhimento Institucional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADES SOCIAIS	21
1.1	INDAGAÇÕES SOBRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E VIOLÊNCIA	21
1.2	COMPREENSÃO DO PROBLEMA	28
2	REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS	29
2.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	29
2.2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
3	AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O FENÔMENO E OS SUJEITOS	37
3.1	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, MENDIGOS, VAGABUNDOS, BANDIDOS, PECADORES, LOUCOS - NARRATIVAS PARA COMPREENDER A HISTÓRIA	37
3.2	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: IDENTIDADE(S) E REPRESENTAÇÃO(ÕES) SOCIAL(AIS) RECONSTRUÍDAS POR ALGUMAS RELIGIÕES.....	38
3.3	A RELIGIÃO ATRAVESSA A IDENTIDADE DA PESSOA VULNERÁVEL NO DECORRER DA HISTÓRIA	42
3.4	A SITUAÇÃO DE RUA ATUAL NO BRASIL E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	52
3.5	O MOVIMENTO DO CONTROLE SOCIAL E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA CIDADANIA DE POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA	55
3.6	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIONAL CENTRO-SUL EM BELO HORIZONTE	63
3.7	AVALIAÇÃO DO CENÁRIO DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E RS.	68
4	“TUDO É VIOLÊNCIA, VIVER É VIOLÊNCIA!”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	70
4.1	INTRODUÇÃO.....	71
4.2	A MULHER E A VIOLÊNCIA: GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	73
4.3	PERCURSO METODOLÓGICO	78
5	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS	82
5.1	DADOS SISTEMÁTICOS DOS SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS E UNIÃO.....	82
6	ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS	88
6.1	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIONAL CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE E A VIOLÊNCIA.....	88

6.2	CATEGORIA 01: GÊNERO	91
6.3	CATEGORIA 02: LOCAL DE VIDA, DE INSERÇÃO SOCIAL OU DE PROTEÇÃO À VIOLÊNCIA?	94
6.4	CATEGORIA 03: A 'OCUPAÇÃO' E A VIOLÊNCIA	97
6.5	CATEGORIA 04: A VIOLÊNCIA DOS 'COMPANHEIROS'	98
6.6	CATEGORIA 05: IDENTIDADE E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL.....	102
6.7	CATEGORIA 06: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA	104
7	DISCUSSÃO	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	POSFÁCIO: SOBRE A PEQUENEZ DESSA INVESTIGAÇÃO DIANTE DE TANTAS MAZELAS	121
8	REFERÊNCIAS.....	125
9	APÊNDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS INICIAL.....	135
10	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	140
11	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA.....	142
12	APÊNDICE D- CARTA DE ANUÊNCIA	144

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação de mestrado é analisar as representações sociais de mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, sobre violência. Partimos do pressuposto que ser mulher em um contexto de vulnerabilidade social, como é o caso da vida nas ruas de uma grande capital, faz com que tais sujeitas se vejam impelidas a pensar, sentir e agir de formas peculiares em relação ao fenômeno da violência. Primordialmente, procurou-se identificar as representações sociais sobre violência através do que narram as mulheres em situação de rua, a partir de seus protagonismos enquanto autoras e não apenas como um objeto científico. Assim, vivenciar a violência das ruas, pela perspectiva das mulheres, demanda desde estratégias para representá-las, como também recursos para o enfrentamento nos diversos contextos cotidianos.

Desde a sua formação acadêmica, o autor deste trabalho manteve a preocupação com populações vulnerabilizadas pelo contexto de violação de direitos e perdas das garantias mínimas, sendo motivo de envolvimento com as práticas sociais no campo da psicologia social e política, assim como da própria política pública.

A formação acadêmica do pesquisador e sua atuação no campo da proteção e garantia de direitos humanos é marca que o leva a desenvolver pesquisas na área para fomentar o debate, metodologias, reflexões e agir no campo da proteção social. Isso implica uma atenção técnico-profissional voltada para o entendimento e intervenções do fenômeno da violência e suas formas de prevenção. Dessa forma, evidencia-se a precisão de uma abordagem sistemática a populações vulneráveis no que tange à dimensão inalienável de defesa dos direitos humanos, da individualidade, fomentando assim, a construção ou reconstrução de vínculos, sobretudo, com vistas à promoção da autonomia e da sociabilidade, favorecendo o fortalecimento e protagonismo de sujeitos e populações vulnerabilizadas.

Assim, acreditando na contribuição desse mestrado e de todo o marco teórico e abordagens metodológicas, pretende-se potencializar uma revisão contundente e crítica na prática do trabalho com populações em situação de rua, com vistas à prestação e construção de um

exercício mais qualificado em face das demandas dos usuários das políticas públicas sociais, no que concerne à intervenção prática, ética e política da atuação dos profissionais no campo da defesa e garantia dos direitos humanos, avançando-se para um projeto de pesquisa com mulheres em situação de trajetória e vida nas ruas.

Como repercussões desta investigação, espera-se subsidiar práticas no que tange à construção de conhecimentos, à produção de informações e à elaboração de dispositivos e instrumento teóricos e metodológicos que fomentem a revisão e subvencione novas práticas e intervenções na orientação de programas, projetos, serviços e ações de governo nas políticas sociais, no trabalho para com populações em situação de vida nas ruas, em especial mulheres vulnerabilizadas socialmente.

Outrossim, a presente pesquisa se insere numa perspectiva interdisciplinar e intersetorial na medida em que propõe um campo de pesquisa articulado entre o Programa de Mestrado Profissional de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência e a Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Proporciona-se em suas diversas linhas de pesquisa articular o campo acadêmico, teórico, ao empírico e da execução da política pública, favorecendo construções de possibilidades de intervenção diante dos fenômenos sociais.

O estudo também se justifica pelo fato de que pretende apreender fenômenos complexos, multifacetados e multideterminados presentes no campo da assistência social, seus atravessamentos e na sua intervenção sobre os fenômenos da desproteção social, da violência e da violação de direitos de pessoas em situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte.

Buscou-se apresentar como objetivos geral e específicos: traçar o perfil de mulheres em situação de rua da Regional Centro-Sul em Belo Horizonte; identificar as representações sociais da violência para mulheres em situação de rua na referida regional, bem como analisar as repercussões de tais representações e vivências para mulheres em situação de rua, avaliando possíveis intervenções pelas políticas públicas de assistência social do município.

Dito isso, dividiu-se em três partes a redação da presente pesquisa:

A primeira parte traduziu-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o fenômeno de pessoas em situação de rua e suas vulnerabilidades sociais, com um quadro paradoxal entre o querer de determinadas populações de diferentes classes sociais, diante de requerimentos e solicitações que visam à higienização social diante da população em situação de rua. A seguir, evidencia-se a relação de suas representações sociais, na perspectiva de violações de direitos, que são fenômenos de violência.

No segundo capítulo pretende-se apresentar os referenciais epistemológicos e metodológicos, trazendo à luz a teoria das Representações Sociais, de maneira a elucidar compreensões que são lançadas para o trabalho.

Já no terceiro capítulo, apresenta-se um panorama histórico sobre o fenômeno em foco e seus sujeitos, propondo a compreensão sistêmica do objeto em questão, através de uma exposição do percurso sócio histórico até chegar à contemporaneidade e, especificamente, no território compreendido pela Regional Centro-Sul de Belo Horizonte.

A segunda parte compreende o quarto, quinto e sexto capítulos, que se consagrou como um artigo científico, em que foi apresentada parte dos dados coletados, uma vez que a metodologia possibilitou um vasto universo informacional sobre as mulheres em situação de rua, que transcendia o objeto do estudo que eram suas representações sobre a violência.

Com vistas à conclusão, talvez a mais arriscada, apresenta-se a terceira parte, na tentativa de imprimir as considerações. Produziu-se uma análise das representações sociais das mulheres em situação de rua e uma proposta de manejos possíveis de intervenção no campo das políticas públicas, de forma a garantir direitos de cidadania.

1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADES SOCIAIS

1.1 Indagações sobre mulheres em situação de rua e violência

Pessoas em situação de rua em Belo Horizonte têm se tornado um grave problema a ser pensado em todas as esferas de proteção, especialmente, a proteção social especial de média complexidade, sendo locus de atuação do serviço que atua diretamente com pessoas que estejam diante dessa vulnerabilidade social, assim como sua superação, construída de maneira articulada com a proteção social especial de alta complexidade. Para contextualização desta investigação, informa-se que, na regional Centro-Sul encontra-se aproximadamente 70% de toda a população em situação de rua de Belo Horizonte.

O Sistema Informatizado de Atendimento ao Cidadão (SACWEB) é uma ferramenta de apoio para o atendimento ao cidadão pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do qual o usuário poderá obter informações sobre alguns serviços prestados pela municipalidade, solicitá-los e acompanhá-los. A estes procedimentos dá-se o nome de manifestação.

Referenciado pela GGCEA - Gerência de Gestão dos Canais Eletrônicos de Atendimento e endereçado aos diversos setores da Prefeitura Municipal, o SACWEB é um importante canal de diálogo entre o executivo municipal e os municípios. O cidadão, ao realizar suas demandas para as políticas públicas, sejam elas de várias especificidades (recapeamento de vias públicas, fiscalização, pessoas em situação de rua, etc), recorrem a essa ferramenta virtual de manifestação.

As demandas voltadas para as pessoas em situação de rua são endereçadas à subsecretaria de Assistência Social, para as unidades do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), distribuídas dentro das 9 regionais administrativas de Belo Horizonte. Na unidade CREAS, são encaminhadas para o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), que acolhe, orienta, encaminha e retorna à resolução para o cidadão através da resposta gerada por um protocolo de atendimento on-line ou pelo Telefone Fácil da Prefeitura de Belo Horizonte-156.

Na regional Centro-Sul, no período de 01/01/2018 a 17/06/2018 havia 68 solicitações² de munícipes, em relação a um total de 24 cidadãos que se encontravam em situação de rua. Tais manifestações geraram intervenções do CREAS-CS através do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS-CS). Isso quer dizer que para cada pessoa em situação de rua identificada houve 3 manifestações para o serviço de abordagem social.

Já no segundo semestre do mesmo ano, obtivemos pelo SACWEB, no período de 17/06/2018 a 17/12/2018, um total de 131 solicitações e 129 execuções, com apenas 2 solicitações indeferidas³, o que representa um crescente número de demandas para atuar juntamente a pessoas em situação de rua⁴.

A maioria dessas demandas voltadas para a Assistência Social está vinculada à busca de resolução de queixas e conflitos, referentes à população em situação de rua por parte de moradores e comerciantes locais. Essas queixas não objetivam a proteção do cidadão em situação de rua, mas expressam uma insatisfação pela presença dessas pessoas próxima às entradas de prédios, condomínios e comércios locais, especificamente na zona sul da capital.

Tais demandas mobilizam ações do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) para a identificação e compreensão das solicitações, a fim de que se possam dar respostas efetivas no campo da proteção ao cidadão em situação de violação de direitos, bem como responder ao interesse público do outro munícipe, pela defesa de seus direitos também.

Diante desses números, vê-se impulsionada a atuação do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) junto aos territórios, na perspectiva de construção de um processo

2 Relatório Quantitativo de Demanda de Serviços por Forma de Atendimento- Relatório de atendimentos criados no período de 01/01/2018 à 17/06/2018

3 Relatório Quantitativo de Demanda de Serviços por Órgão Atual - Relatório de atendimentos criados no período de 18/06/2018 à 17/12/2018

4 Sistema Informatizado de Atendimento ao Cidadão – SACWEB - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

de superação das condições de vulnerabilidade, promovendo autonomia aos cidadãos, orientados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - TNSS.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) destina-se à identificação e ao acompanhamento socioassistencial de crianças, adolescentes, adultos e idosos que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. Busca resolver as necessidades imediatas manifestadas por este público e promover a sua inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. Seu principal objetivo é a construção de processos de saída das ruas e garantia dos direitos de cidadania. Opera ainda por meio da construção de vínculos de confiança entre seus usuários e os agentes públicos encarregados do seu atendimento.

É importante ressaltar que o SEAS não legitima a ocupação das ruas e outros espaços públicos para moradia e/ou atividades que visem à sobrevivência e também não atua na retirada compulsória dos moradores de rua dos espaços públicos, nem utiliza métodos coercitivos que possam ferir o direito de ir e vir desses cidadãos. A atuação deste serviço de assistência social pressupõe outra perspectiva e metodologia para o atendimento à população em situação de rua.

O SEAS não corresponde, portanto, às demandas populares que ensejam a exclusão social e a higienização dos espaços públicos de direito e acesso a todos que fazem uso das ruas, seja transitório ou permanente. A situação de rua, como veremos a seguir, não se trata de uma escolha deliberada do sujeito, e portanto, não está condicionada apenas à sua decisão de permanência. Veremos que os motivos que levam uma pessoa a viver nas ruas são multidimensionais e tangem a situações de graves vulnerabilidades.

Destacamos que a atuação deste serviço está resguardada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) (Brasil, 2009), para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas, e ainda pela Portaria Municipal Conjunta 001/2017, que institui a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à população em situação de rua e dá outras providências,

tendo, dentre outros objetivos, o de não atuar na retirada compulsória de pessoas em situação de rua, mas sim operar a fim de reduzir as violações de direitos e construir com os cidadãos que ali se encontram estratégias para a superação das ruas.

Ações são constantemente ofertadas no âmbito da Política de Assistência Social, tendo por objeto promover intervenções de proteção social através do trabalho desenvolvido, como a inserção de usuários na rede de serviços, a mediação para garantia de direitos, o acompanhamento socioassistencial, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a construção de projeto de vidas, dentre outros.

É complexo perceber neste percurso que as questões sociais como a pobreza e as várias situações do campo relacional deflagram vulnerabilidades sociais e pouca solidariedade na sociedade para garantir proteções. Ao mesmo tempo que se tem uma questão social em decorrência das relações de poder, econômicas, de trabalho, culturais e de classes, tem-se também populações vulneráveis que não se encaixam dentro dessa lógica social e do consumo, que impele a supressão das diversidades e vivências pela cidade. Presencia-se nos grandes centros urbanos essa realidade social marcada por grandes desigualdades. A pobreza ainda é considerada uma situação de repulsa social.

A condição da miséria eventualmente deflagrada em algumas camadas sociais é considerada inquietante aos olhos de classes mais altas. Essas vulnerabilidades visíveis provocam inquietação e é exigido seu afastamento. Curiosamente, não se percebe uma perspectiva de zelo ou cuidado efetivo ao outro que está em desproteção, uma tentativa de auxílio, apoio ou proteção, mas, ao contrário, desejam distanciamento àquilo que causa incômodo e demandam sua exclusão.

Em geral, o que a sociedade regulada pelo consumo percebe nesses cidadãos é ausência de sentido, de projeto de vida. Os associam a vadiagem. Dessa forma, supõem que tal vivência não deva ser manifesta aos olhares normativos de uma sociedade que é regulada pelo consumismo advindo dos processos capitalistas e marcadamente por divisão de classes

sociais. Logo, se as pessoas em situação de rua não estão nessa lógica de produção e consumo imposta pelo capital, elas não servem para viver nessa sociedade.

Mas quem são estas pessoas que estão em situação de rua? Sabe-se, pela experiência desenvolvida nas políticas de Assistência Social, que as pessoas em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte vêm de uma trajetória de exclusão social e relacional, expulsão de seus lares por conflitos familiares, violências e abusos, dentre outros. Situações de vulnerabilidades que advém de uma trajetória que é duplamente violadora: a exclusão social e a reiterada violência estrutural da negação de direitos às populações vulneráveis por falta da presença e ação do Estado.

São amplas as diversidades encontradas entre pessoas em situação de vida nas ruas, incluindo pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e identidade Queer (LGBTQI+⁵), deficientes e idosas. Às vezes são famílias inteiras. Pessoas que foram excluídas de seus afetos por violências e abusos sexuais, uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas, prostituição, entre outros fatores, sofrendo exclusão social, familiar e relacional em todos os níveis. São pessoas que estão em constante exposição de sua integridade física, mental e social. Para que possam suportar essa condição de vulnerabilidade e riscos aos quais estão assujeitadas diariamente, expõem-se permanentemente a situação de exploração sexual, trabalhos sexuais, informalidade no mercado de trabalho, buscando se organizar minimamente de modo a se preservar dentro das dinâmicas que lhe são possíveis.

Há também populações camponesas ou dos interiores do estado e, ainda, de outros estados, que migraram para a capital à procura de maior empregabilidade e do sonho de uma vida melhor que a do campo ou de suas cidades de origem. Em outros casos, por não conseguirem

5 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Identidade Queer e Intersexuais, são orientações sexuais e identidades de gênero, distintas à orientação sexual heterossexual e identidade cisgênero, que estão associadas à normatividade hegemônica social atribuídas ao nascimento das características masculinas/homens cisgênero heterossexuais e femininas/mulheres cisgênero heterossexuais. (grifo nosso).

sustentar a família em uma moradia com despesas de aluguel e de alimentação do grupo familiar, os sujeitos são impelidos a ir para as ruas, às vezes abandonando sua família ou levando consigo todos, mas expondo seus membros a condições precárias de convivência social e comunitária, o que amplia suas vulnerabilidades.

A condição de vida nas ruas se coloca como uma ampliação das vulnerabilidades sociais e se torna uma porta de entrada para diversas comorbidades e agravamentos de doenças, em decorrência do não suprimento de necessidades básicas dessa população. Com tantas necessidades, passam a se tornar secundários os processos preventivos, facilitando o acesso ao sexo sem proteção ou contraceptivos. Há os que se envolvem no uso abusivo de substâncias químicas, dependência e envolvimento com o tráfico de drogas, tendo diversas outras formas de ameaças e riscos sociais contra sua própria integridade. Esses são vários fenômenos aos quais estão expostas as pessoas em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte.

Tal cenário torna-se cada vez mais preocupante, tendo em vista o crescimento do número de pessoas nessas condições no centro e hipercentro da capital por diversas razões: acesso à caridade, mendicância, oferta de programas e serviços socioassistenciais, como restaurantes populares em que têm alimentação gratuita garantida, albergues e abrigos, e facilidade de atividades no mercado informal, como cuidadores e lavadores de carros, catadores de materiais recicláveis e vendedores de pequenas mercadorias em semáforos.

De acordo com o relatório extraído por meio de geoprocessamento, georreferenciamento e análise qualitativa/quantitativa da base de dados do Cadastro Único (CAD.UNICO) do município de Belo Horizonte, referente ao mês de agosto/2018, tem-se que na cidade há 6.241

pessoas em situação de rua inscritas e com os seus cadastros atualizados nos últimos 24 meses⁶.

Ao transitar pelo centro da capital mineira, tem sido comum identificar o aumento da circulação e convivência de mulheres em situação de rua nos espaços públicos e de maior densidade populacional. Essa avaliação quantitativa é confirmada pelos dados do SIGPS⁷, através da inserção dos atendimentos de mulheres no território da regional Centro-Sul.

Temos identificado casos de gestantes, idosas, e em menor quantidade crianças ou adolescentes femininas, que quando encontradas estão com algum familiar, ou evadidas de lares violentos ou de acolhimento institucional. Também há casos de adolescentes em conflito com a lei, que evadiram de suas casas de acolhimento socioeducativos de semiliberdade ou casas de acolhida, como as Unidades de Acolhimento Institucional - UAI. São frequentes ainda os casos em que se tem identificado mulheres que estejam em cenas de uso e de dependência química, além do elevado quadro de sofrimento mental, o que tem aumentado a dificuldade de intervenções e ofertas dos serviços socioassistenciais⁸.

Essas mulheres são objeto da nossa pesquisa. Todos os atravessamentos que perpassam suas rotinas e experiências produzem processos de subjetivação e construções das suas representações sociais sobre os fenômenos de violência, os quais vivem e as transformam constantemente para dar conta de lidar e resistir em tempos de dificuldades.

6 Fonte: Governo Federal – MDS / Cadastro Único. Belo Horizonte, agosto 2018, CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

7 Sistema de Monitoramento e Informação das Políticas Sociais.

⁸ Dados empíricos dos atendimentos do CREAS/ SEAS Centro-Sul.

1.2 Compreensão do problema

A assistência social brasileira, tipificada na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e materializada no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, oferta atendimentos e acompanhamento, visando à proteção social e ao enfrentamento de violações de direitos vivenciadas por um público vulnerabilizado.

Assim são as mulheres em situação de violência, que já trazem consigo a marca da violência estrutural e cujas situações de violência não podem ser compreendidas de modo dissociado dos contextos socioeconômicos e político-cultural que as determinam (GUERRA et al., 2015), o que vai ao encontro das discussões que propõem-se no decorrer dessa investigação.

A teoria das Representações Sociais - RS determina que o modo como as pessoas vivenciam a violência na sociedade atual é marcado pela violência física, simbólica e estrutural desde os tempos da colonização (RIBEIRO, et al., 2018). Dessa forma, pensa-se que, ao identificar as representações sociais de mulheres na regional Centro-Sul de Belo Horizonte sobre violência, poderão ser propostas novas concepções de abordagem ou modelos metodológicos de intervenção junto a esta população, instrumentalizando o fazer técnico, refletindo sobre a prática política e profissional e garantindo direitos de cidadania.

2 REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

2.1 Representações Sociais

O referencial epistemológico está estruturado a partir da Teoria das Representações Sociais em Movimento (TRS-M) (Ribeiro, et al., 2018), que exige que se mostre que esses sujeitos foram erigidos na tensão e no conflito de interesses. E que, por mais que sejam rechaçados no movimento das representações sociais de populações em situação de rua em dissonância de classes sociais, há uma compreensão da sua forma de ser, pensar e agir, ao seu modo, ancorados em elementos que compreenda como protetivos. A TRS-M oferece insumos para análises profundas do fenômeno da violência para mulheres em situação de rua e sua compreensão.

Segundo Ribeiro (2014), a TRS tem sua origem na suplementação das representações coletivas propostas por Émile Durkheim, através das investigações de Serge Moscovici. Aqui, nos ateremos às representações que são objeto de análise dessa pesquisa: a violência.

De acordo com a corrente teórica durkheimiana, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mitos, modalidades de tempo e espaço, etc. (Minayo, 2003), se referindo a categorias de pensamento através das quais determinadas sociedades elaboravam e expressavam a realidade. Nessa perspectiva, as representações funcionavam como fatos sociais, que determinavam a vida social.

Isso incomodava Serge Moscovici, que entendia que a vida social e a vida psíquica se retroalimentavam sem que houvesse sobreposição de uma sobre a outra. Dessa forma, ele propôs o modelo teórico a que chamou de Representações Sociais, uma passagem entre o que é individual e o que é coletivo, os quais interagem enquanto “[...] conjuntos dinâmicos, [...] a produção de comportamentos e de relação com o ambiente, da ação que modifica uns e outros [...]” (MOSCOVICI, 2012 p. 47). Ou seja, o estudo em busca do entendimento sobre a dinâmica individual e social que mobiliza os sujeitos a sentirem, pensarem e agirem.

Assim, de acordo com Moscovici, a representação social é algo vivo, que está imbricado à intenção e à interação entre o sujeito e a sociedade, numa relação intensa, de ir e vir, na qual tanto o sujeito, quanto a sociedade produzem e reproduzem conceitos, símbolos e imagens. (RIBEIRO, 2014).

As representações sociais nos fornecem uma ponte entre o universo reificado (conhecimento científico) e o universo consensual (conhecimento do senso-comum). Têm a função de tornar significativos os conceitos que se apresentam estranhos aos sujeitos, de familiarizar o objeto desconhecido. Para que o sujeito transforme o não-familiar em familiar destacam-se dois processos indissociáveis: objetivação e ancoragem (MOSCOVICI, 2012).

Moscovici (2003) preconiza que a objetivação une uma ideia de não-familiaridade com a realidade, tornando-se verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece então, diante dos olhos, física e acessível. Para esse autor, objetivar significa descobrir a imagem de uma ideia, de um conceito, tornando-o concreto. Transformar um ser impreciso (não-familiar) em algo que pode ser visualizado (algo familiar), criando assim uma imagem mental na tentativa de se apropriar do objeto estranho. (RIBEIRO, 2014)

Em consequência, a ancoragem é responsável por dar sentido às imagens criadas. Ancorar é classificar, dar nome a algo. Coisas que não são classificadas são estranhas, não existentes, e ao mesmo tempo, o desconhecido se torna ameaçador. Na busca para superar a resistência causada pelo objeto desconhecido, o sujeito coloca este objeto em determinada categoria, dando-lhe um rótulo, tornando-o conhecido, familiar.

Ribeiro (2014) nos brinda com ricas análises da TRS de Moscovici, tornando assim palatável uma teoria densa, trazendo clareza e objetividade na compreensão dos conceitos e aspectos epistemológicos necessários para a ancoragem dos fenômenos que atravessam as experiências das mulheres em situação de rua. Todo o processo de representações está ligado a um sistema de crenças e valores socialmente construídos, ou seja, o sujeito compara o objeto desconhecido a uma rede de significações, a um modelo já existente.

Assim, o estudo das Representações Sociais, através de ancoragens e objetivações, permite evidenciar as transformações nas formas como os sujeitos, as sociedades e comunidades estruturam saberes e sentidos, no caminho de aceitar e/ou relegar ações, afazeres e repassar a história comum. É por meio desses processos que o que é inicialmente “estranho” ganha uma nova perspectiva e se decompõe em algo palatável e aceito pelos iguais – se torna familiar (MOSCOVICI, 2003 *apud* RIBEIRO, 2014).

Por fins de escolha conceitual e de posicionamento, esta dissertação se orientou pela perspectiva dimensional-processual proposta por Denise Jodelet, por entender que a violência junto às populações em situação de rua possui raízes históricas e que uma série de conflitos e embates hegemônicos e contra hegemônicos permeiam a sua base e a sua materialidade.

Jodelet (2009, p.680) nos propõe pensar o fenômeno da TRS atrelado à noção dos fatores psicológicos e também sociais. De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais são ativadas e agem na vida social, servindo como guias na nomeação e definição dos diferentes aspectos da realidade diária, no modo de serem interpretados, nas tomadas de decisões e na maneira de se posicionar diante deles. Assim sendo, as representações dizem respeito à maneira como o indivíduo vai compreender, administrar ou enfrentar o mundo.

Dessa forma, pensar a TRS face aos impasses apresentados no mundo circundante das pessoas em situação de rua os convoca a identificar a maneira como eles se apropriam das representações socialmente partilhadas, dando sentido através da interação de como as representações sociais influenciam a expressão do modo de vida desse indivíduo.

Assim, pretende-se trazer elucidaciones do ponto de vista de uma representação do social em que estejam envolvidos elementos apreendidos desse sujeito do campo social, o qual também é modificado pelo sujeito. Esse ponto de vista remete a um sujeito que não seria um indivíduo isolado no seu modo de vida, mas seria autenticamente social.

Portanto, os estudos realizados no campo das representações sociais miram tanto os indivíduos que estão inseridos em e são influenciados pelas redes e contextos sociais, quanto os coletivos de natureza diversa (grupos, comunidades, conjuntos definidos por uma categoria social, etc.) (Jodelet, 2009 p. 683).

Ribeiro & Antunes-Rocha (2016) trazem para a cena literária científica o percurso do movimento das Representações Sociais a partir do resumo do livro de Moliner e Guinelli (2015):

A representação social então se mostra como uma ponte entre o mundo individual e o mundo coletivo, porém resguardam que elas não são produzidas pela sociedade em conjunto, mas, sim pelos produtos de grupos sociais que constituem essa sociedade (RIBEIRO e ANTUNES-ROCHA, 2016, p. 407).

Esse percurso teórico pode nos apresentar o movimento que as representações sociais de mulheres em situação de rua têm, para compreendermos o processo em que se estabelecem novas formas de pensar, sentir e agir nas suas representações. A trajetória continuada por Jodelet (2001) esclarece que as representações sociais são tidas tanto como produto, quanto como um processo de apropriação da realidade exterior ao pensamento, de elaboração psicológica e social dessa realidade. Para isso, faz-se necessário um objeto, ao qual o sujeito irá se reportar, para desenvolver um pensamento e, a partir dele, criar uma representação. Esse objeto pode ser uma pessoa, uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, uma teoria, uma ideia, etc. Assim, propôs-se a violência como objeto de indagação à população em situação de rua.

Mesmo que o paradigma de Moscovici siga vigente e orientador, formando a base referencial de todos os trabalhos que questionam a teoria das representações sociais, hoje não se pode dizer que ele se constitua como único modelo usado nas pesquisas orientadas por essa perspectiva.

Ao longo dos cinquenta anos de existência desse campo científico, vimos aparecer diversas "escolas" caracterizadas pela existência de um conjunto de pesquisadores que se reúnem ao redor de uma mesma prática marcada por uma associação estreita entre um modelo teórico e

uma metodologia. Assim, são distinguidas na Europa diversas "escolas" de estudos da TRS, como a "estruturalista", dita "escola de Aix en Provence", porque os pesquisadores trabalham na Universidade de Aix en Provence, sob a liderança de C. Flament, J.C. Abric, J. Vergès e outros (Abric, 1994; Sá, 1996); e a "escola de Genebra" (Almeida, 2009; Doise, 1982, 1986), que sob a liderança de W. Doise estuda a gênese sociocognitiva das representações sociais usando o modelo proposto por ele mesmo dos quatro níveis (individual, intergrupais, social e ideológico) para analisar os processos psicossociais.

Doise sugere que se fale em "Escola *Lemana*", porque ali se reúnem pesquisadores pertencentes a diferentes universidades suíças, desenvolvendo perspectivas complementares que unem as problemáticas da psicologia social (categorização, relações de gênero ou intergrupais, processos de influência, etc.) ao enfoque das representações sociais. (Jodelet, 2011 pp. 20,21).

Nessa conjuntura, podemos inferir que os processos da TRS estão continuamente se atualizando sobre os modos de pensar, sentir e agir que produzem novas ancoragens sobre as vivências e as próprias representações sociais.

2.2 Percurso Metodológico

A proposta dessa pesquisa se organiza a partir da utilização de métodos quantitativos – a serem justificados a seguir – e qualitativos descritivos com análise de conteúdo. Esses dois recursos são elementos imprescindíveis para a continuidade e procedimentos de discussão e análise dos dados colhidos nas entrevistas. Para a pesquisa descritiva verifica-se que:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e cujo registro não consta de documentos. Os dados por ocorrerem em seu hábitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito. (MANZATO e SANTOS , 2014).

A metodologia com aporte qualitativo descritivo nos permitirá transcender concepções pré-elaboradas e imergir nas construções íntimas das narrativas de mulheres que vivem a trajetória de vida nas ruas da regional Centro-Sul da capital de Minas Gerais. Verifica-se ainda:

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. (MUYLAERT, SARUBBI, *et al.*, 2014)

A entrevista narrativa, por sua vez, possibilita que se consolide a concepção dialética de apresentar-se ao outro, narrando os fatos da vida e problemas da sociedade que são atravessados por si, através de sua narrativa, remontando, ao mesmo tempo, o lugar de protagonista e espectador relator, à medida em que vai desenrolando em seu discurso sua própria construção. Segundo Lukács (1968), a narrativa implica uma posição de participação assumida pelo escritor em face da vida e dos problemas da sociedade.

Ao conseguir avançar na análise dessas narrativas, nossa pretensão é exatamente transcender o lugar da fala, promovendo também o lugar da ação, do movimento, a fim de repensar práticas interventivas e redimensionar processos imagéticos, reassentando novas configurações que ampliaremos a seguir sobre o conceito de representação social.

Com base na teoria das representações sociais em que os conteúdos trazidos pelas participantes da pesquisa traduzem a realidade e são por ela traduzidos Moscovici (2003), analisaremos categorias que são construídas sobre violência pelas mulheres em situação de rua e quais repercussões essas representações causam socialmente, para si mesmas e no encontro com a realidade das ruas.

Ao considerar a população pesquisada, houve mais pessoas interessadas em participar da pesquisa do que as que necessitávamos para as análises qualitativas. Diante disso, optou-se

por utilizar também a pesquisa quantitativa na aplicação do questionário semiestruturado, o que favoreceu uma ampla análise de dados desta população. Logo, a obtenção dos dados quantitativos se deu através da disponibilidade das mulheres que manifestaram interesse pela investigação.

Manzato e Santos (2014) nos elucidam que a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. Para viabilizar essa importante operação de coleta de dados são utilizados como principais instrumentos a observação, a entrevista, o questionário e o formulário. Nesta investigação, optou-se pelo questionário semi estruturado e entrevista guiada por roteiro semiestruturado.

Também se fez necessária a autorização da pesquisa pelo Conselho de Ética em Pesquisa - COEP, para efetivação dos pressupostos aqui almejados sob o registro CAAE-14187513.0.0000.5149. Foi ainda, ímpar para a participação, a leitura e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para a usuárias, a fim de que concedessem a permissão para uso das suas entrevistas nesta pesquisa.

Sobre a eleição de três entrevistas narrativas, os sujeitos da pesquisa foram selecionados por disponibilidade, dentro de eventos de rodas de conversas que discursavam sobre temas afetos à condição de vulnerabilidade em situação de rua. Para se trabalhar com a Análise de Conteúdo, compreende-se ser um número suficiente, considerando, segundo Abric (2000), que as visões coletivamente partilhadas e internalizadas, de forma particular, pelos diferentes sujeitos expostos a uma mesma realidade, é considerada uma forma de representação. Desse modo, utilizar-se de análise de dados de três casos já é suficiente para interpretar aquela realidade, conduzindo por esse grupo comportamentos e práticas sociais de sujeitos relacionados social e fisicamente.

Após a coleta de dados, buscou-se sistematizar as informações a partir da transcrição das entrevistas, criando campos de conteúdos e categorias de análise, e posteriormente trabalhando com os resultados e suas possíveis interpretações. Segundo Bardin (1977) *apud* Natt & Carrieri (2014) temos que:

A AC como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores – quantitativos ou não – que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção – variáveis inferidas – destas mensagens. A autora sinaliza que, após a seleção dos conteúdos, deve se organizar todo o processo de exploração do material, realizando uma leitura flutuante seguida de uma pré-análise, criando sem seguida, categorias de análise, e finalmente deve-se proceder ao tratamento dos resultados e realizar as possíveis interpretações. BARDIN, 1977 apud (NATT e CARRIERI, 2014).

3 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O FENÔMENO E OS SUJEITOS

3.1 Pessoas em situação de rua, mendigos, vagabundos, bandidos, pecadores, loucos - Narrativas para compreender a história

Considerando a história e a dialética que se constrói em torno da vida e das relações sociais, podemos inferir que o fenômeno da vivência em situação de rua não é algo recente. Diz-se que ele está presente ao longo da história da humanidade e que, em cada época, os sujeitos em situação de rua foram marcados (identificados) de diferentes formas a partir de diferentes discursos: religioso, criminal, psiquiátrico, da questão social, da vadiagem e da exclusão.

Cada um desses discursos produziu sujeitos com reproduções identitárias, em consequência de valoração, moralidade, contexto social e político, além de econômico. Essas representações que às vezes os condenam, os rotulam como marginais, os segregam, ou ainda os categorizam com base em uma realidade inscrita pelas condições da miséria que opera no tempo e espaço, destituem os sujeitos de sua valoração social. É importante dizer também que a cada rotulação dada aos sujeitos em situação de rua foram necessárias ações reparadoras.

As identidades das pessoas em situação de rua foram construídas pela apreensão de como se constituíam identitariamente a partir dos outros. Jovchelovitch (1995) elucida que para que haja um “nós” é necessário que nos constituamos de “outros”. Dessa forma, evidencia-se como é importante o campo social para a constituição do sujeito e como as impressões postas nos processos subjetivos impactam seu modo de pensar, sentir e agir.

Jodelet (2001) apud Tomio (2006) afirma também que

as representações sociais sofrem influência de redes de comunicação informais, da mídia ou de instâncias institucionais, que, juntas, formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, a versões da realidade concretizadas por imagens e palavras, ambas carregadas de significações. Pode-se dizer que a formação das representações sociais começa aí e que, a partir dessas significações, expressam os indivíduos ou grupos que as construíram e cedem uma definição específica ao objeto por elas representado. Essas definições, partilhadas pelos indivíduos de um

mesmo grupo, compõem uma visão consensual da realidade para tal grupo, que serve de guia para ações e trocas cotidianas. (JODELET 2001 *apud* TOMIO 2006).

Repisa-se que as representações sociais influenciam a escolha do modo de vida do indivíduo, a maneira como vive sua vida e sua rotina. A compreensão das representações sociais produzidas pelas pessoas em situação de rua, trazidas para o campo da política pública, poderá contribuir para novas concepções das relações nas ruas e para uso de abordagens e metodologias das políticas públicas no atendimento especializado em abordagem social, garantindo a melhor assertividade nas ofertas dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Garantias essas que são resguardadas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e pelas seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

As diversidades encontradas nos serviços de atenção à população de rua são bastante variadas. Demanda-se reflexões sociais e problematizações no campo das garantias, que transcendem o perfil social de outras frentes e atuações de políticas públicas, seja na saúde, assistência social, cultura ou habitação. Diversos setores de políticas sociais atuam no campo de um certo perfil hegemônico para as demandas sociais, isto é, retroalimentam a dinâmica de exclusão social e perpetuação da ordem social vigente.

3.2 Pessoas em Situação de Rua: Identidade(s) e Representação(ões) social(ais) reconstruídas por algumas religiões

Desde os primórdios da história da civilização, temos registros que se atualizam até os dias de hoje em várias experiências que tratam da condição de vida nas ruas. Em alguns deles, essa marca é sinal de divindade, de busca pela vida plena, ou ainda marcada pelo pecado ou condenação.

A experiência do cristianismo na cultura ocidental tem impressa em si marcas que transitam nos percursos culturais e históricos sempre trazendo o enredo do bem e do mal, vinculado ao sucesso ou fracasso. Pois bem, a condição de viver nas ruas nessa conjuntura religiosa está intimamente ligada ao julgamento que estas instituições imputam sobre as consequências de

seu modo de vida. A posição religiosa ainda sustenta inúmeras ideologias, mitos e tabus que delegam à população de rua sua própria condenação, reduzindo as mazelas sociais, políticas e macroestruturais a questões divinas.

No livro sagrado do cristianismo, a Bíblia, são apresentados personagens que constituem elementos chave para a caracterização da condição de vulnerabilidade que colocamos em pauta. Nele, há várias passagens em que as cenas são constituídas e caracterizadas por pessoas em situação de miséria, doença e mendicância. O tratamento voltado a esses sujeitos à época marcava um quadro de exclusão, abandono e repulsa.

Desde os tempos remotos se evidencia como o sujeito em situação de rua é constituído como um ser sem direitos, ora leproso, ora mendigo, ora coxo, mas sempre digno de dó, de caridade e não como sujeito de direitos. Ou seja, aqueles que são dignos apenas da compaixão alheia. As pessoas em situação de miséria eram apresentadas como pessoas que já haviam sido excluídas das cidades e viviam às portas das cidadelas, como estratégia de receber alguma mendicância ou caridade, como o caso de Bartimeu em Marcos (10:46,47):

(...) E, saindo ele de Jericó com seus discípulos e uma grande multidão, Bartimeu, o cego, filho de Timeu, estava assentado junto do caminho, mendigando. “E, ouvindo que era Jesus de Nazaré, começou a clamar, e a dizer: Jesus, filho de Davi, tem misericórdia de mim”. (FIGUEIREDO, 1950).

Dessa forma, a construção identitária de Bartimeu é seguida de repressão e exclusão. Alguns até tentaram silenciar a voz do pedinte, contudo ele continua a clamar por misericórdia. Em outra cena, no texto de Lucas (16:20,21), registra-se a seguinte passagem:

“Havia também um certo mendigo, chamado Lázaro, que jazia cheio de chagas à porta daquele; e desejava alimentar-se com as migalhas que caíam da mesa do rico; e os próprios cães vinham lambendo-lhe as chagas”. (FIGUEIREDO, 1950)

Há dois fatos a se destacar sobre Lázaro: tinha chagas, que eram lambidas pelos cães, e tinha fome, que o fazia desejar o alimento do rico. Seu desejo não era tanto pela cura, embora suas chagas fossem terríveis, segundo relatos do novo testamento. Ele desejava alimento. Há

notoriamente a necessidade de suprir a emergência de sua fome. Alimento é o que é emergente, a pressa que se tem é pela sobrevivência.

Continuando os processos de identificação dos sujeitos mendicantes na Bíblia, temos em João (versículo 9,8): “Então os vizinhos, e aqueles que dantes tinham visto que era cego, diziam: Não é este aquele que estava assentado e mendigava?” (FIGUEIREDO, 1950). Tal relato denuncia a necessidade de suprimento do que pedia, sua situação de cegueira é declarada já no início do texto, entretanto, não se colocava como relevante. Em duas situações de denúncias de vulnerabilidades, a deficiência era negligenciada e a situação de mendicância discriminada. A condição de invisibilidade da pessoa em situação de mendicância é mais evidente que a própria materialidade do indivíduo.

A ausência de um nome que identificasse o personagem que aparece a seguir também é marcante nessa passagem bíblica (Atos, 3:2-3):

“E era trazido um homem que desde o ventre de sua mãe era coxo, o qual todos os dias punham à porta do templo, chamada Formosa, para pedir esmola aos que entravam. O qual, vendo a Pedro e a João que iam entrando no templo, pediu que lhe dessem uma esmola”. (Bíblia Sagrada, 1950).

Quatro mendigos foram identificados nesse estudo: Bartimeu, que demora a levantar sua voz de socorro, Lázaro, ferido que anseia pelo alimento, o cego que mais tarde foi declarado mendigo e o coxo que precisava ser levado pelos outros para ficar apenas na porta Formosa a mendigar.

Desde os tempos bíblicos os sujeitos em situação de rua estavam associados à miséria, ao pecado, ao errado, ao doente, ao deficiente e as suas condenações advinham do próprio “povo santo”. Contudo, há o convite divino à caridade, ao perdão e à proteção das pessoas em situação de rua. As manifestações apresentadas se colocaram contraditórias e até mesmo paradoxais para cristãos que apregoavam o perdão e a caridade, mas apenas para seus pares, excluindo populações com as quais não se identificavam.

As pessoas não apenas estavam sujeitas às caridades dos outros, mas também estavam dispostas a enfrentar toda sorte de vicissitudes para terem saciadas suas necessidades. Desse modo, se assujeitavam a condições precárias a fim de conseguir alguma esmola, passando por diversas situações de humilhação social.

Por outro lado, há culturas orientais que representam as pessoas em situação de rua de outra maneira. Alguns elementos dessas culturas estão longe de ser compreendidos pela nossa rotina regulada por uma sociedade capitalista, com princípios baseados no acúmulo de riqueza e capital financeiro. O primeiro convite a conhecer novos elementos sobre determinadas religiões é se desnudar de concepções que possam se impor sobre as valorações que interferirão na análise crítica.

As diversas culturas religiosas praticadas na Índia são seguramente muito diferentes dos processos ocidentais monoteístas vividos nas nossas culturas cristãs. Ali, segundo Castro (2016), divindades possuem esposas e esposos, usam diferentes animais como meio de transporte e contam com múltiplos braços que seguram os mais diversos objetos simbólicos. São imagens que jamais estariam presentes nas igrejas, mesquitas ou sinagogas.

Dentre os vários elementos religiosos e divinos dessas culturas, há a figura do sadhus⁹, sujeito cuja forma de lidar com a experiência terrena, desprovida de bens materiais e por escolha própria, isolado da família, tem por objetivo alcançar a libertação de sua alma. Desta forma, dedica-se integralmente à meditação, canto de mantras, ioga e contemplação. Sua escolha por viver à margem da sociedade lhe possibilita que seu foco seja a única prática que poderá lhe garantir êxito. Segundo Castro (2016), há em torno de dez milhões de sadhus em toda a Índia e estes têm sua sobrevivência garantida porque são respeitados e velados pela

9 Sādhu é bom homem e para sādhi é boa mulher e faz referência a quem escolhe viver com foco na vida espiritual. Sadhu, como termo sânscrito, é bastante rico em significados, tais como: agradável, bondoso, compassivo, correto, decente, disciplinado, eficiente, gentil, honesto, honrado, obediente, pacífico, puro, respeitável e virtuoso. <https://www.greenme.com.br/viver/costume-e-sociedade/7414-sadhus-como-vivem-que-podemos-aprender#significado-da-palavra-sadhu>

população local, que inclusive lhes dá alimentação básica. Parecem mendigos, mas por detrás dos farrapos pode estar representado um ser luminoso buscando a autorrealização.

No Alcorão, ou apenas Corão, livro sagrado do Islã, religião muçulmana, que atualmente figura como a segunda maior religião do mundo, com cerca de 1,8 bilhão de fiéis, pode-se observar que as relações tidas com mendigos são as mesmas dispensadas aos órfãos, parentes, necessitados, viajantes e cativos, (EL-HAYEK, 1975) como se verifica adiante:

A virtude não consiste só em que orienteis vossos rostos até o levante ou o poente. A verdadeira virtude é a de quem crê em Deus, no Dia do Juízo Final, nos Anjos, no Livro e nos Profetas; de quem distribui seus bens em caridade por amor a Deus, entre parentes, órfãos, necessitados, viajantes, mendigos e em resgate de cativos. Aqueles que observam a oração, pagam o zakat¹⁰, cumprem os compromissos contraídos, são pacientes na miséria e na adversidade ou durante o combate, são os verdadeiros fiéis e são os que temem a Deus. (Surata 2, versículo 177).

Segundo o Alcorão, existe a exigência de que haja um lugar de igualdade entre as pessoas. Quando um rico detém mais, que ele possa repartir e distribuir entre todos aqueles que necessitam de algo em particular, que devem receber por caridade o suprimento de suas demandas, porque isso fará de fato a seleção de quem é fiel e temente a Deus. Entretanto, a virtude abrange uma série de outros elementos para além da caridade e devoção, como a fé e outros conceitos fundamentais, que ampliam seu valor diante de Deus.

3.3 A religião atravessa a identidade da pessoa vulnerável no decorrer da História

Já na Idade Média, a visão sobre a pobreza e a mendicância teve uma pequena variação. O pobre era o trabalhador, validado pela venda de sua mão de obra. Já o pobre inválido, aquele

10 Zakat é um tipo de “imposto” que o muçulmano paga anualmente, uma alíquota de 2,5% calculada sobre seus bens e riquezas, descontadas todas as suas despesas com sustento dele e da família e obrigações com terceiros (como dívidas, serviços, aluguéis etc.). Esse dinheiro é destinado a obras sociais, ajuda aos muçulmanos pobres e/ou trabalhos pelo Islam. http://islamnatal.org/islam/?p=585#_ftn1.

que não detinha atividade remunerada, era tido como o mendigo, dessa forma, miserável (Mollat, 1989).

No cenário nacional, tanto a religião quanto a identidade do povo brasileiro foram se delineando e se constituindo através da colonização. Não se pode pensar apenas pelos fragmentos de um sistema cultural isolado. A religião não pode ser compreendida dissociada da história do povo à qual estava envolvida. Portanto, é preciso rever também a maneira como elementos de cultos religiosos indígenas e, posteriormente, cultos de matrizes africanas foram inseridos no contexto brasileiro e as estratégias que se utilizaram para preservar ou reinventar suas crenças. Nesse sentido, veja-se:

O contato com vários povos indígenas criou para os europeus a necessidade de compreender e enquadrar essas populações no seu universo mítico e conceitual. Durante o séc. XVI, os relatos sobre o novo mundo identificaram os indígenas como “gentios” (pagãos), “brasis”, “negros da terra” (índios escravizados) e “índios” (índios aldeados). (CUNHA, 1993)

O próprio relato da carta de Pero Vaz de Caminha em 1500 traduz o espírito indígena como sendo pacífico, a tal ponto que se se compreendessem entre si, aqueles ali já seriam cristãos. Tal afirmação pode-se verificar na seguinte passagem:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos (...) se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E, pois, Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (CAMINHA, 1999, p. 54)

As religiões começam a assumir uma identidade na composição do Brasil Colônia à medida em que componentes culturais dos diferentes grupos étnicos africanos que conviveram no período da escravidão fornecem a base de seus rituais, ou seja, trata-se da criação de uma religião afro-brasileira. Segundo Concone (1987) “é um bom exemplo de interpenetração de culturas, não só com fusão de divindades, mas principalmente com a introdução de novas entidades em um processo contínuo de transformação”.

Quando os povos escravizados africanos, majoritariamente os povos Yorubás, chegaram ao Brasil, trouxeram também suas crenças, suas tradições e seus deuses. Estes deuses não eram compreendidos como os do cristianismo, mas eram deuses, entidades, espíritos evoluídos, mais conhecidos como Orixás.

Os europeus que escravizaram os povos africanos traziam consigo o cristianismo presente na Europa e sabiam que estes tipos de deuses que os escravos africanos cultuavam não estavam de acordo com suas crenças, e por isso, proibiram que os escravos prestassem qualquer tipo de culto a estes deuses. Por causa dessa proibição, os escravos começaram a associar suas divindades com os santos católicos para exercerem sua fé disfarçadamente.

Como os santos católicos são bem numerosos, existem divindades que são identificadas com mais de um santo. Por exemplo: Oxóssi, o rei da caça, é associado a São Jorge e a São Sebastião. “Essa relação com um ou outro santo depende da região do país, variando de acordo com a popularidade do santo no local”, diz o sociólogo Reginaldo Prandi, autor do livro *Mitologia dos Orixás*.

Claro que a associação não é exata: ao contrário dos santos católicos, os orixás são entidades com virtudes e defeitos e seus seguidores acreditam que eles conhecem o destino de cada um dos mortais. Por fim, cumpre comentar a relação dos orixás com a umbanda, uma religião genuinamente brasileira, surgida na década de 30 no Rio de Janeiro a partir da combinação de elementos do candomblé, do catolicismo e do espiritismo. Assim como o candomblé, a umbanda também cultua os orixás, mas os umbandistas representam essas divindades com imagens diferentes, além de cultuarem outros três espíritos, o Preto-Velho, o Caboclo e a Pomba-Gira¹¹.

¹¹ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-ligacao-entre-os-santos-catolicos-e-os-orixas>

Nesses moldes, a cultura da religião afro-brasileira erigida no Brasil dá conta de uma série de ritos que envolvem as diversas experiências religiosas que foram agregadas. Atrelada a esse campo que trata da pobreza/miséria/mendicância, temos a figura do Orixá¹² mais temido entre todos, conhecido como Omolu, Omulu, Obaluaê, Obaluaiê¹³, entre outros nomes. Ele é o responsável pela terra, pelo fogo e pela morte. Por causa do seu poder, é tão temido pelos humanos. Seu sincretismo se personifica ora em encarnação, ora em poder, ora em cura.

A figura de Obaluaiê se associa, na crença cristã, à de São Lázaro, o protetor dos leprosos e dos mendigos, que mesmo carregando diversas chagas em seu corpo não deixou de ter fé. A fé era e ainda é uma mola propulsora da continuidade da perseverança para as pessoas que estão em situação de aflição.

Seguramente pelo fato de se ter várias experiências e elementos que representam as diversas formas de vida social no período da colonização, pode-se compreendê-lo como um período de múltiplas crenças, mas com vistas à produção de uma síntese que reflete, no nível religioso, as contradições e exclusões dos grupos que contribuíram para a formação do povo brasileiro (CONCONE, 1987).

O fenômeno constituinte das pessoas em situação de rua é remoto no Brasil. Surgindo desde a colonização, a relação colonizador-colonizado já trazia as marcas da discriminação, tanto na relação com a população nativa, como no processo de escravização, ambos com a lógica de economia e de cidadania excludentes. Esse cenário contribuiu para o acirramento dos processos de segregação entre populações normativas e minorias vulnerabilizadas por

12 Designação genérica das divindades cultuadas pelos iorubas do Sudoeste da atual Nigéria, e também de Benin e do Norte do Togo, trazidas para o Brasil pelos negros escravizados dessas áreas e aqui incorporadas por outras religiões [Os mitos dão-nos frequentemente como ancestrais divinizados que se transformaram em rios, árvores, pedras etc. e que fazem de intermediários entre os homens e as forças naturais e sobrenaturais].

13 Tudo sobre Obaluaiê – O Orixá da Terra, do Fogo e da Morte. Mais em: <https://www.iquilibrio.com/blog/espiritualidade/umbanda-candomble/tudo-sobre-obaluaie/>

vivências de exclusão social, menor valia do capital humano e consumo, ao qual a condição de pobreza não os permitia acessar. (Sposati, 1998)

Não há como dizer dos processos de constituição de representações atuais no Brasil sem mencionarmos o processo de colonização, com os interesses europeus de transcender os muros econômicos e ampliar suas riquezas a partir das colônias de exploração, das quais o Brasil foi berço esplêndido. No processo, contudo, a população em situação de rua no Brasil assume várias nuances, como doutrinação religioso de indígenas e exploração dos cidadãos escravizados vindos da África. O escravo era parte integrante da propriedade que podia ser comprado ou vendido em qualquer tempo ou lugar (Oliveira, 2008).

Durante esse período são introduzidos os grandes senhores de terras expropriadas dos povos nativos das Américas, os quais são redimensionados à condição de escravos ou trabalhadores sem salário. Com as diferenças sociais, acreditava-se que apenas com o processo de abolição da escravatura se teria alternativas possíveis para que esses indivíduos se tornassem mais humanos, no sentido de ascender ao mínimo, que os igualaria aos mais favorecidos: a obtenção do direito à propriedade. Em tal ambiente, em que se entrelaçavam intercâmbios comerciais entre campo e cidade, com dilatação de contatos de regiões e províncias outras, pode-se ter uma noção das possibilidades de trabalho e movimentação de ex-escravos e livres pobres (Silva, 2011).

Há que se compreender que os processos de emancipação social para os ex-escravos estavam condicionados à uma subserviência e formas de violências abusivas em troca de alimento e moradia, com uma exploração exacerbada regida por torturas e negação da própria humanidade desses ditos miseráveis. As melhores alternativas para esses sujeitos seriam então a fuga para os centros urbanos, ou ainda, para os campos isolados, formando ali quilombos e comunidades que se organizavam em torno de agricultura que mal se sustentava no processo de (e)migração (Silva, 2011).

Impedidos de participar da vida social, na condição de escravos, negros libertos e desclassificados por não terem habilidades potenciais, se veem na necessidade de construir

sua inserção nos espaços da ausência de ordem ou fora dos padrões sociais das camadas dominantes. Assim, foi sendo construída no Brasil uma ideologia da vadiagem e da “humanidade inviável”, conforme Souza (1982) descreve:

[...] a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, tendo sido incorporado e introjetado dentro da nossa tradição autoritária. A camada de homens pobres eram tidos como uma outra humanidade, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos; poderiam viver de expedientes e esmolas, descuidando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente. (SOUZA, 1982).

Concomitantemente vivia-se na Europa uma grande explosão industrial e econômica, em que as indústrias aumentavam o poder do capital, acentuando ainda mais os processos marcantes de miséria e exclusão social (OLIVEIRA, 2007), momento claro em que a Revolução Industrial encerrou a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Nesse período, eclode uma multiplicação de miseráveis, excluídos da força de trabalho pelos novos meios de produção, e assim, encontram-se descartados pelo sistema capitalista sem serem absorvidos, passando a viver nas ruas.

Diante desse panorama, verifica-se a inaptidão das pessoas que transitavam pelas ruas ao novo convívio social que se consolidava. Descartados, acabam se tornando um “exército industrial de reserva”, nas palavras de (Marx, et al., 2009), os quais ficam à mercê de todas as iniquidades em razão da falta de postos de trabalho.

Em 1890 foi decretada a lei dos mendigos e ébrios e dos vadios e capoeiras (BRASIL, 1890), que previa sanções penais àqueles que tendo saúde e aptidão para trabalhar, ou havendo ainda no município hospícios e asilos para servir-lhes de abrigo, se lançavam à mendicância (art. 391), e aos nominados vadios, que praticavam a capoeira (art. 399). Estes eram tidos como delinquentes, pois perambulavam pelas ruas, na tentativa de prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei. A perambulação era caracterizada como ofensiva para a moral e os bons costumes. Era necessário que comprovassem residência e trabalho, sob pena de ir

para a cadeia. Obviamente a cor preponderante entre os encarcerados era a parda e preta e, por consequência, eram pobres.

Nesse momento sociohistórico em que se criam legislações coercitivas para uso do espaço público, começa-se a nominar esses sujeitos que estavam marginalizados dos modos de produção, num processo de julgamentos e práticas discriminatórias. Com isso, surgiam as inscrições sociais segregatícias de rotulação e exclusão social.

No Brasil podemos inferir que o processo de nomeação representacional da população em situação de rua assume desde então as valorações morais, religiosas e de classe para endossar tais práticas discriminatórias.

A primeira vinculação atribuída ao sujeito em situação de rua se localiza no pobre e na pobreza. Segundo (Mollat 1989 *apud* Nogueira, 2008):

“o pobre é aquele que se encontra em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios variáveis, segundo as épocas e as sociedades que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem” (MOLLAT, 1989).

Nesse emaranhado conceitual temos a dificuldade de delinear epistemologicamente o conceito de pessoa em situação de rua. Buscando a partir de alguns descritores as representações mais próximas das últimas utilizadas, temos o encontro entre a conceituação econômica, sociológica e de desproteção social. Com vistas a uma retaguarda como uma política protetiva, as ações de cuidado passam a ser potencializadas pela crescente demanda de acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Mollat *apud* Nogueira (1989) apresenta em sua obra uma associação entre diversos cenários designados aos pobres, que são marcados por violências e violações de direitos básicos, como se originariamente a condição da situação de rua emergisse de uma precarização vista no conceito acima. A conotação da pessoa em situação de rua sempre será atravessada por

características que são identificadas na descrição epistemológica desenvolvida por Mollat (1989).

As diferenças entre classes sociais impelem os sujeitos destas referidas classes a se portarem de modo a corresponder com o determinismo social. Ou seja, espera-se que o indivíduo corresponda através de atitudes e comportamentos em função do ambiente social e de sua classe. Quando, a partir da desvalorização e desclassificação social ou de um rebaixamento de determinada classe social pelas outras, destituem-se os sujeitos, é criada uma categoria excludente e outra excluída, que não reconhece nesses indivíduos nenhuma valorção. O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. (Thalheimer, 1979).

Dessa maneira, Mollat (1989) identifica que o pobre seria aquele que, ainda que de maneira escassa, conseguiria sobreviver com seus poucos recursos advindos do seu trabalho. O errante, termo atribuído ao mendigo, seria aquele que se rebela, disseminando desordem e propagando epidemias. Dessa forma, conclui-se que pessoas que se põem publicamente nuas, têm sua representação na total indigência, magreza, fome, úlceras, deformidades, e o bastão ou cajado traduzem as suas mazelas fisiológicas e precarização na deambulação (Mollat, 1989), traduzindo as representações das pessoas deficientes que estão em situação de vulnerabilidade e dos pobres na mesma condição de rua.

Todas essas expressões e termos são apresentados para representar a figura da pessoa em situação de rua pelos cronistas, pregadores, hagiógrafos e escritores. O pobre anda sempre descalço, embora continuamente em movimento, isolado ou em grupo, mas sempre à porta, à entrada das cidades, à soleira dos mosteiros ou castelos. Assim Mollat (1989) representa as pessoas em situação de rua. Conseguimos rever inúmeras dessas representações nos dias de hoje, seja na contradição subversiva normativa, seja nas transgressões associadas à PSR ou na própria miséria denunciada socialmente.

O que se observa na atualidade é que a pessoa em situação de rua não se caracteriza nos mesmos moldes descritos por Mollat (1989). Tais pessoas frequentemente possuem vestimentas, indumentárias e não estão de pés descalços. As marcas atuais de pessoas em situação de rua são aquelas que fazem uso das ruas para viver, diuturnamente, ou ainda apenas durante os dias, tentando encontrar estratégias para sobrevivência. Esse perfil é altamente variado, podendo haver prejuízos cognitivos, desorganização mental ou ainda preservar-se de forma organizada, mantendo uma dinâmica funcional diante das atividades da vida diária. O acompanhamento do SEAS tem identificado muitos desses perfis, de pessoas em situação de rua, que muito embora estejam nessa condição, apenas utilizam os espaços públicos para viver, não tendo exatamente um perfil caricato de outrora do mendigo errante.

Mollat (1989) caracteriza ainda os falsos pobres como aqueles que eram enfeitados socialmente, em decorrência de sua condição marginal, criminógena ou subversiva. A fronteira identificada entre um pobre e um marginal era muito tênue. Este último tinha uma atuação de oposição aos processos sociais e, portanto, também passível de discriminação e marginalização. Nesse caso, as ruas das cidades ou as florestas atraíam essas figuras, por serem espaços livres à subversão.

Atualmente, com o crescimento da pobreza, há uma maior naturalização ou banalização da pessoa em situação de vida nas ruas, rompendo com grandes imaginários dissociados da pobreza. Esses sujeitos têm sido majoritariamente vistos como criminosos, arruaceiros, desordeiros e drogados, construções vinculadas ao crescente número de criminalidade social e patrimonial em regiões localizadas em grandes centros urbanos e comerciais, como é o caso do hipercentro de Belo Horizonte.

Geremek (1955) pretendeu dissociar a representação social do pobre da do vagabundo. Em seus estudos, a pobreza tinha seus construtos representados a partir dos discursos religiosos, mais precisamente do cristianismo. Assim, há um rompimento entre a valoração da pobreza e o mundo da miséria. O que caracterizaria um ou outro seria o encontro do sujeito com o

divino. Sob um olhar religioso, a pobreza como escolha era louvável e vista como uma aproximação com o divino, enquanto a miséria pela necessidade era moralmente condenada como uma falta de ajuda divina, possivelmente como consequência do pecado. Já no plano societário, o pobre era alguém que subvertia a ordem social e era socialmente perigoso. (GEREMEK, 1995)

O modo de vida dos ditos vagabundos naquela ocasião se justificava pela ausência de estabilidade compreendida nas dimensões sociais hegemônicas (casa, trabalho, família), como fundamento de uma vida digna. Assim, Nogueira (2008) assinala que a ausência desse perfil apresentado ao sujeito “sem domicílio fixo” era por vezes utilizada para justificar as discriminações a pessoas em situação e vida nas ruas.

A precarização do trabalho é outro fator preponderante para identificar a pobreza e a própria condição de marginalização que se acentua na sociedade a partir do século XIX. Ocorre um aumento constante do mercado liberal, um alargamento das fronteiras econômicas, com potencialidade de comércio internacional, venda de mão de obra análoga à escravidão e servidão absoluta. Com isso, há também um aumento dos processos de empobrecimento e rebaixamento de classes sociais no período de expansão do capitalismo nas cidades, ocasionando a piora das condições de miséria.

Recentemente, presencia-se que, por vezes, pais de família que não conseguem mais suprir as necessidades de sua família; mães que deixam seus filhos em situação de desproteção social, pois precisam sair para procurar trabalho, culminando em desproteção dos filhos e o risco da retirada judicial dos filhos em razão dessas violações de direitos; mulheres transexuais que são expulsas de casa por sua identidade de gênero, acabam por ir para as ruas. Atividades como profissionais do sexo, tráfico de drogas, uso abusivo de substâncias, também passam a compor a história de vida dessas pessoas.

O capitalismo e o crescimento econômico abandonaram uma massa de populações e minorias vulnerabilizadas, sem os recursos mínimos para se inserirem nos eixos da economia aos moldes tradicionais. Os processos de exclusão se constituem justamente em virtude de uma

economia que opera sob uma lógica excludente. A precarização da entrada no mercado de trabalho formal se amplia, o número de desempregados aumenta, o nível de evasão escolar e precarização da educação cresce, a marginalização pela informalidade e a busca por trabalhos alternativos alcança patamares elevadíssimos. Destarte, o constante crescimento do contingente de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza tornou-se um fenômeno que passou a ser olhado por diversas pastas públicas do Estado.

Portanto, em decorrência do acirrado agravamento da precariedade das condições de vida, tendo que se organizar para sobreviver, as pessoas assumem os espaços públicos como alternativas de existência. Esta ocupação agravada pelo quadro de exclusão social e de acesso a políticas públicas, atravessado por muitas outras vulnerabilidades, justifica o aumento da população em situação de rua.

3.4 A situação de rua atual no Brasil e garantias constitucionais

Houve grandes avanços com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual tratou de estabelecer e regulamentar Princípios Fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais, Direitos Sociais e Seguridade Social, muito embora sejam requeridos por parte da cidadania controle social e vigilância constantes sobre os aspectos garantidores da Lei (Brasil, 1988).

Dessa forma, cumpre-se pontuar que a própria situação de rua se configura como uma forma de violência, tendo em vista que há uma violação do direito à moradia, previsto pela Carta Magna:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Assim, pode-se dizer que estar em situação de rua no Brasil passa por uma questão social e de acesso e garantia a políticas públicas. O que propõe-se é pensar em novas formas de violência, ou, como chama atenção Wieviorka (1997), nas “transformações recentes, a partir dos anos 60 e 70, sendo tão consideráveis que elas justificam explorar a ideia da chegada de

uma nova era, e, assim, de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo”. Estamos diante de uma nova abordagem do conceito de cidadania e a quem essa está acessível.

Até a Revolução Industrial, a cidade funcionava pela escala humana, ou seja, sua estrutura comportava o homem e suas limitações. Com a chegada desse importante marco histórico, foram instauradas modificações na estrutura urbana e o homem deixou de ser a medida para a organização e planejamento da cidade, dando lugar à máquina (fábricas).

As cidades se tornaram sistemas reprodutivos (Lefebvre, 2004). Assim, a ocorrência de pessoas vivendo nas ruas é inerente ao espaço urbano e ao crescimento das cidades como local onde as pessoas passam a viver e a desenvolver suas atividades, sendo também o principal espaço de convivência humana. Como consequência desse novo modo de vida e de suas implicações econômicas e sociais, passaram a existir, em diferentes momentos históricos, registros de pessoas fazendo das ruas seu espaço de moradia.

Até 1930, no Brasil, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia na sociedade era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Como vimos anteriormente, a pobreza era tratada como disfunção individual.

A primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, criado em 1938. Segundo Mestriner (2001, p.57-58):

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliares. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (MESTRINER, 2001, p. 57-58)

À época do governo da ditadura, entende-se que para os pobres do campo a busca pela vida na cidade era uma iniciativa de tentar superar os desígnios de uma vida sofrida no campo,

sem perspectivas de desenvolvimento, sem escolarização e altamente violenta. (Ribeiro, 2017). Nesse período, houve um intenso êxodo rural e marcha para as cidades, entretanto essas pessoas não tinham como se instalar dignamente, por se tratar de uma parcela da sociedade pouco instruída e com baixa qualificação profissional. Não tiveram a perspectiva de credibilidade por parte de outras camadas sociais para a superação e construção de alternativas, de saídas para a situação em que se encontravam. Estavam vinculadas à própria sorte, lutando por formas de sobrevivência.

É possível resgatar através de pesquisa documental que, a partir da década de 70, ainda em plena ditadura militar, iniciou-se uma luta pela reconquista e ampliação dos direitos de cidadania e de participação política. Este momento é um marco na trajetória da luta das pessoas em situação de rua.

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, de 1993, introduz um novo significado à Assistência Social, enquanto

Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS” (MESTRINER, 2001, p. 2016)

Reconhecer as necessidades básicas das cidadanias vulneráveis se torna um elemento fundamental para fortalecer ações que viriam a se sustentar como políticas de Estado. Nesse percurso, a LOAS não nasce com a Constituição Federal, mas, como uma prática social, alcança nesses marcos legais o status de políticas sociais, convergindo ao campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (LOAS, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) não traz consigo a institucionalização de uma política de Estado, o que apenas viria a se constituir com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2011, entretanto, ela vem se firmar enquanto:

assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania, porém na prática nos deparamos com uma não efetiva garantia destes direitos preconizados. É possível resgatar através de pesquisa documental, que no Brasil, a partir da

década de 70, iniciou-se uma busca por ampliação dos direitos de cidadania e de participação política, ante ao quadro ora posto, da Ditadura Militar, é um marco para iniciar a trajetória da luta das pessoas em situação de rua. (LONARDONI, GIMENES, *et al.*, 2006)

A avaliação da Assistência Social pós-LOAS é, portanto,

[...] plena de ambiguidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais. (LONARDONI, GIMENES, *et al.*, 2006)

Já no Caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 13) é trazido que:

Com o agravamento das questões sociais e as altas taxas de desemprego registradas nos anos 80 ampliaram-se as demandas por acesso a saúde, educação, assistência social e trabalho e renda. Nesse cenário, o acelerado crescimento das cidades exigia investimentos em infraestrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação, políticas que os movimentos sociais passaram a reivindicar, na perspectiva da garantia de acesso e enfrentamento das iniquidades observadas na realidade brasileira. (MDS, 2011)

Como relata Oliveira (2008), muitas pessoas que migraram do campo para a cidade não tinham qualificação profissional e baixa escolaridade. Não se enquadravam nos empregos então disponíveis, criando assim um acúmulo de pessoas que não tinham recursos para se manter ou que trabalhavam por uma quantia ínfima, não lhes restando alternativa a não ser se valer das ruas para sobreviver. Gesta-se aí um contingente de pessoas formado por crianças, idosos, mulheres e jovens, que aprenderam a se virar no mundo industrializado e urbanizado.

3.5 O movimento do controle social e efetivação de políticas públicas pela cidadania de populações em situação de rua

Na década de 80 surgiram iniciativas – principalmente dos movimentos sociais e populares – que começaram a marcar a representatividade das populações em situação de rua. Pode-se

destacar que neste período houve mobilização para ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua, com apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF (1993). Essas mobilizações por parte da sociedade civil culminaram na formação da base nacional Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em 1985. No mesmo sentido, por iniciativa da Pastoral do Menor, houve ainda a realização da Semana Ecumênica do Menor entre 1981 e 1992. A Pastoral do Povo de Rua foi um referencial para o protagonismo desse segmento. (Pastoral de Rua, 1987).

Como fruto de uma árdua luta de movimentos sociais em defesa da vida e da cidadania, a Constituição Federativa do Brasil, CF/88, em seus artigos 5º e 6º descreve os princípios de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (BRASIL, 1988)

Assim, as prerrogativas elencadas nestes princípios precisavam tomar corpo e se concretizar através de Políticas Públicas que fizessem jus à sua existência. Partindo desse pressuposto, na entrada da década de 1990, foi criado o Fórum Nacional de Estudos Sobre População de Rua, mais precisamente em 1993, que reuniu organizações de atendimento a pessoas em situação de rua, militantes, especialistas e outros. Importante destacar que a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, datada de 07 de Dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), tratando da organização da Assistência Social, prevê em seu artigo 1º que a Assistência Social é Política de Seguridade Social não contributiva e que deve prover “os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade civil”.

Outro marco nessa trajetória foi o Grito do Excluídos, em 1995, organizado pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil, dando visibilidade ao movimento da população

em situação de rua, que ainda caminhava a passos lentos para sua valorização e ingresso nas pautas de discussão política.

O movimento organizado das pessoas em situação de rua possibilitou a organização de encontros e seminários que aos poucos foram introduzindo esse público ao contexto político e social de lutas. Em 2001 ocorreu em Brasília o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha do Povo de Rua. Todas essas manifestações deram às pessoas em situação de rua mais visibilidade tanto para a sociedade civil, quanto para o poder público.

Mais tarde, em 2004, outro fato marcante aconteceu: a morte de pessoas em situação de rua no Centro de São Paulo, na Praça da Sé, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. Houve a mobilização de diversos segmentos da sociedade em nome da luta por maior participação no controle social da política pública de assistência social. Assim, em 2005, durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania, que contou com a participação de pessoas em situação de rua de várias partes do país, foi lançado o Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPSR). Ainda em 2005 a Secretaria Nacional de Assistência Social promoveu o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua.

Após este encontro e ouvidas as demandas postas pelos vários segmentos participantes, foi aprovada a lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005, alterando o Parágrafo Único do artigo 23 da LOAS:

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – às pessoas que vivem em situação de rua."

Em 2008 publicou-se a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua:

A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas. (BRASIL, 2008)

Já se iniciava uma forte discussão sobre o desenvolvimento de políticas para pessoas em situação de rua. Em meio a esse processo foi realizada pesquisa entre 2007¹⁴ e 2008, em 71 municípios brasileiros, sobre pessoas em situação de rua. De posse dos dados coletados por meio deste estudo, no II Encontro Nacional de pessoas em situação de rua, foi validada a proposta de uma política nacional para pessoas em situação de rua, consolidada pelo Decreto 7.053 de 07 de Dezembro de 2009, que institui também o CIAMP-RUA - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Brasil, 2011).

Fazer esse resgate da trajetória da política para pessoas em situação de rua se fez necessário para refletirmos sobre como caminhou a passos lentos o processo de reconhecimento da população na luta pela garantia de seus direitos. Importante mencionar que mesmo com

14 Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada em 2007, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conferir mais detalhes sobre essa Pesquisa na sessão 'Caracterização da População em Situação de Rua'.

dispositivos oficiais como a própria Constituição de 1988, a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e a NORMA OPERACIONAL BÁSICA (2004), a população em situação de rua não tinha seus direitos resguardados, de modo que entendemos que esta política não se faz sozinha, caminhando articulada com outras ofertas do campo socioassistencial, política de habitação, política urbana, política de transferência de renda, etc.

Nos períodos subsequentes, com a consolidação da NOB-SUAS (2004) e legislações garantidoras das populações vulnerabilizadas, teve-se também a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2011, garantindo os níveis de complexidade e atenção da assistência social. Esse marco na legislação propõe-se a resguardar o caráter preventivo, protetivo e proativo da atenção socioassistencial.

Como já mencionado anteriormente, o Decreto 7.053/2009 instituiu a política nacional para pessoa em situação de rua e, cabe aqui mencionar que a Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, tipificou os serviços socioassistenciais, colocando dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, fortalecendo ainda mais a proposta de política pública e não mais de caridade ou bemestar como anteriormente. O Decreto 7.053/2009 traz em suas diretrizes:

Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; integração das políticas públicas em cada nível de governo; integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas; respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos. (BRASIL, 2009),

Assim, a política nacional para pessoa em situação de rua deu novo significado às lutas iniciadas nos anos anteriores; não se trata mais de apadrinhamento ou ação de caridade, mas sim da responsabilidade do poder público, como traz a LOAS, “Direito de todos e dever do Estado”. A proposta deste serviço especializado foi mais uma conquista de quem outrora precisava contar com a boa vontade de outros para seu processo de organização, desde o acesso à documentação civil à referência de um endereço fixo, para qualquer fim.

Assim, a regulamentação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) deu novo rumo para a atenção ao público em questão, possibilitando até o uso do endereço das unidades de atendimento como referência pessoal, principalmente para inclusão nos programas sociais e outros benefícios, como exemplo acesso a segurança de renda, segurança de apoio e auxílio, abertura de conta bancária para recebimento dos benefícios de renda, sendo uma das seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social.

As outras garantias são asseguradas por meio de ações diretas e articuladas com outras políticas públicas, como a saúde, política urbana, a própria alta complexidade nas unidades de acolhimento institucionais, visando à superação das vulnerabilidades e vida nas ruas.

O Decreto Federal n. 7.053/2009 estabelece, em seu art. 1º, o conceito jurídico de população em situação de rua:

Art. 1.º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (CNMP, 2015)

Em consonância com as seguranças afiançadas na PNAS (2004):

a) segurança de acolhida - provida por meio de ofertas públicas de espaços e serviços localizados prioritariamente em territórios de maior vulnerabilidade, com condições de escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de

benefícios, de aquisições materiais, sociais e socioeducativas;

b) segurança social de renda - operada por meio de concessão de Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e, ou, incapacidade para a vida independente e para o trabalho; e concessão de auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades;

c) segurança de convívio familiar e comunitário - oferta pública de rede de serviços continuados que garantam oportunidades e ação profissional para: construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento (de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários); exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade;

d) segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social - provisão estatal de ações profissionais para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; a conquista de maior grau de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certezas de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade; a conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais para os cidadãos e cidadãs sob contingências e dificuldades; e

e) segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais - provisão de acesso estatal, em caráter transitório, de auxílios em bens materiais e em dinheiro, denominados de benefícios eventuais para indivíduos e famílias em risco e vulnerabilidades circunstanciais e nos casos de calamidade pública. (BRASIL, 2005)

Atrelado a isso, a tentativa de resgate/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a retomada da autonomia das pessoas em situação de rua são pontos fundamentais que todos os dispositivos oficiais de atenção a este público trazem, para a reconstrução de um novo olhar e um novo projeto de vida.

A nova proposta coloca para a sociedade e para o poder público o rompimento com o preconceito, o desafio de planejar, implementar e executar a política para pessoa em situação de rua. Não se pode aqui desconsiderar a participação da própria população na construção dessa política, no controle social através dos Conselhos, Conferências, Audiências Públicas, Seminário e outros.

O Decreto 7.053/2009 (BRASIL, 2009), em seu artigo 1º, Parágrafo Único, trouxe uma nova concepção para a população em situação de rua, a partir da pesquisa mencionada anteriormente, como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Esse conceito favoreceu o entendimento das demandas e necessidades dessa população, podendo se pensar em alternativas de atendimento e intervenção. Tomemos como exemplo a implantação do Centro Pop como sendo um espaço de vivência, de guarda de seus pertences, espaço para banho, de alimentação, de higiene pessoal, de escuta individual e qualificada, de encaminhamento para a rede Socioassistencial e de saúde. Esse espaço não surgiu “do nada”, foi pensado de forma que pudesse atender aos usuários e suas dinâmicas numa proposta de reconstrução de vínculos, de sensibilização e atendimento humanizado para aqueles que são colocados no papel de “invisíveis sociais”.

Considerando que a Política Nacional foi aprovada em 2009, muito já se avançou no apoio de outros ministérios como o da saúde, com a implantação dos Consultórios na Rua - CNR (BRASIL, 2011), anteriormente nomeados Consultórios de Rua, buscando dar significado e dignidade às pessoas que se encontravam embaixo de marquises, viadutos, nas praças, fazendo uso abusivo de álcool e outras drogas. Isso porque não se trata apenas de um efeito “curativo”, mas de assistência à saúde dessas pessoas, de forma humanizada, integrada e articulada a outras políticas, haja vista que é uma equipe multiprofissional que atua neste projeto.

A menção da equipe e Consultório na Rua - CNR se faz necessária porque mesmo que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja direito de todos e universal, este grupo populacional ainda sofre as mais diversas formas de preconceito e discriminação, mesmo no acesso aos dispositivos de proteção social. Assim, o CNR trouxe condições de atendimento humanizado,

de redução de danos e prevenção de doenças infectocontagiosas através de encaminhamentos e informações.

O avanço na capacitação de profissionais através da Secretaria Nacional de Participação e Cidadania com seminários, videoconferências, cursos online, entre outros, trouxe uma gama de conhecimentos e trocas de experiências que facilitaram a compreensão e também a construção da política para pessoas em situação de rua. É preciso que se enxergue a potencialidade dessas pessoas, que não são meros coadjuvantes de suas histórias, são protagonistas, capazes e não devem ser menosprezadas ou desconsideradas pela sua situação de estar na rua. Essa visão de autonomia e de emancipação torna o processo de trabalho mais empoderador e eficaz, quando se entende e percebe que há confiança na mudança de vida e estímulo para uma vida autônoma.

Em seguida, apresentar-se-á uma introdução do fenômeno das pessoas em situação de rua referenciadas na regional Centro-Sul em Belo Horizonte juntamente com a apresentação de dados do ano de 2018 até a extração das informações (29/09/2018).

3.6 Pessoas em situação de rua na regional Centro-Sul em Belo Horizonte

A eleição da regional Centro-Sul se justifica por razões de o pesquisador estar na coordenação do equipamento de Proteção Socioassistencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), tendo, em virtude dessa função, maior acesso a coleta de informações e às usuárias mulheres em situação de rua que estejam localizadas nesta regional, de modo que pode organizar melhor a distribuição territorial para a aplicação dos questionários desta investigação.

A regional Centro-Sul detém o maior contingente de pessoas em situação de rua de Belo Horizonte (veja Tabela 01). Tal fenômeno tem justificativa em causas diversas, desde o êxodo de outros municípios e até mesmo outros estados, acreditando que a capital oferece melhores oportunidades, até casos que estão relacionados com sofrimento mental e adoecimento de outras ordens, bem como violência, uso de drogas e trajetórias de violação

de direitos. Esses dados foram consolidados no decorrer dos atendimentos às pessoas em situação de rua e lançados nos registros do Sistema de gestão em Políticas Sociais de Belo Horizonte - SIGP, no mês de julho/2018.

Tabela 1: Distribuição de pessoas em situação de rua (n=6117) cadastradas e atualizadas por regionais de Belo Horizonte – números absolutos e relativos 2018.

REGIONAIS	PESSOAS	(%)
Barreiro	183	3,0%
Centro-Sul	3549	58,0%
Leste	458	7,5%
Nordeste	97	1,6%
Noroeste	650	10,6%
Norte	713	11,7%
Oeste	98	1,6%
Pampulha	102	1,7%
Venda Nova	168	2,7%
Endereço Não Georreferenciado	99	1,6%
Total Geral	6117	100,0%

FONTE: GOVERNO FEDERAL – MDS / CADASTRO ÚNICO. Belo Horizonte, julho 2018. CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

Até a ocasião da extração dos dados, a regional Centro-Sul detinha o maior número de pessoas em situação de rua no município. Isso se deve, provavelmente, ao fato desta regional concentrar as maiores ofertas e oportunidades de serviços, de restaurantes populares, de segurança, de acesso à rede de saúde, além do parque municipal, que ancora proteção aos usuários durante todos os dias, exceto às segundas, quando se fecha para manutenção.

Devido ao alto número de seguranças que atuam pela guarda municipal, mantendo a segurança nos limites do parque, a população em situação de rua que circula pela área do hipercentro, tem nesse lugar fonte de refúgio, bem como desfruta da facilidade de transitar de outros territórios para o hipercentro de Belo Horizonte por meio dele.

Através dos dados levantados no último Censo Suas, foi possível identificar que da população de rua de Belo Horizonte (n=6.117), 10,3% (628) são mulheres e 89,7% (5.489) são homens. A representatividade de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte segue um padrão regionalizado, podendo ser verificada essa mesma porcentagem na regional Centro-Sul. Respeitadas as proporções, temos aproximadamente as mesmas populações distribuídas entre as nove regionais.

Apontou-se ainda que esta população é formada, predominantemente, por homens (75,3%) e que as mulheres em situação de rua são mais susceptíveis a todas formas de violência, sendo que 36% delas alegam terem sofrido violência sexual. Muito embora seja expressivo, o contingente masculino em situação de rua não é objeto de nossa pesquisa. Aqui não questionamos por que há mais homens nesta situação, mas voltamos nossa atenção a uma minoria de mulheres, que segundo o Censo Pop. de Rua são mais susceptíveis a formas de violência.

No ano de 2018, desde seu início até a data de 29/09, foram realizados 276 encaminhamentos para a rede de atenção, proteção e políticas públicas para o cidadão. Destes podemos identificar que 137 encaminhamentos foram realizados para a Gerência Regional de Programas de Transferência de Renda e Geração de Trabalho, correspondendo a quase 50% dos encaminhamentos, sendo distribuídos os outros 50% entre outras demandas como albergues, abrigos, repúblicas, tratamento de saúde e dependência química.

Sabe-se que o hipercentro¹⁵ de Belo Horizonte concentra os serviços básicos a que toda a população recorre. O acesso próximo à rodoviária, a restaurantes populares, abrigos e

15 Área definida como objeto de zoneamento (ZHIP), pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano nº 7165 de 27 agosto de 1996, Cap. II, art. 7º., XXV

§1º- hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das Avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta, incluída a Praça Saul Soares, até a Avenida Álvares Cabral, por esta, até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, por esta em sentido anti-horário até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem.

albergues para a pessoa em situação de rua, a ampla concentração de comércios, estabelecimentos e serviços públicos e o acesso a viagens por meio do benefício de passagens do serviço do plantão do migrante, entre outras facilidades, favorecem a tentativa de buscar resoluções para os problemas emergenciais da população em situação de rua. Há ainda os espaços de repouso nessa região que favorecem a sua permanência, tais como parque municipal, alamedas hospitalares, saguão da rodoviária, Praça da Estação, Praça Rio Branco e outras áreas que costumeiramente são frequentadas para viver nas ruas.

Desse modo, o grande número de pessoas em situação de rua localizadas na regional Centro-Sul impacta diretamente na oferta de serviços e programas voltados para essa população, sendo necessário o desdobramento de esforços e articulações intersetoriais e de gestão para garantir o acesso e oferta aos serviços e atendimentos.

Diante das ofertas de acolhimentos, albergues, repúblicas, temos um número insuficiente para atender toda a população da regional Centro-Sul, que concorre com as ofertas dos serviços que não estão regionalizados. Ou seja, as pessoas em situação de rua do hipercentro, se querem ir para o abrigo São Paulo, por exemplo, localizado na divisa da regional Nordeste e Norte da cidade, concorrem com as outras regionais para acessar tal abrigo, o mesmo ocorre com o abrigo tia Branca, localizado na divisa entre as regionais Centro-Sul e Leste. Recentemente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania anunciou a ampliação do número de leitos e abrigos para o município de Belo Horizonte, o que favorecerá o acolhimento progressivo na oferta do serviço.

Diante do crescente aumento da população em situação de rua em Belo Horizonte, e especialmente na regional Centro-Sul, temos que repensar os processos de trabalho, metodologia, redistribuição e reorganização dos serviços socioassistenciais. As ações da equipe técnica de referência na regional, hoje conta com a execução de uma referência técnica no horário das 8:00 às 14:00, e após esse turno, técnicos do Serviço Especializado em Abordagem Social atendem até o fim do expediente, alternando em acolhida, orientação e

encaminhamentos, devendo fazer uma captura dos processos e demandas que envolvem as pessoas em situação de rua.

Para se ampliar o rol das proteções que envolvem os grupos vulnerabilizados que atravessam o campo das proteções dos outros serviços, os quais têm uma interface íntima, seja no acolhimento, no diálogo de rede intersetorial, em intervenções no território ou com grupos familiares, etc., tem-se a necessidade de adequar estratégias com os outros serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, quais sejam Centros Pop, Albergues, abrigos institucionais e Centro Dia no Barreiro, com os demais serviços do CREAS, tais como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção Especializado das Medidas Socioeducativas (MSE), favorecendo a oferta aos usuários, bem como a outros níveis de proteção social como os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no contrarreferenciamento territorial.

No último Censo de 2013, publicado no ano seguinte (UFMG, 2014), realizado no município de Belo Horizonte, foi constatado que os principais motivos relatados que teriam levado os entrevistados a viver e a morar na rua são: os problemas familiares (52,2%), seguidos pelo abuso de álcool e/ou drogas (43,9%), a falta de moradia (36,5%) e o desemprego (36%). Estes dados reforçam a tese da falta de políticas públicas efetivas em setores como educação, saúde, habitação e trabalho. Expressam, assim, mais uma forma de violência e desigualdade social vivenciada por esta população.

Vieira, Bezerra e Rosa (1992) expõem três situações que costumam levar pessoas para situação de rua: desemprego ou busca de trabalho, tratamento de saúde e busca de parentes. Neste caso, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em albergues, rodoviárias ou locais públicos de grande movimento urbano, evitando possíveis agressões.

Os autores acrescentam que as pessoas que estão na rua são aquelas que já não consideram a rua tão perigosa e assim passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com

alguma renda, o que pode ser observado no perfil do grupo de alguns dos guardadores de carro, descarregadores de cargas e catadores de materiais recicláveis. Já as pessoas que “*são da rua*” são aquelas que já estão na rua há um tempo e em razão disso foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso de álcool e outras drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição à violência e vulnerabilidade.

Dada a estreita relação deste grupo populacional com as iniquidades sociais em saúde e precarização do alcance das ofertas da assistência social, denota-se a importância das políticas públicas se aproximarem deste público-alvo no campo prático e da pesquisa. Espera-se, desse modo, que ao se propor tal movimento, esta área de conhecimento sustente suas ações em evidências científicas, com vistas a qualificar o cuidado e a assistência especialmente a essas mulheres com que trabalhamos mais diretamente neste estudo, pensando estratégias subsidiadas pelo campo do cuidado com suas particularidades e especificidades da condição em situação de rua de mulheres.

3.7 Avaliação do cenário diante das políticas públicas e RS.

O acesso do usuário em situação de rua aos serviços de transferência de renda constitui um fator primordial na garantia da sua dignidade e cidadania. Assim ele poderá fazer uso de várias outras ofertas e benefícios na cidade, com o acesso do cadastro no Cad. Único, por meio do qual se garante o acesso ao auxílio alimentação nos restaurantes populares (tendo até 3 refeições ao dia). Além disso, o programa Bolsa Família é igualmente importante, pois contribui para que o governo desenvolva políticas públicas voltadas especialmente para atender suas necessidades.

Com base nas informações dos relatórios mensais de atendimento, cumuladas no período entre janeiro e setembro de 2018, conseguimos extrair por amostragem de identificação a incidência das pessoas em situação de rua que foram abordadas pelo SEAS. Identificamos predominantemente as regiões do hipercentro de Belo Horizonte como sendo maior foco de circulação e permanência, existindo uma tendência para a ocupação de espaços como o

parque municipal, área hospitalar, rodoviária, complexo da Lagoinha, Região da Savassi e Barro Preto.

Diante da oferta de ações entre acolhimento, atendimento e acompanhamento, temos nesses meses o total de 6.164 casos que foram de alguma forma mobilizados pelos trabalhadores do SEAS. Desse contingente, efetivaram-se quase cinco mil abordagens, entre encaminhamentos de outros serviços, equipamentos, políticas, denúncias, visando a uma intervenção na tentativa de consolidar algum tipo de encaminhamento. Diversas razões justificam ações não efetivadas, como migração da pessoa do local anunciado, não adesão, recusa, impossibilidade de aderir às intervenções devido a outras causas.

Diante do cenário observado, verifica-se a necessidade de abordagem metodológica que consiga elucidar as dinâmicas especificamente das mulheres que estão em situação de rua, a fim de dar melhores encaminhamentos aos serviços ofertados a esse público, de modo que efetivamente possa se promover a superação das vidas nas ruas ou estratégias de superação dessa realidade que é atravessada por violência.

Parte-se, então, do pressuposto de que o conhecimento acerca das representações sociais e processos identitários de mulheres em situação de rua sobre violência auxiliará os profissionais das várias políticas públicas na qualificação do seu atendimento, assim como também direcionará metodologias do trabalho com população em situação de rua. Desta forma, as seguintes questões nortearão a pesquisa: ser mulher; viver em situação de rua sendo mulher; a melhor forma de se organizar em situação de rua é; ser mulher e suas expectativas.

4 “TUDO É VIOLÊNCIA, VIVER É VIOLÊNCIA!”: representações sociais e vivências de mulheres em situação de rua

“EVERYTHING IS VIOLENCE, LIVING IS VIOLENCE!”: Social representations and experiences of homeless women

Sergio Rosa Neves Temponi, Luiz Paulo Ribeiro, Tarcísio Marcio Magalhães Pinheiro

RESUMO

Este artigo analisa as representações sociais de mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte sobre violência. Partimos do pressuposto que ser mulher no contexto de vulnerabilidade social faz com que tais sujeitas se vejam impelidas a pensar, sentir e agir de formas distintas em relação ao fenômeno da violência e, por consequência, em relação a si mesmas. Traduzir a violência a partir de suas representações implica verificar elementos nas perspectivas social, política, cultural e psicológica, nas quais tal fenômeno é perceptível. A discussão também passa pela categoria gênero, na qual o binarismo masculino e feminino é questionado, e até mesmo colocado como um paradoxo a ser confrontado a partir de algumas das pessoas entrevistadas. Para a coleta de dados foram aplicados 22 questionários a mulheres em situação de rua e conduzidas entrevistas narrativas com três delas. A análise de dados foi a partir da análise de conteúdo. Identificou-se que a violência é algo presente no cotidiano das mulheres em situação de rua de Belo Horizonte. Mesmo que a questão do binarismo de gênero esteja dissolvida nas representações das mulheres entrevistadas, ainda há socialmente os marcadores que separam masculino e feminino que excluem seus processos subjetivos. Dessa maneira, elas se colocam de forma a reconstruir e (re)visitar categorias previamente elaboradas para explicar processos que requerem, para além da academia, a experiência de estar no mundo, frente aos fenômenos que significam e ressignificam as identidades, diante das estratégias que elas traçam em torno da violência e da forma de autopreservação.

¹Artigo submetido à Revista Cadernos Gênero e Diversidade (GenDiv), Salvador, BA, Brasil. e-ISSN: 2525-6904 ID: 36340, em 12/04/2020.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Masculino. Feminino. Desconstrução binária.

ABSTRACT

This article analyses the social representations of homeless women in the south-central region of the city of Belo Horizonte in Minas Gerais about violence. We assume the premise that being a woman in a context of social vulnerability makes these subjects see themselves impelled to think, feel and act in different ways in relation to the phenomenon of violence and consequently, of themselves. To explicate the violence by its representations implies verify elements in the social, political, cultural and psychological perspectives, where such phenomenon is noticeable. The discussion also starts with the gender category, in which male and female binarism is questioned, even presented as a paradox to be confronted by some of the interviewed. For data acquisition, 22 questionnaires were applied to homeless women and narrative interviews were conducted with three of them. Data analysis was based on content analysis. It was identified that violence is something present in the daily lives of homeless women in Belo Horizonte. Although the issue of gender binarism has been less marked in the representations of the women interviewed, there are still social markers that separate men and women that exclude their subjective processes. This women reconstruct and (re)visit previously elaborated categories to explain processes that require, beyond the academy, the experience of being in the world, in the face of the phenomena that signify and re-signify identities, in the face of the strategies they create around violence in order of self-preservation.

Keywords: Violence. Genre. Male. Feminine. Binary deconstruction.

4.1 Introdução

O fenômeno social da vivência em situação de rua é algo que acompanha a história da humanidade, sensibiliza olhares e tem se tornado cada vez mais objeto de estudo e atuação dos profissionais de psicologia, principalmente nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e serviços psicossociais de abordagem de rua. Se por um lado é necessário transformar algo que é um cenário – que naturaliza a miséria – em campo de atuação profissional com compromisso ético e político, por outro ainda é preciso trabalhar

contra o preconceito e a estigmatização social dos sujeitos e sujeitas que estão em situação de rua no nosso país, constituindo-os como sujeitos de direitos. (RIZZINI e COUTO, 2019)

É neste caminho que este artigo se apresenta como uma possibilidade de (re)conhecer as mulheres em situação de rua em uma das maiores capitais do Brasil, Belo Horizonte, verificando como elas vivenciam e elaboram a violência que lhes é cotidiana. Rizzini e Couto (2019) apontam para a necessidade de estudos sobre as populações de rua, uma vez que a transitoriedade dos sujeitos e as diferentes vivências dos grupos populacionais que estão na rua dificulta a compreensão de um perfil destes sujeitos, demandando estudos que reconheçam especificidades e vulnerabilidades em cada grupo.

Considerando a história e a dialética das relações sociais podemos inferir que o fenômeno da vivência em situação de rua não é algo recente. Dizemos que se ele está presente ao longo da história da humanidade e que a cada tempo ou período estes sujeitos foram marcados (identificados) de diferentes formas e em variados discursos: religioso, criminal, psiquiátrico, da questão social, da vadiagem e da exclusão. Cada um desses discursos produziu sujeitos com dimensões identitárias que por vezes os condenam, os rotulam como marginais, os segregam, ou ainda os inserem em uma realidade que se inscreve em função da miséria que opera no tempo e espaço dessa realidade social.

O fenômeno constituinte das pessoas em situação de rua é remoto no Brasil. Surgindo desde a colonização, a relação colonizador-colonizado já trazia as marcas da discriminação, tanto na relação com a população nativa, como no processo de escravização, ambos com a lógica de economia e de cidadania excludentes. Esse cenário contribuiu para o acirramento dos processos de segregação entre populações normativas e minorias vulnerabilizadas por vivências de exclusão social, menor valia do capital humano e consumo, ao qual a condição de pobreza não os permitia acessar. (Sposati, 1998)

Concordamos com o que defende Francisco (2009), ao afirmar que o surgimento da população em situação de rua é um dos reflexos da exclusão social, que a cada dia atinge e prejudica uma quantidade maior de pessoas que não se enquadram no atual modelo

econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional, embora essa seja inacessível à maioria da população.

Neste percurso, faz-se necessária a apropriação de alguns conceitos e compreensões epistemológicas sobre gênero, feminino, mulher e até mesmo masculino. Em um cenário em que há distinções sociais, políticas e éticas ao se tratar do binômio masculino e feminino, torna-se indispensável apresentar tal discussão a fim de repensar as construções de gênero, apresentando, por conseguinte, as reflexões sobre a premissa das relações sociais de sexo que padronizam e enquadram os sujeitos femininos como do âmbito privado, assujeitados à lógica patriarcal masculina.

Essas normatizações binárias trazem consigo expressões e cargas estruturais de processos sociais para o masculino e feminino, inclusive às mais relevantes formas de compreensão e contestações que regulam a vida de algumas pessoas que questionam essas posições normativas. Há uma hierarquização quase que milenar que atesta a supremacia do masculino sobre o feminino, erigida com e pela sociedade ocidental moderna.

4.2 A mulher e a violência: gênero e representações sociais

Alguns autores apresentam explicações relevantes para pensar as expressões materializadas pelo binômio cisnormatizante masculino e feminino. Avanços nessa reflexão nos portam a outras construções conceituais ou apontam para uma reflexão que vem ganhando holofotes acadêmicos, como as identidades *queers* e transgressões normativas. Neste momento, não nos parece recomendável a descrição de conceitos como cisgeneridade e transgeneridade, uma vez que exatamente essas categorizações estão sendo refletidas e discutidas à partir de diversas autoras e autores contemporâneos, como Eve K. Sedgwick em sua obra *A epistemologia do armário* (1991) e Judith Butler em suas obras *Problemas de Gênero* (1990) e *Bodies that matter* (1993). Estes autores produziram um novo vocabulário para compreender sexo, gênero e relações de poder (MISCOLCI, 2014).

O que se busca aqui é, a partir da ótica da teoria das representações sociais, compreender o lugar em que se coloca esse sujeito social, coletivo, político e, deveras, periférico. Sujeitas que estão impressas na marginalidade e exclusões sociais, que precisam se reinventar diante do que está impelido pelas formas de se relacionar com o mundo, ampliando assim seu modo de pensar, sentir e agir (JODELET, 2001).

Nesse formato, estão circunscritas no campo do masculino atribuições que são associadas aos conceitos de força da natureza, energia para o trabalho braçal, para o combate e para lidar com a proteção da prole, da reprodução e da sustentabilidade de sua hereditariedade; pensamento que perdurou até meados do século XX, como podemos verificar em Lehen:

(...) masculinidade tradicional naturalizada pela sociedade baseou-se em modelos de virilidade que, fundamentalmente, tinham como pressupostos a força física, a potência sexual e o (auto) controle, imiscuindo-se em episódios de violência simbólica e não simbólica que garantiam o domínio masculino na sociedade (LEHNEN, 2015).

Mesmo no cenário contemporâneo pode-se verificar que as construções sociais sobre o masculino e feminino foram erigidas em relações de poder e dominação. A cultura do patriarcado nos impele a determinar condições inerentes à vivência do que está posto para a condição do feminino e o que isso representa. Vemos a seguir que:

a subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias de uma essência feminina vinculada às atividades reprodutivas, não são consideradas como capacidades de trabalho, como algo tecnicamente especializado. A ideologia dominante sobre o que é ser mulher reproduz qualidades e valores que são naturalizadas como femininas conferindo legitimidade à relação exploração-dominação. (PESSOA DANTAS e CISNE, 2017).

A proposta de Cisne (2012) e outras literaturas que debatem a condição do feminino vêm iluminando as perspectivas de construções conceituais que se apresentam sob o viés de gênero, quando essas construções nos apresentam aportes culturalistas que, de certa forma, trazem elementos limitadores para se pensar as construções do feminino baseado nas desigualdades, nas lutas de classes e na subordinação do trabalho feminino pelo capital.

Assim, desconsidera-se toda uma égide no campo das relações macroestruturais, em razão do rigor teórico-político que o mesmo imprime na análise das relações desiguais entre os sexos.

Sendo assim, só é possível compreender o paradoxo epistemológico de gênero se ancorarmos sobre si toda uma perspectiva teórico-político-cultural. Essa desconstrução leva em conta a construção social de gênero, que redimensiona tais premissas, podendo assim, de forma a objetivar através de indução por pressão por inferência, proporcionar novas perspectivas de nomeações ou categorização para os fenômenos e ao conceito *sui generis*, trazendo essa leitura para os grupos sociais (JODELET, 2009).

Decerto, seria inapropriado nesse momento associar conceitos teórico-político-culturais, mas apresentá-los como categorias particularmente diferentes, ainda que consigamos refletir suas proposições e, hipoteticamente, a possibilidade de ancoragem futura. Nos ateremos então aos conceitos de gênero e de relações sociais de sexo quando formos construir os processos de subjetivação do feminino na sociedade contemporânea.

Diante das marcas do patriarcado hegemônico, faz-se necessário o exercício de transgredilo, dissolvendo as características atribuídas às categorias de gênero, de maneira a compreender o campo da desconstrução binária, como proposta de uma nova experiência não apenas subjetiva, mas envolta de contornos afetivos, vividos, sexuais, sociais e políticos, ampliando assim as posições de novas identificações sociais e de classes dos gêneros.

Assim, para se chegar a essa compreensão do caráter revolucionário de uma ruptura de paradoxos normatizadores dos gêneros, precisaríamos caminhar pelas categorias pré-existentes para poder desconstruí-las à luz do saber apreendido com esta investigação.

Os corpos ora identificados como homens ou mulheres precisam traduzir suas experiências para além do campo da identificação social, superando-o. Isso pode ser feito na práxis social, mas também através de pesquisas como esta, que externalizam algumas formas de aproximação a partir das falas dos sujeitos. Transcritas, não traduzidas, literais.

Para Cisne (2012), ao buscar compreender a desigual divisão sexual do trabalho e da função do feminino na contemporaneidade, se faz necessário pensar as diferentes formas de violência sobre o feminino. Como pano de fundo, nos deparamos com uma lógica paradoxal e de dupla exclusão, que assume um caráter reducionista diante da potência da mulher e sua relação com a força de trabalho, ao mesmo tempo em que lhe é exigida dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, para satisfazer as necessidades da conjuntura do que caracteriza domínio público e privado.

Diante desta lógica, os homens tinham pertencimento à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres "pertenciam" à esfera privada, sendo as cuidadoras dos lares. Entretanto, com a alteração do cenário socioeconômico, além da força dos movimentos feministas, esta estrutura tem se modificado, mas não se ressignificam os papéis de gênero de forma igualmente equilibrada.

Por outro lado, pensar apenas na mulher e na sua força de trabalho já tipificada por uma sociedade binária cisheteronormativa, exclui as possibilidades de uma reconstrução social dos parâmetros delegados ao feminino nas suas várias expressões não normatizantes, assumindo as experiências também públicas.

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (CISNE, 2012, p. 22).

Quando se assume socialmente que mulheres podem ser as expressões que elas assim desejarem, seja na identificação de seus corpos, seja nas representações sociais que estão continuamente em movimento, e por isso, legítimas de exprimir o que quer que caracterize seus processos de pensar, sentir e agir, permite-se não mais a construção identitária segundo Jodelet (2009), pela forma com que a sociedade elaborará e expressará sua nova realidade, mas, acima de novas categorizações, é a ruptura de paradigmas normativos hegemônicos traçados para perpetuar formas de poder e opressão.

Seguindo ainda na compreensão de Jodelet (2001), um objeto de uma representação social é aquele que é partilhado socialmente e que é alvo de sentidos, discursos e orientações de condutas sobre o mesmo. Uma representação social não nasce do vazio, ela diz de uma relação social de um objeto com os grupos sociais, que podem a partir de diferentes movimentos integrá-lo ou não à cotidianidade. Cabe lembrar que as próprias identidades podem ser alvo de representações sociais, ou seja, os sujeitos podem ser eles mesmos os seus objetos, delimitando identidades aceitas, excluídas e desiguais (RIBEIRO, 2019).

Essa circunscrição de novos paradigmas que vão além dos construtos teóricos pode produzir, a partir de um universo consensual, não regulado pelas instituições, mas pelas relações sociais, novas fruições de expressões como as identificadas nas pessoas em situação de rua e suas dinâmicas intersubjetivas.

Nessa perspectiva, o masculino e o feminino estão relacionados a representações sociais de gênero baseadas nas constituições dos processos de compreensão performático social. E a partir de Moscovici (2012) é possível ampliar as dimensões históricas, a dimensão dos indivíduos e a dimensão dos grupos e coletivos sociais, que outrora eram mal compreendidas, fazendo alusão a uma ciência neutra e imparcial.

Dessa forma, nesses mesmos moldes e já alçando uma subversão a eles, Beauvoir traz consigo a premissa da constituição da mulher como gênero a partir de um ser que encontra sua materialidade no mundo. Com a máxima “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016), ela inaugura uma ideia libertária que não se deu com a criação de sua frase, entretanto, sua constatação foi uma construção longitudinal à crítica aos parâmetros discursivos da tradição, que se consagravam em princípios lógicos e ontológicos da sociedade em que vivia.

É diante destas questões e do contexto já evidenciado que se pergunta: quais as representações sociais da violência para mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte?

Buscamos em Ribeiro (2017, p. 35) a definição de violência aqui adotada, que é “ao mesmo tempo experiência, fato, fenômeno e momento histórico que acontecem, rompendo o fluxo esperado para a vida humana e social, causando, portanto, um trauma psicossocial”, sendo que o autor ainda afirma que é impossível vivenciá-la sem a produção de algo. No objeto de estudo deste artigo, consideramos que a mulher em situação de rua é atravessada pela sua forma de existir e pelo que se constitui dos processos identitários nas transformações dos discursos sociais, assim como pelas transformações sociais às quais estão impelidas a se ancorar, inclusive na forma de conceber a violência.

4.3 Percurso metodológico

A proposta dessa pesquisa se organiza a partir da utilização de métodos qualitativos e quantitativos descritivos, de modo a oferecer informações que transcendam as perspectivas de um único dado, podendo se traduzir em formas semelhantes de ampliar as questões vivenciadas na investigação. Bem como o aporte qualitativo permite transcender concepções pré-elaboradas e imergir nas construções íntimas das narrativas de mulheres que vivem a trajetória de vida nas ruas da regional Centro-Sul da capital de Minas Gerais.

A viabilidade de execução se deu devido à autorização junto à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Diretoria de Gestão de Assistência Social, da Subsecretaria Adjunta de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, já com o termo de anuência autorizando a investigação. O processo de escolha pela regional Centro-Sul se deu pela facilidade de o pesquisador atuar nesse território como Coordenador do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Centro-Sul - CREAS-CS, e sob autorização da Diretoria Regional da Assistência Social Centro-Sul - DRAS-CS.

Também se fez necessária a autorização da pesquisa pelo Conselho de Ética em Pesquisa - COEP, para efetivação dos pressupostos aqui almejados sob o registro CAAE-14187513.0.0000.5149. Foi ainda, ímpar para a participação, a leitura e explicação do Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para a usuárias, a fim de que concedessem a permissão para uso das suas entrevistas nesta pesquisa.

De acordo com as metodologias sustentadas por Muylaert, Sarubbi, et al. (2014), como instrumentos para coleta de dados, foram aplicados 22 questionários semiestruturados e 03 entrevistas narrativas a mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Tais entrevistas buscaram saber quais são as representações sociais dessas mulheres sobre a violência. Os sujeitos foram selecionados por disponibilidade dentro de eventos de rodas de conversas que discursavam sobre temas afetos à condição de vulnerabilidade em situação de rua. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Importante salientar que a disponibilidade das mulheres para as entrevistas e preenchimento dos questionários se deu em decorrência do acesso às ofertas das atividades programadas que contemplam a metodologia do SEAS-CS, sejam elas atividades recreativas, lúdicas, acolhimento, acompanhamento, orientação ou encaminhamento. Em algum desses momentos, tais mulheres foram convidadas a participar da pesquisa. Tivemos três aceites em participar da aplicação do questionário, bem como uma recusa a dar entrevista, por considerar o tempo de duração muito longo.

Com base na teoria das representações sociais em que os conteúdos trazidos pelas participantes da pesquisa traduzem a realidade e são por ela traduzidos (MOSCOVICI, 2003), foram analisadas categorias que são construídas sobre violência pelas mulheres em situação de rua e quais repercussões essas representações causam socialmente, para si mesmas e no encontro com a realidade das ruas.

Fornecer dados sobre os processos de representações sociais dá elementos de análise dos conhecimentos socialmente construídos e compartilhados que são utilizados para a produção de identidades sociais e pessoais, de acordo com Alcântara, Abreu e Farias (2015). Com a crescente necessidade de compreender a demanda, é indeclinável a necessidade de realização de pesquisas qualitativas que busquem apreender, a partir das histórias de vida desses sujeitos

e da articulação de tais vivências, as questões sociais mais amplas, os processos de exclusão social que culminam na experiência de viver nas ruas.

Acredita-se que conhecer o cotidiano das pessoas em situação de rua, seu modo de vida, suas estratégias de sobrevivência, seus processos de adoecimento físico e psíquico e, sobretudo, os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao processo de existir e subjetivar-se em situação de rua torna-se imprescindível para a efetivação de políticas públicas emancipatórias (ALCÂNTARA, ABREU e FARIAS, 2015).

O desenvolvimento da aplicação dos questionários teve como objetivo obter dados referentes às mulheres pesquisadas e às suas trajetórias, tendo sido consultada sua identificação, tempo de vida nas ruas, motivadores, uso ou dependência de alguma droga. Além disso, a entrevista semiestruturada permitiu que as entrevistadas discorressem sobre temas mais amplos afetos à pesquisa.

A forma de abordagem das mulheres protagonistas desta investigação se deu pela apresentação do pesquisador como sendo de uma universidade pública, bem como coordenador do serviço que oferta acolhimento e acompanhamento da população de rua - CREAS-CS. Existiram situações no momento das entrevistas que inviabilizaram a abordagem, tais como: usuária se encontrava dormindo ou se alimentando, em alguma interação em que ela sinalizasse a recusa, ou sob efeito de alguma substância química que comprometesse o diálogo. Foi necessário manter-se atento a essas manifestações e considerar a possibilidade ou não de abordagem.

Através da entrevista narrativa, a discussão versou sobre a violência para mulheres em situação de rua, informações sobre o processo de vivência nas ruas das mulheres, sua dinâmica cotidiana e as formas de relações consolidadas nessas vivências. Considerando a incidência de mulheres nas abordagens sociais dos técnicos em suas atividades, através de uma amostragem aleatória baseada na ocasião de abordagem com a população feminina em situação de rua (mulheres cisgênero, transgênero, travestis, transexuais, ora,

5 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

5.1 Dados sistemáticos dos Sistema de Informações dos Governos Municipais e União.

No contexto desta pesquisa, de acordo com o relatório extraído por meio de geoprocessamento, georreferenciamento e análise qualitativa/quantitativa da base de dados do Cadastro Único (CAD. Único) do município de Belo Horizonte referente ao mês de agosto/2018, tem-se que na capital mineira há 6.241 pessoas em situação de rua inscritas e com os seus cadastros atualizados nos últimos 24 meses².

Encontra-se uma pluralidade de sujeitos nesse circuito em situação de rua, dos quais fazem parte aqueles que se nomeiam como mulheres. Tal condição é rotineira dentro de uma escalada no aumento da pobreza e precárias condições de moradia, exclusão nas afetividades familiares e parentais, bem como uma série de violações e violências a que estão sujeitas, tendo a rua como alternativa para sobrevivência, ainda que em condições degradantes diante do que se espera da dignidade da pessoa humana.

Ao circular pelo centro da cidade de Belo Horizonte tem sido comum identificar o trânsito e a convivência de mulheres em situação de rua nos espaços públicos e de maior densidade populacional. Essa percepção empírica é confirmada pelos dados do SIGPS³, dos atendimentos de mulheres no território da regional Centro-Sul.

Temos identificado casos de gestantes, idosas, e em menor quantidade crianças ou adolescentes femininas, que quando encontradas estão com algum familiar, ou evadidas de

²Fonte: Governo Federal – MDS / Cadastro Único. Belo Horizonte, agosto 2018, CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

lares violentos ou de acolhimento institucional. Também há casos de adolescentes em conflito com a lei, que evadiram de suas casas de acolhimento socioeducativos de semiliberdade ou casas de acolhida, como as Unidades de Acolhimento Institucional - UAI. São frequentes ainda os casos em que se tem identificado mulheres que estejam em cenas de uso e de dependência química, além do elevado quadro de sofrimento mental, o que tem aumentado a dificuldade de intervenções e ofertas dos serviços socioassistenciais.

Cumprе destacar que a cidade de Belo Horizonte está dividida em nove regionais (Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova), sendo que a regional Centro-Sul detém o maior contingente de pessoas em situação de rua de Belo Horizonte (Tabela 01). A escolha desta última se deu pela principal justificativa de ser a regional com maior número de pessoas em situação de rua cadastradas no Censo Suas Pop Rua e pelo pesquisador estar na coordenação do equipamento CREAS-CS.

Tal fenômeno pode estar fundamentado em causas diversas, desde o êxodo de outros municípios e até mesmo outros estados, acreditando que a capital oferece melhores oportunidades, até casos que estão relacionados com sofrimento mental e adoecimento de outras ordens, bem como violência, uso de drogas e trajetórias de violação de direitos.

Outrossim, há nesta regional ofertas e oportunidades do eixo econômico, ofertas de serviços próximos, acesso a restaurantes populares e à rede de saúde pública, além do acesso ao parque municipal que é um ancoradouro que proporciona proteção aos usuários, por ter grande contingente de guardas municipais e facilitar o trânsito de outros territórios para o hipercentro. Dessa forma, apresentam-se fatores relevantes para o elevado número de pessoas em situação de rua nesta regional. Esses dados foram consolidados no decorrer dos atendimentos às pessoas em situação de rua e lançados nos registros do Sistema de Gestão em Políticas Sociais de Belo Horizonte (SIGPS), no mês de julho/2018:

Tabela 1: Distribuição de pessoas em situação de rua (n=6117) cadastradas e atualizadas por regionais de Belo Horizonte – 2018

Regionais	Pessoas	(%)
Barreiro	183	3,0%
Centro-Sul	3549	58,0%
Leste	458	7,5%
Nordeste	97	1,6%
Noroeste	650	10,6%
Norte	713	11,7%
Oeste	98	1,6%
Pampulha	102	1,7%
Venda Nova	168	2,7%
Endereço Não Georreferenciado	99	1,6%
Total Geral	6117	100,0%

FONTE: GOVERNO FEDERAL – MDS / CADASTRO ÚNICO. Belo Horizonte, julho 2018. CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

Hipotetizamos que o hipercentro⁴ de Belo Horizonte concentra os serviços básicos a que toda a população recorre. O acesso próximo à rodoviária, a restaurantes populares, abrigos e albergues para a pessoa em situação de rua, a ampla concentração de comércios, estabelecimentos e serviços públicos e o acesso a viagens por meio do benefício de passagens do serviço do plantão do migrante, entre outras facilidades, favorecem a tentativa de buscar resoluções para os problemas emergenciais da população em situação de rua.

Há ainda os espaços de repouso nessa região que favorecem a sua permanência, tais como parque municipal, alamedas hospitalares, saguão da rodoviária e outras áreas que

4 Área definida como objeto de zoneamento (ZHIP), pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano nº 7165 de 27 agosto de 1996, Cap. II, art. 7º., XXV

§1º- hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das Avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta, incluída a Praça Saul Soares, até a Avenida Álvares Cabral, por esta, até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, por esta em sentido anti-horário até a Avenida bias Fortes, e por esta até o ponto de origem.

costumeiramente são frequentadas para viver nas ruas. Desse modo, o grande número de pessoas em situação de rua localizadas na regional Centro-Sul impacta diretamente na oferta de serviços e programas voltados para essa população, sendo necessário o desdobramento de esforços e articulações intersetoriais e de gestão para garantir o acesso e oferta aos serviços e atendimentos.

Através dos dados levantados no último Censo Sistema Único de Assistências Social do município de Belo Horizonte, foi possível identificar que da população de rua de Belo Horizonte (n=6.117), 10,3% (628) são mulheres e 89,7% (5.489) são homens. A representatividade de mulheres em situação de rua em Belo horizonte segue um padrão regionalizado, podendo ser verificada essa mesma porcentagem na regional Centro-Sul.

Muito embora seja expressivo, o contingente masculino em situação de rua não é objeto de nossa pesquisa. Aqui não questionamos porque há mais homens nesta situação, mas voltamos nossa atenção a uma minoria de mulheres, que segundo o Censo Pop. de Rua são mais susceptíveis a formas de violência, , sendo que 36% delas alegam terem sofrido violência sexual (SIGPS, julho/2018).

No ano de 2018, desde seu início até a data de 29/09, foram realizados 276 encaminhamentos para a rede de atenção, proteção e políticas públicas para o cidadão. Destes podemos identificar que 137 encaminhamentos foram realizados para a Gerência Regional de Programas de Transferência de Renda e Geração de Trabalho, correspondendo a quase 50% dos encaminhamentos, sendo distribuídos os outros 50% entre outras demandas como albergues, abrigos, repúblicas, tratamento de saúde e dependência química.⁵

⁵ Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- SACWEB - Sistema Informatizado de Atendimento ao Cidadão (29/09/2018).

No último Censo de 2013, realizado no município de Belo Horizonte, foi constatado que os principais motivos relatados que teriam levado os entrevistados a viver e a morar na rua são: os problemas familiares (52,2%), seguidos pelo abuso de álcool e/ou drogas (43,9%), a falta de moradia (36,5%) e o desemprego (36%). Estes dados reforçam a tese da falta de políticas públicas efetivas em setores como educação, saúde, habitação e trabalho. Expressam, assim, mais uma forma de violência e desigualdade social vivenciada por esta população.

Vieira, Bezerra e Rosa (1992) expõem possíveis situações que costumam levar pessoas à permanência nas ruas: referem-se a uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de trabalho, tratamento de saúde ou parentes. Neste caso, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em albergues, rodoviárias ou locais públicos de grande movimento urbano, evitando possíveis agressões.

Os autores acrescentam que as pessoas que estão na rua são aquelas que já não consideram a rua tão perigosa e assim passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com alguma renda, o que pode ser observado no perfil do grupo de alguns dos guardadores de carro, descarregadores de cargas e catadores de materiais recicláveis. Já as pessoas que “*são da rua*” são aquelas que já estão na rua há um tempo e em razão disso foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso de álcool e outras drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição à violência e vulnerabilidade.

Dada a estreita relação deste grupo populacional com as iniquidades sociais em saúde e precarização do alcance das ofertas da assistência social, denota-se a importância das políticas públicas se aproximarem deste público-alvo no campo prático e também da pesquisa. Espera-se, desse modo, que ao se propor tal movimento, esta área de conhecimento sustente suas ações em evidências científicas, com vistas a qualificar o cuidado e a assistência especialmente a essas mulheres com que trabalhamos mais diretamente neste estudo,

pensando estratégias subsidiadas pelo campo do cuidado com suas particularidades e especificidades da condição em situação de rua de mulheres.

Parte-se, então, do pressuposto de que o conhecimento acerca das representações sociais e processos identitários de mulheres em situação de rua sobre violência auxiliará os profissionais das várias políticas públicas na qualificação do seu atendimento, assim como também direcionará metodologias do trabalho com população em situação de rua. Desta forma, as seguintes questões nortearão a pesquisa: ser mulher; viver em situação de rua sendo mulher; a melhor forma de se organizar em situação de rua é; ser mulher e suas expectativas.

Nesse cenário diverso é que trazemos à tona as questões relacionadas à violência das/contra/com as mulheres em situação de rua, ou seja, a experiência do feminino e de suas representações na vulnerabilidade extrema: o viver na rua.

6 ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

6.1 Mulheres em situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte e a violência

O quadro 01 sintetiza as informações sobre o perfil das participantes do questionário, trazendo também os motivos que as levaram para a rua e uma definição própria sobre a violência. Cada um desses dados está dividido em categorias de análise com as temáticas de gênero, local de vida, de inserção social ou de proteção à violência; a ‘ocupação’ e a violência; a violência dos ‘companheiros’; identidade e violência institucional e representação social de violência.

Quadro 01: Perfil das Mulheres em situação de rua participantes do questionário, Belo Horizonte, 2019.

	Idade	Há quanto tempo vive em situação de rua (em anos)	Local onde vive	Tem companheira/o?	Há quanto tempo tem companheira/o?	Motivo que a levou para situação de rua	Definição de violência
A	30	25 anos	Savassi	Sim	“02 anos”	Briga familiar.	“Tudo é violento, viver é violência”.
B	30	3 meses	Barro Preto	Sim	“2 semanas, anterior vivi 3 meses, com o anterior”	Falta de passagem para retorno ao município, depois desistiu de voltar para a cidade natal. E agora não quer mais.	“Agressões contra a integridade física da pessoa, força, contra a vontade”.
C	36	14 anos	Barro Preto	Não	“Teve mandato de protetiva, o companheiro deu uma tijolada na minha cabeça. Fui parar no IML e ele teve mandado de segurança”	Quando veio da Bahia, promessa de trabalho em um restaurante.	“E a violência dos homem contra as mulher. Os homens tá fazendo muita malvadeza com as mulher. Medo de aparecer morta na rua. A rua tá muito perigosa”.
D	34	22 anos.	Barro Preto	Sim	“13 anos”	Expulso de casa aos 12,	“Ignorância e estupidez de uma pessoa. Não saber se

						(homofobia irmão e mãe), Desemprego	comportar e agir com violência”.
E	48	11 anos	Área Hospitalar	Sim	“3 meses”	Estupro quando vulnerável, e após assassinato do pai, ela foi pra rua 17 anos de idade.	“E uma relação de ódio contra os nossos, irmãos, FEMINICÍDIO, estupro de vulneráveis, crianças sendo tomadas de suas mães”.
F	36	10 anos	Estação Lagoinha	Não	“Viveu 5 anos com o companheiro”	Uso abusivo de drogas.	“Algo que machuca física e verbalmente”.
G	44	3 a 4 anos	Savassi	Sim	“4 anos”	Desemprego.	“Quando há agressão física. Xingamentos eu nem ligo. Mas já jogaram água em mim enquanto dormia. Já tô acostumada com essa falta de educação e ignorância”.
H	45	mais 10 anos	Área Hospitalar	Sim	“3 anos”	Vício em crack.	Abuso de álcool e violação quando está no momento de uso e depois diz que foi porque quis.
I	40	Mais de 30		Sim	“6 anos”	Quis, perdeu mãe, perdeu pai,	Nem sei sabe responder, se não tivesse educação tinha matado todas as pessoas violência.
J	52	2 anos	Barro Preto	Sim	“4 anos”	Não soube informar especificamente.	Não sabe.
K	40	18 anos	Área Hospitalar	Sim	“2 meses”	Droga, estupro	“Apanhar de homens.” Está de medida protetiva.
L	52	12 anos	Barro Preto	Não	--	Uso abusivo de crack.	Não soube responder.
M	19	5 anos	Área Hospitalar	Sim	“1 ano”	Conflito familiar.	“Violência policial, física ou do companheiro”.
N	89	20 anos	Área Hospitalar	Não	--	Vida difícil na família, foi colocada para viver com uma tia aos 13 anos.	“Esse mundo de hoje tá muito violento, a gente não tem mais sossego”.
O	20	3 anos	Barro Preto	Sim	“6 meses”	Ameaça do tráfico.	“A pessoa ser agredida fisicamente e verbalmente”.
P	43	9 anos	Barro Preto	Sim	“5 anos”	Drogas.	“Agressão física, psicológica e verbal”.

Q	40	27 anos		Sim	"15 anos"	Morava em São Paulo e veio para MG e não se adaptou na casa da família e começou a trajetória de vida nas ruas.	"Trairagem".
R	34	1 ano	Área Hospitalar	Sim	"5 anos"	Falta de emprego.	"É a gente ficar na rua, sem dignidade. É uma coisa que machuca a gente. Ser humilhada pelas pessoas. A gente nem parece gente".
S	38	6 anos	Savassi	Não	--	--	"É ficar só nesse mundo. Ah, eu não gosto de solidão. Logo, logo eu arrumo alguém pra ficar comigo. Mas tem que me respeitar. O "outro" me bateu muito, sabe. Mas às vezes ele me protegia também. É engraçado, né"?
T	29	5 anos	Savassi	Sim	"3 meses"	Falta de condições financeiras.	"É os homens pegar a gente a força, abuso sexual que fala, né".
U	26	Tem meses	7 Área Hospitalar	Não	"Depois da rua tive dois".	Dois pontos: desemprego foi fator principal e segundo a identidade de gênero. Meu pai era... transfobia familiar e não me aceitavam.	"Acho que qualquer violência pode ser resumida em violação de dignidade".
V	25	Tem anos	3 Praça da Estação	Não	"Tive vários na rua, mas nesse momento não. Esses homens não prestam"	Ninguém quer uma travesti por perto né, minha filha. é UÓ.	"Acho que qualquer violência é atingir a gente na nossa pessoa sabe. A gente só quer ser humano".

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

6.2 Categoria 01: gênero

Dentre as 22 participantes da pesquisa 17 se apresentaram enquanto mulheres cisgêneras⁶ porque se reconhecem com o sexo designado no nascimento. Outras 2 se identificam como mulheres, sem se posicionar em relação à cis ou transgeneridade. Além disso, outras duas relacionam-se no mundo como “identidade de gênero não binária” e “ovni”, considerando que suas expressões de gênero transitam entre o feminino e o eventual exercício de papéis considerados masculinos.

Tal vivência é cunhada por um paradoxo que as ruas lhes impelem. A identificação nomeada pelas duas é particular, ao tempo que, na vivência das ruas, as suas expressões de sexualidade, suas manifestações afetivas, não as categorizam como tendo uma identidade no campo feminino. Ou seja, na categoria de gênero, estariam para as expressões do masculino, bem como as suas manifestações afetivas, psíquicas, subjetivas, estéticas não estão enrijecidas no binômio masculino-feminino, mas objetivadas nas experiências femininas, das quais as mesmas constituíam para si, social e culturalmente.

De acordo com depoimento da participante “A”, temos:

“Ah! Me lembro! Você lembra o que eu respondi? Eu me lembro” OVNI! Aahahah! (...) Eu parei. Exato! Quando eu falei aquilo pra você, que eu era um óvni, que eu não me encaixava... Porque eu não vivia... Eu vegetava. Eu tava num mundo que não era o meu. Porque um objeto não identificado... Eu não me identificava. Hoje eu posso falar pra você que eu me identifico com uma pessoa que trabalha, com uma pessoa que ama, como a pessoa que quer seu próprio bem, com uma pessoa que tem visão, tem discernimento, hoje em dia, hoje eu sou gente. Não sou mais veneno. Não sou ovni mais”. (A. entrevistada, heterossexual, sem identidade de gênero normativa binária).

Assim sendo, ela acredita que existe algo para além das sua posição nomeada socialmente. Contudo, não conseguia traduzi-la. As mulheres que se percebem nessa condição alegam

⁶ Refere-se a pessoas às quais sua identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. (DAMASCENO JUNIOR e RIANI, 2019).

não ser categorizadas com os outros elementos nominados nos registros de gênero postos ao feminino ou ao masculino. Ainda que elas construam uma identidade que seja flutuante (ora isso, ora aquilo), não estão circunscritas dentre as várias expressões identitárias no campo de gênero, não se prendendo a essas categorias estruturantes, o que dá sentido ao seu estar no mundo, como processo de ancoragem daquilo que elas nomeiam para si mesmas.

O que se percebe no campo da identidade de gênero de algumas dessas mulheres investigadas, para poder eleger um campo identitário, é ainda uma necessidade de ajustes simbólicos sobre as experiências e possibilidades de expressões de gênero que pudessem definir sua nomeação. Baseado na carga cultural marcada pelos repertórios de significados que essas sujeitas compõem e constituem suas identidade culturais hegemônicas, vem sendo rechaçado pela experiência vivida em situações de menor rigor normativo, como a vida nas ruas, e transcendem o campo simbólico e se materializam no corpo. Dando um caráter de descontinuidade da identidade masculina, mas traduzindo novas expressões de gênero, em que se pode externar matizes com suas performances estabelecidas, daquele momento em diante.

O conceito “não binário” foi atribuído a uma entrevistada especificamente, por se tratar de uma dificuldade de identificação tanto com gênero masculino quanto com gênero feminino. Foi necessário no questionário apresentar as descrições do que se referia conceitualmente o termo. Nesse sentido, o indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e gênero a ele estabelecidos e os ressignificam interiormente, aceitando ou rejeitando-os.

Dessa forma, Jodelet (2001) diz da mudança do estranho para o familiar, o que requer um processo de assimilação (objetivação e ancoragem) em que certos objetos se tornam agradáveis à experiência social. Durante esse processo, pode haver preconceitos e estigmatização, uma vez que a própria sociedade lê e organiza seus conteúdos e conhecimentos a partir de uma matriz de análise que é compartilhada histórica, material e socialmente. Não é possível que este processo esteja alheio ou externo a si, pois há uma tríade de representação sujeito-objeto-outro, em que há uma reciprocidade de representações

(Jodelet, 2001). Em outras palavras, em ocasião oportuna, fará familiar esse desconhecido, diante de si e dos outros.

E finalizando a análise de identidade de gênero, outra mulher, representando 5% das entrevistadas, se identifica como uma mulher transgênero, a qual se reconhece pela identidade feminina e se opõe ao sexo biológico, tal como se descreve adiante:

Transgêneros/ Transexuais: Terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as(os) transexuais. É uma pessoa com características fisiológicas do sexo ao qual esse indivíduo não se reconhece enquanto sujeito social, emocional e subjetivo. Essa pessoa não se identifica com o gênero designado ao nascer. Pode ou não se realizar a cirurgia de redesignação sexual. (DAMASCENO JUNIOR e RIANI, 2019).

Ainda de acordo com as respostas das participantes, 40% delas já ultrapassaram os 10 anos em situação de rua. Esse é um elemento importante para problematizarmos o campo das entregas das políticas socioassistenciais e demais políticas públicas para a proteção de populações em situação de vulnerabilidade sociais, em razão de uma série de fatores que foram postos nas experiências sociais e pessoais dessas usuárias.

Alguns relatos dizem da dificuldade em aderir aos acolhimentos institucionais, sejam abrigos, repúblicas, albergues, etc., por motivos das regras institucionais que são muito rígidas. Outras situações, referem-se ainda, às razões que as levaram a condições de rua, que é o rompimento dos vínculos afetivos familiares e comunitários. Temos ainda grupos de participantes que têm de 5 a 10 anos de vida nas ruas e representam 36% e outras populações de 2 a 5 anos tendo aí a representação aproximada de 14%.

Há um contingente relativo de populações que entraram recentemente para a trajetória de rua, representando em torno de 10% das pesquisadas. Esses dados e informações nos fazem refletir sobre alguns processos que surgem para além das condições já narradas nas entrevistas. Em decorrência de exclusões sociais, também do acirramento e precarização no campo social e econômico, devido à ausência financeira, essas pessoas não mais deram conta da manutenção dos seus espaços domiciliares, o que inclui desde locação imobiliária a

despesas básicas, como energia elétrica, água e alimentação. Assim, tiveram que abrir mão de suas moradias, o que culminou em sua ida para as ruas.

6.3 Categoria 02: Local de vida, de inserção social ou de proteção à violência?

Na categoria “local onde vivem”, identificou-se que 35% das participantes se encontram na Microrregião do Barro Preto. Essa informação é relevante por ser uma região de circulação intensa de população que vive próximo ao centro comercial, além de circulação de populações de outros municípios, que vêm em busca do comércio de roupas. Há também uma outra parte de circulação populacional de pessoas que fazem uso do espaço para acesso a Defensoria Pública, Promotorias, Fórum, região de acesso à Vara Trabalhista, ao Instituto de Identificação, ao Centro de Saúde Oswaldo Cruz, a Escolas Especializadas para pessoas com deficiências, a Escola de Formação em Saúde Pública, a Escola para pessoas com deficiência auditiva, etc.

Esses espaços do entorno da região do Barro Preto, por abrigarem instituições ou equipamentos públicos, têm uma alta concentração de pessoas circulando e se movimentando na referida região. Dessa forma, atribui-se a essa região um caráter protetivo, tendo em vista a presença marcante dos aparatos de segurança pública, representados por rondas de vigilância militar, guarda municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, e estabelecimentos em que o circuito e o fluxo da segurança pública preventiva e ostensiva é intenso.

Esses são elementos relevantes para compreendermos que a permanência na região do Barro Preto se justifica por uma possível sensação de segurança entre todos os outros locais do hipercentro da cidade de Belo Horizonte . Uma permanência conveniente pela segurança e a possível situação de prostituição.

Temos ainda na área hospitalar a concentração de outros 35% da população entrevistada em situação de rua, que tem neste local uma vivência mais protetiva também por se tratar de um espaço de grande circulação no campo da saúde, o que também proporciona respostas efetivas a emergências. Um outro fenômeno interessante de se observar é que nesta região se

estabelecem pessoas que estão com o maior tempo em situação de rua, conferindo a este espaço um campo relacional de sociabilidade comunitária entre os comerciantes do entorno, a rede de saúde e atenção e os próprios munícipes residentes. Dessa forma, essa rede de apoio se torna salutar para a preservação dos usuários em situação de rua, visto que há uma relação consolidada afetivamente, ainda que em grande dissonância de classe social.

Com relação ao aspecto da segurança alimentar, a população em situação de rua deste entorno tem uma condição especial de acesso ao restaurante popular da região hospitalar, sendo um dos recursos ofertados como política pública a isenção e gratuidade das refeições realizadas durante o dia para todas as pessoas que estão em situação de rua. Para esse acesso, é necessário tão somente realizar a confecção da carteira de identificação, o que é ofertado nos serviços da Atenção do Cadastro Único e Transferência de Renda e nos equipamentos da política de proteção social especial.

Já na região da Savassi localizamos 20% da população entrevistada. Diferentemente da sensação de proteção relatada pela população que se localiza na região do Barro Preto pela segurança pública e da relação afetiva comunitária constituída na região hospitalar, a região da Savassi tem o maior circuito de concentração de população de jovens que frequentam os estabelecimentos locais noturnos, discotecas, bares e áreas de sociabilidade, o que influencia fortemente na elevada concentração de mulheres em situação de rua neste local, tendo em vista que fica favorecida a mendicância.

Sendo frequentada geralmente por uma categoria e classe social melhor posicionada economicamente, a região contribui para permanência de pessoas em situação de rua em virtude da possibilidade de exercício de pequenas atividades laborais, dentre as quais podem ser destacados trabalhos informais como cuidadores de carros, catação de materiais recicláveis, lavagem de veículos, entre outras atividade que viabilizam a geração de alguma renda.

Na última região, nominada como “Estação 104”, concentrava-se 5% das participantes deste estudo. Tal local é caracterizado como o campo de maior vulnerabilidade da região do

hipercentro em razão de alguns fatores que serão melhor explicitados adiante. A Estação 104 se localiza territorialmente na confluência de outras 3 regionais, sendo composta assim pela Regional Leste, Regional Nordeste, Regional Noroeste e Regional Centro-Sul. Atualmente, ações estratégicas são realizadas para cobrir o campo das proteções sociais nessa região, denominada de Complexo da Lagoinha.

Tal complexo possui peculiaridades, podendo ser observados fenômenos distintos dos outros espaços estudados. Há ali as tradicionais “malocas”⁷ as quais são utilizadas para fazer uso de drogas, para permanência e pernoite. Há algumas pessoas que utilizam deste espaço também para aproveitar a condição de vulnerabilidade da população em situação de rua e misturar-se entre ela para realizar o tráfico de drogas.

Por se tratar de um território pouco acessado por aparatos da segurança pública, equipamentos de proteção no campo socioassistencial e ofertas de outros bens e serviços, inclusive em razão de estar localizado geograficamente na zona boêmia do hipercentro de Belo Horizonte, espaço de marcadas exclusões sociais, fortes estigmas e preconceitos são impressos às pessoas que vivem por ali. São geralmente populações vulneráveis, mulheres que estão em situação de trabalho e/ou exploração sexual, tráfico de drogas, consumo e venda de pequenos objetos furtados, entre outras atividades degradantes. Trata-se, portanto, de uma localização que é marcada socialmente como um ponto de vulnerabilidade elevada e riscos sociais, fazendo com que haja uma grande rotulação social sobre as pessoas que habitam esse território.

Apesar dessas ocupações do espaço do hipercentro de Belo Horizonte em busca de inclusão social, inserção financeira ou proteção, que dizem também de representações sociais da violência. Verifica-se através da fala de uma entrevistada resposta peculiar com relação à sua percepção de violência no espaço, restringindo apenas à violência física: “Não tem lugar certo por medo de espancamento” (sic).

Muito embora o espaço seja representado pela violência, houve também processos de superação por pessoas que conviviam no Complexo da Lagoinha, como é o caso das inserções no Programa Bolsa Moradia.⁸

6.4 Categoria 03: A ‘ocupação’ e a violência

No campo da categoria “ocupação”, ou seja, atividade em que se trabalha, identificou-se que majoritariamente as usuárias tinham alguma função laboral, com exceção de 13,6% que informam não exercer nenhum tipo de atividade e 18,2% que executavam a função de mendicância.

Por se tratar de respostas abertas, várias situações remetiam a uma mesma atividade, de modo que foi necessário criar categorias fixas para que se pudessem consolidar as atividades atribuídas na entrevista. 22,7% das mulheres exercem atividade de coleta de materiais recicláveis. Quatro outras descrições de atividades perfazem, cada uma delas, 4,5% do total, sendo elas: faxineira, profissional do sexo, cuidadora de veículo em vias públicas e lavagem de automóveis na rua. 18,2% informam não fazer nada e outras 22,7% relatam estar desempregadas.

Importante salientar que durante a entrevista identificou-se que as mulheres que estavam desempregadas compunham a população que está a menos tempo em situação de rua, de modo que ainda não davam conta de se referir no presente como desempregadas. Elas informaram durante a entrevista as ocupações que tiveram no decorrer de suas trajetórias, mas não necessariamente manifestaram a ausência de trabalho no momento atual. Sobre esse

⁸ A família é atendida pelo Programa Bolsa Moradia caso seja removida em decorrência de execução de obra pública; caso seja vítima de calamidade, tendo sido removida de área sem condições de retorno; caso resida em habitação precária, situada em área de risco ou em ocupação clandestina ou irregular; e caso seja família sem casa, habitando rua e viaduto do Município. Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/bolsa-moradia>. Tendo sido aumentado em 800 novas Bolsas no último mês de agosto de 2020 (atualização pós defesa).

aspecto, evidencia-se que elas ainda não apreenderam por pressão à inferência enquanto elemento fundamental para a condução de mudanças no processo de construção das representações sociais sobre o desemprego. Ao ser perguntada sobre a sua ocupação atual, assim relata uma delas:

Eu trabalhava na roça, apanhando café. Trabalhei muitos anos na lavoura(...)sei costurar sapato. (“T” mulher cis, heterossexual).

Outra reproduz igualmente: “limpava restaurante”. Relata ainda que fazia faxina, mas, em decorrência da crise, o seu patrão a dispensou e, com isso, foi parar nas ruas.

Observe-se também a seguinte fala:

Dois pontos: desemprego foi fator principal e segundo a identidade de gênero. Meu pai era... transfobia familiar e não me aceitavam. (“U”, mulher transgênera em transição para a identidade feminina).

A ausência de trabalho se torna um marcador de dupla violência. Ao mesmo tempo em que estar nessa situação alimenta a violência intrafamiliar, colocando em conflito a desocupação da entrevistada frente à necessidade de contribuir nas questões familiares, fator cultural construído em torno da emancipação do homem após sua maioridade, também acaba por denunciar uma forma de exclusão de acesso a oportunidades, em virtude da transfobia, situação que se evidencia na rotina de populações vulnerabilizadas por determinantes estruturais como raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

6.5 Categoria 04: A violência dos ‘companheiros’

Quanto às violências perpetradas pelos companheiros, utilizaremos as reflexões que surgem desde que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que a expressão “violência contra a mulher se refere a todo ato de violência que tenha e que possa ter como resultado um dano como o sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, inclusive as ameaças e seus atos de coação, ou a privação arbitrária de sua liberdade, tanto que se procedam em sua vida pública ou privada”. (Organização das Nações Unidas, 1993).

A legislação (Brasil, 2006), com o advento da Lei Maria da Penha, vem atualizar o rol das proteções para mulheres em situação de violência, ampliando também em seu art. 5º o conceito que antes atribuía o campo protetivo apenas às relações de caráter doméstico:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...] III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Logo, o determinante da ação característica da violência contra a mulher passa a não depender do domicílio, tomando centralidade a trama afetiva que se tem entre a vítima e seu agressor.

A violência contra a mulher se manifesta em processo crescente em nossa realidade, atingindo cada vez mais mulheres de todas as classes sociais e etnias de maneira grave. Entretanto, cumpre ressaltar que suas maiores vítimas são mulheres em situação de vulnerabilidade, amplificada por várias outras formas de violação de direitos que vivenciam cotidianamente, como violências, preconceitos e desigualdades sociais, culturais, econômicas, raciais e de gênero.

Dentre esta população mais afetada encontram-se as mulheres em situação de rua. De acordo com a pesquisa realizada, 68,2% das entrevistadas informaram a presença de um companheiro em suas vidas e aquelas que no momento não estavam com um companheiro relataram que, em decorrência de processos de violência, romperam suas relações.

Foi constatada uma realidade em que as mulheres buscam incessantemente por autoproteção, ainda que às custas de continuidade da violência, a qual passa a ser recebida de um único agressor: o companheiro. A maior parte das mulheres entrevistadas relatam que se organizam em torno da vida afetiva. Não que necessitem de amor, mas necessitam de segurança. Essas foram algumas das várias exclamações trazidas por elas durante as entrevistas:

Aí um beijo, um abraço, meu marido (risos) eu, eu fico feliz porque ele tá do meu lado agora. Ter uma companhia faz bem. Esquece as coisas ruins. Ter uma pessoa que só te faz bem. Tanto para aquela coisa ruim, entendeu? Ter um parceiro. Hoje. Parceiro. É, estando na rua, não é mais o meu caso. Na rua isso é uma forma de proteção. Companhia má, às vezes proteção também para mim. Começou sendo uma proteção, companhia. Depois dessa companhia começou a ser desconfiança, agressor, você... Tenho amigas que escolhem estar com alguém, com parceiros para não sofrer violência. Tipo... Conheço vários que escolhem, ficam com o homem, no lugar. Uma semana vê que não é gente boa, mete o pé na bunda dele e, vai pulando, pulando, até achar a pessoa gente boa e procurar as pessoas. Ficar com ela. (“D”, pessoa que está em situação de rua, ora homossexual porque é um, ora mulher porque é uma, ora homem, porque é um. Você entendeu? Ela é 3 em 1).

(...)”pessoas que estão em situação de rua vou falar que eu já vivi, só posso falar de homossexual porque eu sou um, só posso falar da mulher porque eu sou uma, só posso falar de homem porque eu sou um, você entendeu eu sou 3 em 1”. (“D”).

Tiene (2004, pág. 156) descreve em seu livro que “as mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso”. Seus corpos revelam traços de “utilidade-obediência”. Dessa forma, é possível perceber triplamente o papel da violência sobre os corpos femininos, seja pela violência estrutural que se coloca diante do masculino pelas identidades nominadas femininas na nossa sociedade patriarcal capitalista, seja pela estigmatização social da pessoa em situação de rua e sua subcategoria de classe social, ou ainda pela discriminação nas ruas, espaço de sobrevivência posto para o masculino.

Constatou-se através das falas das participantes da pesquisa que a violência para elas está diretamente relacionada ao companheiro. Fator importante de nota é que, muito embora a violência esteja imbricada nas relações de mulheres em situação de rua, a sua maioria espera retomar os afetos com algum parceiro. Este fenômeno não é incomum, e está evidenciado pelos atendimentos também no SEAS, em que as mulheres, sejam elas cis ou transvestigêneres, manifestam o desejo de estar ou continuar se relacionando, mesmo se encontrando em situação de rua.

Ao mesmo tempo que mulheres cisgênero se identificam como mais propensas a sofrer violência nas ruas e também pelos seus parceiros, mulheres de identidade não cisgênera relatam que majoritariamente as mulheres cis sofrem maior intensidade nos processos de violência, em razão da ausência de proteção coletiva, conforme se depreende da fala a seguir:

Os principais motivos, assim... o que o que favorece pra mulher sofrer mais violência? Oh, um grande fator de violência, é ter um companheiro, porque os companheiros de mulheres principalmente mulheres cis, eles são muito agressivos. Agride mesmo! Você separa muito! mulheres cis sofrem mais violência do que as mulheres trans, é claro! As mulheres sofrem mais violência porque, na hora de fazer programa, porque tem alguns casos que eles, eles violentam, sabe? Mas a mulher cis apanha do próprio companheiro dela. Nós trans, a gente sofre violência lá no programa, e no caso da gente, se uma travesti sofre, todas vão assim, mais em cima deles, minha filha! Mulheres não têm essa unidade, é mais frágil. Então hoje, tem essas duas realidades. Diferença de violência né. Eu diferencio bem mulheres de trans. (“U”, transgênera em transição para a identidade feminina)

Nessa categoria, pode-se perceber as reproduções sociais de violência no campo cultural de uma sociedade marcada pelo patriarcado heteronormativo hegemônico. Ainda que haja proposições de rupturas desse sistema por parte das mulheres, as marcas da violência estrutural estão postas nas relações de dominação, exclusão do feminino e poder do homem.

Esse relato trouxe uma inquietação à pesquisa, pois parece surpreendente que as mulheres transvestigêneres entrevistadas acreditem que as mulheres cis sofram mais violência, mesmo no Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo, dado que se revela em dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que identificou que 124 pessoas trans foram assassinadas em 2019⁹. Leva-se em consideração também que este número divulgado pela ANTRA demonstra apenas casos revelados pela mídia, havendo subnotificação dos casos pelas autoridades. Tal realidade é objeto de muitos estudos atualmente no Brasil, veja-se:

Essa análise é de fácil verificação quando se detém o olhar sobre um grupo social minoritário. O Brasil é, hoje, por exemplo, e como veremos de forma mais detalhada, o país que mais viola direitos humanos de pessoas LGBT no mundo. Se “violações de direitos humanos” e “população LGBT” parecerem termos amplos, é importante acrescentar que somos também o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Por aqui, esse grupo acumula índices assustadores: alta evasão escolar, alta mortalidade, baixa presença no mercado de trabalho formal, baixa expectativa de vida, baixa escolaridade, pouco acesso a bens e serviços,

229<https://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-segue-sendo-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-no-mundo>

pouco acesso aos serviços públicos de saúde. (PEDRA, 2018)

Muito embora esses dados sejam alarmantes para o Brasil, as mulheres entrevistadas se colocam em uma posição um pouco mais confortável em relação aos agressores das também mulheres entrevistadas cisgêneras, devido à sua organização afetiva e à rede de autoproteção em que elas se organizam. Nessa esteira, as expressões colocadas por mulheres desse grupo minoritário se referem ao sentido que as ruas dão para aquelas que cresceram e formaram ali circuitos de amizade, confiança e lealdade umas com as outras, favorecendo uma organização que, segundo elas, não é levada a cabo pelas mulheres cisgênero. A associação que aqui se destaca pode ser verificada no seguinte relato de “D” sobre as afetividades em apoio aos pares:

“(…), lá eu rachei fora, que eu vi que a violência lá é demais. Aqui em Belo Horizonte já, todo mundo já tá se abraçando, está tolerando pelo menos né, suportando. Aqui em Belo Horizonte eu não tive problemas. Por incrível que pareça Deus botou um amor delas no coração.” (“D”).

6.6 Categoria 05: Identidade e Violência Institucional

Até o presente momento tratamos das ofertas para as garantias de cidadania, dos direitos constituintes, do binômio masculino-feminino e das compreensões das questões sociais que giram em torno das pessoas a quem se dirigem tais garantias. Entretanto, sabe-se que tais direitos e garantias não são vivenciados por todos, seja pela ausência de informação, pela alienação e desproteção social ou ainda pela contínua violência estrutural. Na capital, mesmo que de forma reduzida, uma parcela da população ainda não acessa seus direitos sociais básicos. Os processos para tal conquista se fazem sob contestações, queixas, e por vezes sob abusos e violência institucional. O fator identitário é um grande elemento dificultador para as pessoas em situação de rua, pois é nessa expressão que tais sujeitos incorrem à sua inscrição no social, no relacional, afetivo, subjetivo e inclusive no real para recorrer às solicitações e encaminhamentos de suas demandas.

De acordo com o depoimento de “U”, podemos verificar os desafios mais básicos que estão para população em situação de rua:

“Acho que tem uns: não posso falar que tem facilitador...Porque a própria realidade fazia querer mudar sabe, tudo o que eu sofro... então eu preciso lutar para não ter isso mais. Dificultador é porque, procurar emprego. Como é que eu vou fazer se eu não tenho nenhuma roupa direito? Não tenho documento direito. Não tenho roupa. Você sabe, que tem que ser bem apresentada. Então tem esses dois lados.” (“U”, transgênera em transição para a identidade feminina).

Diversos fatores que parecem simples aos olhos do cidadão comum são muito relevantes para as pessoas em situação de rua, o que revela a naturalização social sobre as necessidades básicas dessa população. A falta de documentação e moradia fixa, por exemplo, tornam ainda mais difícil a acessibilidade às políticas estruturantes e até ao próprio emprego. Diante disso, garantimos algumas estratégias para os usuários que se encontram em situação de rua, visando a resguardar possibilidades de melhores condições, como o uso do logradouro do serviço que os atende como referência para contatos, bem como a confecção da documentação civil.

Por todas estas questões, o viver na rua adota uma dinâmica própria e paralela, em que o imediatismo, as relações efêmeras e fragmentadas (de trabalho, de amizade, afetivas), a violência, a drogadicção e a internalização dos valores negativos designados pela sociedade, determinam certas regras de convivência e sociabilidade. (ALVES, 2013).

Veja-se a seguinte fala:

“*Eu diferencio bem mulheres de trans.*” (“U”, transgênera em transição para a identidade feminina).

O lugar em que esta entrevistada se coloca convida a uma reflexão. Sua história é marcada por uma série de fatores violentos. Sua percepção quanto à própria identidade de gênero a exclui de um lugar que está dado para o feminino cisgênero. Enquanto a identidade de gênero for percebida sob uma perspectiva binária, em que uma categoria exclui a outra, como parâmetro para diferenciar mulheres de homens, estar-se-á incorrendo nas graves exclusões de novos processos identitários.

O processo de violência estrutural, igualmente, é um marcador de pressão por inferência que culmina nas relações de subserviência de gênero. Ainda que o feminino detenha elementos materiais e subjetivos para lidar com esta situação com força e resiliência, na tentativa de

novas ancoragens e objetivações, também acaba por expor outras formas de exclusão, como misoginia, sexismo e LGBTfobia,¹⁰ situações que se evidenciam na rotina de populações vulnerabilizadas por determinantes estruturais, como raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

6.7 Categoria 06: Representações sociais da violência

A análise realizada a partir das respostas das entrevistadas para essa categoria puderam traduzir diversos elementos importantes. Conseguiu-se extrair as formas de representações sobre violência das entrevistadas, constituindo um enredo que traz à tona a materialidade de suas experiências em situação de rua. A pressão à inferência acontece quando um indivíduo ou grupo toma uma determinada posição frente a um objeto, a partir de seu posicionamento social, que faz com que ele possa produzir uma opinião rápida, de acordo com suas estratégias de reconhecimento da realidade. (Bertolini, 2015)

Através do processo de objetivação, Moscovici (2012) traz o que está no campo conceitual para o campo normal ou familiar. Nestes processos, elementos que estavam apenas no campo da abstração, vêm e se materializam nas suas formas de pensar, sentir e agir. As formas de compreender o mundo pelas entrevistadas reunidas por essa dissertação dão a dimensão de como elas enxergam e são enxergadas pela sociedade através de seus comportamentos.

Como discutido na item 6.4 (Local de vida, de inserção social ou de proteção à violência?), os elementos protetivos são relevantes para a situação de vida nas ruas, tendo em vista que nesses espaços há o que se pode chamar de solidariedade entre os vulneráveis. Os percursos da prostituição na região do Barro Preto e os recursos protetivos dos moradores de rua de

¹⁰ LGBTfobia: pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles(as) que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo (práticas homoeróticas e afetivas). Atuando como forma específica do sexismo, a LGBTfobia rejeita, igualmente, todos(as) aqueles(as) que não se conformam com o papel de gênero predeterminado ao nascimento. (DAMASCENO JUNIOR e RIANI, 2019)

longa data na região hospitalar favorecem um sentimento de acolhida para aqueles que se estabelecem nas duas regiões, seja para trabalho, seja para função de abrigo. Segundo os relatos, as mulheres se reconhecem na própria vulnerabilidade e ofertam entre si apoio e solidariedade. A maneira pela qual elas se organizam diante de processos de proteção, prevenção e acesso a recursos que lhes resguardem a integridade - ou o mais próximo disso que consigam chegar - ampliam o conceito de fraternidade.

A violência dos ‘companheiros’ tem colocado em evidência o movimento das suas representações. A percepção clara da intencionalidade de dominação do masculino sobre as mulheres é reproduzida de maneira estrutural como em todos os outros espaços sociais e classes. O pano de fundo da violência estrutural caminha pela forma de dominação de classe, gênero e perpetua sofrimento, como resultado de uma série de ausência de acessos a direitos, postas para as mais diversas formas de relações, seja político, social e afetivo. As representações trazidas nas subjetividades e marcadas nas experiências materiais dessas mulheres denunciam isso. (Ribeiro, 2017 p. 35).

O processo de (re)construção de “Identidade e Violência Institucional” se organiza diante da constatação e da consciência de direitos sociais básicos. As formas de atuação dos serviços nas unidades e equipamentos socioassistenciais visam à concessões e ofertas de programas, projetos, e benefícios das políticas sociais. Entretanto, isso não é suficiente para efetivar as garantias básicas que essas ofertas podem significar. Necessária se faz a proatividade e autonomia das usuárias no pleito de suas demandas.

Garantir os direitos básicos aos usuários necessitados de determinadas ofertas das políticas públicas produz o que as representações sociais apresentam como ancoragem. A ancoragem serve à instrumentalização do saber conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989). No momento em que há uma compreensão para lidar com a violência, surgem também estratégias, visto que a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas para lidar com o fenômeno da violência.

Ofertas das políticas públicas sociais não garantem por si só o exercício da cidadania. O percurso para o exercício é baseado na compreensão social e na ancoragem de que, de fato, é necessário recorrer aos direitos de cidadania para efetivação das garantias socioassistenciais afiançadas pelo SUAS.

Portanto, quando se apresentam diversas representações sociais que dizem da forma como essas mulheres pesquisadas se encontram nas suas tramas relacionais, sejam afetivas, sociais, sexuais, laborais ou transicionais, pode-se perceber que elas estão em constante movimento, produzindo para si e diante dos outros formas de lidarem com suas estratégias de autoproteção. Identifica-se que as categorias tratadas acima formam uma consciência de si, da maneira como estavam e como podem a partir da pressão por inferência se constituírem no mundo.

7 Discussão

A compreensão do império no binômio masculino x feminino, sendo o gênero feminino estruturalmente assujeitado diante de uma sociedade marcada pelo patriarcado hegemônico heterossexual branco normativo, convida a muitos debates. O patriarcado como marca de domínio e do machismo, por consequência, impele as mulheres a se mobilizarem de maneira subversiva e emancipatória, na sua organização coletiva, entre os pares, entre as instituições e na forma fortalecida de recorrer a direitos sociais garantidos constitucionalmente. Através de processos de fortalecimento e empoderamento como forma familiar de lidar com as vicissitudes impostas à sua condição de vulnerabilidade, sem, contudo, destituí-las do processo de autonomia e busca por formas de resistência.

A RS sobre a violência requer criar estratégias de autoproteção territorial, calculando as melhores localizações para permanência e uso dos espaços públicos urbanos da regional Centro-Sul, seja no momento de repouso levando em conta a segurança do local escolhido, seja ainda na ocupação de locais para acesso a bens e serviços públicos. O lugar da política pública nesse momento se faz relevante, desde a política de segurança, diante das constantes violações de direitos pelos parceiros ou outras violências vividas nas ruas, até a política de

assistência social e segurança alimentar e nutricional para acesso e garantia de efetivação de suas necessidades socioassistenciais, além da política de saúde no acompanhamento médico e rotinas clínicas. Ainda que seja para o próprio ócio ou mendicância, a eleição de locais adequados é calculada a partir da iminente ameaça de violência e do cálculo de sua efetivação.

A RS da violência está também na relação sexual do trabalho como prática, sendo a violência identificada como maior elemento de vulnerabilidade que culminou na ida para as ruas, seguido de violência sexual doméstica. Seja no trabalho informal que exercem, ou outras estratégias, o trabalho é degradante, extenuante, não conta com pausa e é competido desonestamente entre os pares. Proporcionalmente, o maior número de mulheres concorrem com as mesmas atividades que são executadas por homens em situação de rua, sendo a coleta de materiais recicláveis a mais identificada; cuidadoras de veículos em vias públicas, faxineiras e, por fim, profissionais do sexo, têm condições precárias para o exercício de suas atividades, devido a mínimas condições de higiene e alto risco de violência pelos parceiros sexuais.

Ainda, o tempo de vida nas ruas se traduz como uma grave forma de violência, já que a situação crônica naturaliza a própria condição de vulnerabilidade. Este elemento deve ser pensado pelas políticas públicas de atenção à população de risco como um importante fator de reflexão e elaboração das políticas de acolhimento institucional.

A RS de violência relacionada à vivência afetiva mostra o feminino cada vez mais frágil, inclusive considerando as vulnerabilidades já elencadas para as mulheres em situação de rua. A eleição de um parceiro sexual nem sempre é feita com vistas à produção de afeto, mas em virtude da necessidade de se proteger nos territórios em que se colocam expostas e em riscos de violências coletivas. Mesmo tendo parceiros definidos, algumas mulheres relatam a violência perpetrada pelo próprio companheiro, sendo comum que a tentativa de rompimento culmine em perseguição, agressões e ameaças de feminicídio. Paralelamente, as transvestigêneres compreendem que o processo afetivo relacional deve ser garantido de

forma a sustentar as narrativas amorosas, sendo que, em caso de o parceiro atuar de forma violenta contra ela, há uma organização coletiva em defesa da vítima.

As relações de gênero são uma realidade histórica e socialmente construída de segregação e marginalização com exclusão subjetiva e material das mulheres dos domínios públicos, da participação política em espaços institucionalizados, do mercado de trabalho, da ciência e da academia. A maneira como as mulheres em situação de rua se organizam em torno dos atendimentos institucionais se transformou em uma forma de empoderamento e reconfiguração da sua vida em termos de prática social. Essas mulheres lutam para expor seus pontos de vista e defender o seu direito de serem ouvidas, acolhidas e de terem as respostas das demandas institucionais.

Apesar da pesquisa verificar que as representações sociais da violência incidem na vida da mulher em vários aspectos, pessoais e sociais, o modo como lidam com os traumas, medos, afetividades, com a identidade e autoimagem, influencia muito a qualidade e o projeto de vida delas, elas têm consigo força e resiliência para lidar com tais aspectos.

Suas trajetórias apresentam semelhanças e diferenças, mas todas sinalizam serem capazes de pensar, sentir e agir de modo a se fortalecerem e criarem uma autoproteção, seja individualmente ou de maneira organizada entre os pares. As entrevistadas conseguem exprimir o sentimento de solidariedade e de valorização de si, o que resulta na busca por um novo sentido para a própria vida por meio de afetividade, fortalecimento, empoderamento, trabalho, militância feminista, recolocação profissional, justiça social, acesso a políticas públicas institucionalizadas e reguladas, novos relacionamentos amorosos, amizades. De uma maneira emancipadora lutam contra os sistemas opressivos, sexistas e misóginos institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao construir com essas mulheres esta pesquisa, que o Estado ainda tem um grande desafio na garantia efetiva dos processos de inserção, fortalecimento e regulação das práticas sociais emancipatórias, que necessitam de políticas transversais e interseccionais que dialoguem com a realidade sem fracioná-la, considerando as mulheres como um processo intenso em suas peculiaridades e demandas, sendo necessária a criação de agendas e pastas que regulem os processos decisórios, com a participação e envolvimento dos processos deliberativos.

A participação na vida pública delinea um novo olhar para essas mulheres. Diante de si mesmas e de outras mulheres que vivenciam processos distintos também de violência e das suas potencialidades. Esse novo olhar as fortalece na medida em que elas se reconhecem com atributos que foram historicamente destinados aos homens, apropriando-se deles. As mulheres também estão em constante movimento e suas representações continuam a passar à pressão por inferência transformando, recriando e objetivando novas formas de pensar, sentir e agir. Assim, suas composições delineadas estruturalmente deixam de ter o tônus do binômio masculino x feminino e assumem processos identitários que reorganizam sua força e materializam uma identidade não mais marcada nas características da normatização do gênero feminino hegemônico, mas atravessam novas formas de operar o campo de sua autonomia e seus processos de ser no mundo.

Pensar estratégias urgentes diante de novas incidências de pessoas em situação de rua, como maneira de prevenir e superar as condições crônicas e identitárias relacionadas à trajetória de caráter violador que as ruas impelem aos cidadãos, se faz necessário. Medidas como a ampliação de ofertas no mercado de trabalho, através de parcerias institucionais, bem como redes de proteção e apoio à pessoa em trajetória de rua, oportunizando condições favoráveis a exercer atividades formais; qualificação e oferta de cursos, escolarização e corresponsabilização entre instituições e usuários, poderão potencializar as ações ofertadas nos serviços socioassistenciais, vislumbrando a superação das ruas.

A compressão das representações sociais das mulheres sobre violência traz consigo um processo claro de denúncia a uma posição do insuportável diante desse cenário social, que será em grande maneira desacelerado e rompido através das políticas afirmativas e interseccionalidade das práticas em políticas sociais, consolidando novas formas do fazer, baseadas ainda na acolhida, delineamento e identificação das demandas singularizadas, que muito embora pontuais, traduzem o desejo de autonomia, vida e respeito dessas mulheres.

Conclui-se que a execução das políticas públicas desenhadas pelas populações deve se dar através do controle social, fomentado pelas instituições que regulam processos acadêmicos, pesquisas, ensino e extensão, consorciados aos grandes projetos de um Estado que respeite e fomenta as lutas de minorias sociais e vulnerabilizadas, em decorrência de uma sociedade ainda marcada pelas grandes influências classistas hegemônicas que regulam interesses apenas de uma minoria privilegiada. Esse controle também é realizado através da participação popular, pelo movimento das pessoas em situação de rua, contribuindo para o delineamento e construção de políticas públicas efetivas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, S. C. D.; ABREU, D. D. A.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, p. 129-143, 2015.

ALVES, M. E. R. As moradoras de rua entram em cena: A violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da "questão social", 20-23 Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [S.l.]: Presses universitaires de France, v. 69, 1977. 233 p.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 2016.

BELO HORIZONTE. <http://portal6.pbh.gov.br>. **Diário Oficial do Município**, 2017. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1184611>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BERTOLINI, J. **Psicologia social: a teoria das representações sociais**, de Serge Moscovici. Santa Catarina. 2015.

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Império do Brasil. [S.l.], p. 2664. 1890.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: [s.n.]. 1993.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. República Federativa do Brasil. Brasília. 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha e Legislação correlata**. Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRASIL. Política Nacional para inclusão da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília, p. 25. 2008.

BRASIL. Decreto 7.053- Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. **Institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua**. Institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: [s.n.]. 2009.

BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília. 2009.

BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Presidência da República. Brasília. 2009.

BRASIL. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília: [s.n.]. 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.

BRASIL, G. P. D. R. D. E. U. **Promulga o Código Penal (Revogado pelo Decreto nº11, de 1991)**. Lei de 16 de dezembro de 1830 - Código Criminal do Império do Brasil.. Rio de Janeiro, p. 2664. 1890.

BRASIL. LOAS; BRASIL, L. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília. 1993.

CAMINHA, P. V. D. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: PEREIRA, P. R. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999. p. 54.

CASTRO, H. Viver como um asceta ou realizar rituais no Ganges ainda são tradições fortes na Índia. **Época**, p. 1-14, 22 Set 2016.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. [S.l.]: Outras Expressões, v. 1, 2012. 144 p.

CNMP, C. N. D. M. P. **Guia de Atuação Ministerial : defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, p. 141. 2015. (ISBN 978-85-67311-30-2).

CONCONE, M. H. V. B. **Umbanda: Uma Religião Brasileira**. Salvador: Ffch Usp Cer, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução Nº 109 de 11 nov. **http://prattein.com.br/home/**, 2009. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/Tipificacao_AS.pdf>.

CUNHA, M. C. D. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. In: PIZZARRO, A. **América Latina: palavras, literatura e cultura**. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 151-172.

DAMASCENO JUNIOR, ; RIANI, S. R. N. Gênero, diversidade sexual e direitos humanos: uma visão sobre a LGBTfobia institucional. In: AMORIN, F. Z.; IZABEL, J. G. D. S.;

SAADALLAH, M. M. **O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2019. p. 297.

EL-HAYEK, S. **Alcorão Sagrado**. São Paulo: Tangara, 1975.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **ATOS Novo Testamento**. São Paulo: Da América, 1950. p. Cap. 03, Vers. 2,3. Acesso em: 16 mar 2019.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **JOÃO Novo Testamento**. São Paulo: Das Américas, 1950. p. Cap. 09, vers. 8.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **LUCAS Novo Testamento**. [S.l.]: [s.n.], 1950. p. Cap. 16, vers. 20,21.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **MARCOS Novo Testamento**. São Paulo: Da Américas, 1950. p. Cap; 10, vers. 46,47.

FRANCISCO, D. C. E. Brasil Escola, 2009. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>>. Acesso em: 02 2020 2020. Políticas públicas paliativas, ou mesmo a inexistência de ações do governo, contribuem para a manutenção da população em situação de rua no Brasil.

GEREMEK, B. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GUERRA, A. M. C. et al. A assistência social pública na interface entre subjetividade e política. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: uerj, 2001.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Tradução de Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Set./Dez. 2009. 679-712.

JODELET, D. O Movimento de Retorno ao Sujeito e a Abordagem das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, Set. 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 28 jan. 2020.

JODELET, D. Ponto de Vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. **Temas em Psicologia**, Vol. 19, Ribeirão Preto, Jun. 2011. 19-26.

JOVCHELOVITH, S. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. p. 90-113.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEHNEN, J. Machos em crise? A masculinidade nos romances de Daniel Galera. In: DALCASTAGNÈ, R.; BARBARENA, R. A. **Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura**. Porto Alegre: Luminara Editora, 2015. p. 273-300.

LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília. 1993.

LONARDONI, E. et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. Londrina: [s.n.], v. 8, 2006. ISBN ISSN 16794842. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2.htm>>. Acesso em: 21 maio 2020.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever: Contribuição sobre o naturalismo e o formalismo. In: LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968. p. 249.

MANZATO, ; SANTOS , A. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP**, São Paulo, 21 abril 2014. 17.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MISCOLCI, R. Estranhando as Ciências Sociais; Notas Introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/viewFile/62/pdf_23>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MOLINER, P.; GUIMELLI,. Les représentations sociales. Fondements historiques et développements récents. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2015.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e o seu público**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MUYLAERT, et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p. 184-189, Dezembro 2014. Acesso em: 28 julho 2019.

MUYLAERT, J. et al. Entrevista Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, p. 90-113, dez 2014. Acesso em: 25 mar. 2020.

NATT, E. D. M.; CARRIERI, A. D. P. A Teoria das Representações Sociais e a Análise de Conteúdo: instrumentos que se complementam na pesquisa em Administração. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, 29, n. disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD> , jul/dez 2014. 66-89.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA. **NOB/SUAS**. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Brasília. 2004.

OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. FFLCH-USP. São Paulo, p. 184. 2007.

OLIVEIRA, J. D. L. **O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaración sobre la eliminación de violencia contra la mujer**. [S.l.]: [s.n.], v. supl: 38 A/47/38, secc I, 1993. pág. 3-7 p. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>. Acesso em: 02 Fev. 2020. Documento Oficial de la Asamblea General.

PASTORAL DE RUA. Pastoral de Rua. Histórico e memória. **Pastoral do Povo de Rua**, 1987. Disponível em: <http://arquidiocesebh.otg.br/arrquidiocese/pastorais/pastoral-de-rua>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PEDRA, C. B. Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, p. 274. 2018.

PESSOA DANTAS, M. ; CISNE,. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, v. 9, p. 75-88, 21 maio 2017. ISSN 1. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5978559.pdf>>. Acesso em: 28 jan 2020.

RIBEIRO, L. P. Representações Sociais de Educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a Violência. Belo Horizonte: mimeo, 2014.

RIBEIRO, L. P. **Relatório de Residência Pós-Doutoral**. UFMG. Belo Horizonte, p. 43. 2019.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. História, abordagens, métodos e perspectivas da teoria das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, p. 407-409, Agosto 2016. Acesso em: 28 julho 2019.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIANI, S. R. N. Representaciones sociales de personas transgénero, travestis y transexuales sobre la violencia. **Revista de Psicología**, Bogotá-Co, v. 37, p. 495-527, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18800/psico.201902.006>>. Acesso em: 27 janeiro 2020.

RIBEIRO, P. **O campo, a violência e a educação do campo**: representações sociais sobre a violência de educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. 402 p.

RIBEIRO, P.; ANTUNES-ROCHA, I. **Representações Sociais em Movimento**. Curitiba: Appris, 2018.

RIZZINI, I.; COUTO, M. B. D. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 105-122, 8 abr 2019. Acesso em: 28 jan. 2020.

SANT'ANNA, M. V. Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de belo horizonte. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

SILVA, D. D. C. **O drama Social da Abolição:** Escravidão, Liberdade, Trabalho e Cidadania em São João Del Rey, Minas Gerais. Niterói: [s.n.], 2011.

SOUZA, L. D. M. E. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Exclusão social abaixo da linha do Equador. São Paulo: [s.n.]. 1998.

THALHEIMER, A. **Introdução ao Materialismo Dialético.** São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.

TIENE, I. **Mulher Moradora na Rua:** entre vivências e políticas sociais. 1. ed. Campinas: Alínea, 2004.

TOMIO, A. C. D. M. Aspectos Subjetivos da Hipertensão: Um estudo de caso. Brasília, p. 99. 2006.

UFMG. **Terceiro Censo de População de Rua e Migrante de Belo Horizonte.** UFMG e Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2014.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância. New York: [s.n.]. 1993.

VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social**. 9ª Edição Revisada e Atualizada. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

VIEIRA, M. A. D. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua: Quem é, Como vive, Como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, p. 5-41, maio 1997.

YASBECK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. Ano XXV, nº77, pág.11-29. 2004.

Posfácio: Sobre a pequenez dessa investigação diante de tantas mazelas

No andamento desta investigação foram sentidos diferentes estágios de ansiedade e a angústia tomou o peito, em decorrência da infinitude de problemas e fenômenos que se colocam diante da condição da população em situação de rua. E mais, observou-se o quão distante as políticas de atenção primárias, de proteção social básica e de média complexidade estão da efetivação das garantias mínimas para todas as necessidades de demandas que foram identificadas nos processos de investigação. Isso não diz que elas estejam inoperantes, mas que ainda há um grande percurso de trabalho.

Alguns dados não apareceram nas discussões aventadas neste estudo, mas estão presentes no agir e pensar a política, como é o caso da faixa etária das mulheres entrevistadas, que oscilava entre jovens e adultas. Em grande parte adultas, muito embora houvesse também idosas e mulheres mais velhas com uma trajetória longa de vida nas ruas. As intervenções se tornaram sistemáticas considerando que durante o projeto de desenvolvimento da pesquisa continuávamos operando com serviço de abordagem para pessoa em situação de rua e que, identificadas as suas necessidades, os serviços atuariam de maneira articulada entre os diversos setores para acolhimento, acompanhamento, orientação e execução da política pública, realizando encaminhamentos e articulações visando à inserção em unidades de acolhimento institucional de adultos, instituições de longa permanência para idosos ou ainda em abrigos para famílias em situação de rua.

A efetivação das demandas dessas usuárias não se deu exclusivamente em decorrência dessa pesquisa. As ofertas existem dentro de uma Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial (TNSS), que deve buscar a resolução das necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). Esse já é o projeto metodológico existente. Entretanto, concomitantemente à identificação das usuárias para a entrevista, suas demandas se tornavam mais materializadas e possíveis de serem tratadas. Dessa forma, visando à superação da situação de vulnerabilidades e operando

de maneira alinhada à metodologia e ao projeto de cada uma, pode-se ampliar o rol de ofertas e efetivá-las.

Com o apoio do SEAS-CS, as mulheres foram deixando os espaços tidos como protetivos para ocupar novos lugares em que sua circulação não era assentida subjetivamente por um processo de estranheza aos espaços. As RS podem ser compreendidas a partir da relação que os grupos estabelecem com o mundo e as coisas, por um olhar objetivado deste grupo, a partir do lugar social, cultural e econômico que ocupam os seus integrantes. A cidade não é consentida em todos os perímetros para usufruto pleno de seus desejos e de sua cidadania. Isso não foi objetivado e ancorado de maneira a sentir o pertencimento.

Paulatinamente, em ações estratégicas, foram executadas acolhidas dentro de museus, Centro de Referência da Juventude (CRJ), Centro de Referência para a População LGBTIQA+ (CRLGBTBH), e outros espaços públicos. Muito embora fossem espaços abertos, não era ancorada a liberdade e permissão subjetiva de acesso por elas a esses locais, o que significa que há uma construção simbólica que faz com que os grupos e indivíduos deem novos sentidos aos fatos que circundam suas vidas e não apenas a reprodução da realidade.

Outra questão que pudemos verificar foi que suas origens de nascimento variavam grandemente. Aproximadamente 25% das mulheres são naturais de Belo Horizonte, entretanto, um contingente de 75% de alguma forma migrou para a capital na intenção de superação de situações de violência, seja esta praticada por familiares, violência sexual, tentativa de feminicídio, violência no trabalho ou precarização dos processos de trabalho. Foi identificado ainda que os municípios de origem dos quais essas mulheres migraram têm baixa potencialidade no desenvolvimento da autonomia e fortalecimento da sua condição emancipatória.

O CREAS é um espaço especializado para pessoas em situação de violação de direitos e em vulnerabilidade. Importa ressaltar que a proposta metodológica para todos os serviços que compõem essa estrutura institucional visa à superação das vulnerabilidades, reconhecimento das potencialidades e proatividade, e superação da sua condição diante dos fatores desencadeadores de violência.

O SEAS, por sua vez, ficou por diversos anos localizado fora da estrutura física da prefeitura. No ano de 2019 houve o retorno das equipes de trabalhadores para as unidades CREAS das nove regionais de Belo Horizonte. Esse processo de transição do posto de trabalho, juntamente com as novas estratégias e metodologias alteram a dinâmica e os processos de trabalho dentro dos equipamentos. O espaço que outrora era destinado aos usuários de outros serviços ofertados pela assistência social dá, portanto, uma nova perspectiva para as pessoas em situação de rua, consolidando assim um movimento de pertencimento e apropriação do uso desse espaço público.

Obviamente o processo de retorno da equipe de trabalhadores do SEAS mudou a estrutura dinâmica dos processos de trabalhos do CREAS-CS, não apenas em decorrência da pesquisa, mas simultaneamente com ela.

Durante a aplicação dos questionários e entrevistas, utilizávamos do espaço do CREAS e ampliávamos as possibilidades, abrindo um leque de potencialidades que poderiam ser executadas ali naquele espaço. Conjuntamente com o convite de vir e participar de atividades recreativas ou lúdicas, onde essas mulheres puderam externar seus afetos e suas relações, podia também ser ofertado o lugar da fala e da escuta. Lugar de criação.

Isso gerou uma comoção muito intensa nos trabalhadores, considerando que essas mulheres viviam no projeto de constante exclusão, inclusive do acesso às políticas públicas. Pudemos verificar ainda que não foi apenas pela pesquisa que houve essa aproximação, mas também pelo reconhecimento dos profissionais da necessidade de legitimar e imprimir a essas populações marginalizadas e vulnerabilidades em razão de uma série de violações de direitos um lugar no centro do projeto político. Assim, foi possível aproximá-las ao cerne do debate,

ao centro da metodologia de trabalho, de modo que possam se apropriar dessa condição não apenas de objeto da intervenção da política pública, mas de protagonistas que conseguem reinventar o lugar de si mesmas diante de seu universo simbólico.

8 Referências

ALCÂNTARA, S. C. D.; ABREU, D. D. A.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, p. 129-143, 2015.

ALVES, M. E. R. As moradoras de rua entram em cena: A violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da "questão social", 20-23 Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [S.l.]: Presses universitaires de France, v. 69, 1977. 233 p.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 2016.

BELO HORIZONTE. <http://portal6.pbh.gov.br>. **Diário Oficial do Município**, 2017. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1184611>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BERTOLINI, J. **Psicologia social: a teoria das representações sociais**, de Serge Moscovici. Santa Catarina. 2015.

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Império do Brasil. [S.l.], p. 2664. 1890.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: [s.n.]. 1993.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. República Federativa do Brasil. Brasília. 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha e Legislação correlata**. Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRASIL. Política Nacional para inclusão da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília, p. 25. 2008.

BRASIL. Decreto 7.053- Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. **Institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua**. Institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: [s.n.]. 2009.

BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília. 2009.

BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Presidência da República. Brasília. 2009.

BRASIL. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília: [s.n.]. 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome.

BRASIL, G. P. D. R. D. E. U. **Promulga o Código Penal (Revogado pelo Decreto nº11, de 1991)**. Lei de 16 de dezembro de 1830 - Código Criminal do Império do Brasil.. Rio de Janeiro, p. 2664. 1890.

BRASIL. LOAS; BRASIL, L. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília. 1993.

CAMINHA, P. V. D. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: PEREIRA, P. R. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999. p. 54.

CASTRO, H. Viver como um asceta ou realizar rituais no Ganges ainda são tradições fortes na Índia. **Época**, p. 1-14, 22 Set 2016.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. [S.l.]: Outras Expressões, v. 1, 2012. 144 p.

CNMP, C. N. D. M. P. **Guia de Atuação Ministerial : defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, p. 141. 2015. (ISBN 978-85-67311-30-2).

CONCONE, M. H. V. B. **Umbanda: Uma Religião Brasileira**. Salvador: Ffch Usp Cer, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução Nº 109 de 11 nov. **http://prattein.com.br/home/**, 2009. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/Tipificacao_AS.pdf>.

CUNHA, M. C. D. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. In: PIZZARRO, A. **América Latina: palavras, literatura e cultura**. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 151-172.

DAMASCENO JUNIOR, ; RIANI, S. R. N. Gênero, diversidade sexual e direitos humanos: uma visão sobre a LGBTfobia institucional. In: AMORIN, F. Z.; IZABEL, J. G. D. S.;

SAADALLAH, M. M. **O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2019. p. 297.

EL-HAYEK, S. **Alcorão Sagrado**. São Paulo: Tangara, 1975.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **ATOS Novo Testamento**. São Paulo: Da América, 1950. p. Cap. 03, Vers. 2,3. Acesso em: 16 mar 2019.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **JOÃO Novo Testamento**. São Paulo: Da America, 1950. p. Cap. 09, vers. 8.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **LUCAS Novo Testamento**. [S.l.]: [s.n.], 1950. p. Cap. 16, vers. 20,21.

FIGUEIREDO, A. P. D. Bíblia Sagrada. In: **MARCOS Novo Testamento**. São Paulo: Da Américas, 1950. p. Cap; 10, vers. 46,47.

FRANCISCO, D. C. E. Brasil Escola, 2009. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>>. Acesso em: 02 2020 2020. Políticas públicas paliativas, ou mesmo a inexistência de ações do governo, contribuem para a manutenção da população em situação de rua no Brasil.

GEREMEK, B. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GUERRA, A. M. C. et al. A assistência social pública na interface entre subjetividade e política. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: uerj, 2001.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Tradução de Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Set./Dez. 2009. 679-712.

JODELET, D. O Movimento de Retorno ao Sujeito e a Abordagem das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, Set. 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 28 jan. 2020.

JODELET, D. Ponto de Vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. **Temas em Psicologia**, Vol. 19, Ribeirão Preto, Jun. 2011. 19-26.

JOVCHELOVITH, S. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. p. 90-113.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEHNEN, J. Machos em crise? A masculinidade nos romances de Daniel Galera. In: DALCASTAGNÈ, R.; BARBARENA, R. A. **Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura**. Porto Alegre: Luminara Editora, 2015. p. 273-300.

LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília. 1993.

LONARDONI, E. et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. Londrina: [s.n.], v. 8, 2006. ISBN ISSN 16794842. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2.htm>>. Acesso em: 21 maio 2020.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever: Contribuição sobre o naturalismo e o formalismo. In: LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968. p. 249.

MANZATO, ; SANTOS , A. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP**, São Paulo, 21 abril 2014. 17.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MISCOLCI, R. Estranhando as Ciências Sociais; Notas Introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/viewFile/62/pdf_23>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MOLINER, P.; GUIMELLI,. Les représentations sociales. Fondements historiques et développements récents. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2015.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e o seu público**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MUYLAERT, et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p. 184-189, dezembro 2014. Acesso em: 28 julho 2019.

MUYLAERT, J. et al. Entrevista Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, p. 90-113, dez 2014. Acesso em: 25 mar. 2020.

NATT, E. D. M.; CARRIERI, A. D. P. A Teoria das Representações Sociais e a Análise de Conteúdo: instrumentos que se complementam na pesquisa em Administração. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, 29, n. disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD> , jul/dez 2014. 66-89.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA. **NOB/SUAS**. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Brasília. 2004.

OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. FFLCH-USP. São Paulo, p. 184. 2007.

OLIVEIRA, J. D. L. **O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaración sobre la eliminación de violencia contra la mujer**. [S.l.]: [s.n.], v. supl: 38 A/47/38, secc I, 1993. pág. 3-7 p. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>. Acesso em: 02 fev. 2020. Documento Oficial de la Asamblea General.

PASTORAL DE RUA. Pastoral de Rua. Histórico e memória. **Pastoral do Povo de Rua**, 1987. Disponível em: <http://arquidiocesebh.otg.br/arrquidiocese/pastorais/pastoral-de-rua>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PEDRA, C. B. Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, p. 274. 2018.

PESSOA DANTAS, M. ; CISNE, “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, v. 9, p. 75-88, 21 maio 2017. ISSN 1. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5978559.pdf>>. Acesso em: 28 jan 2020.

RIBEIRO, L. P. Representações Sociais de Educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a Violência. Belo Horizonte: mimeo, 2014.

RIBEIRO, L. P. **Relatório de Residência Pós-Doutoral**. UFMG. Belo Horizonte, p. 43. 2019.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. História, abordagens, métodos e perspectivas da teoria das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, p. 407-409, Agosto 2016. Acesso em: 28 julho 2019.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIANI, S. R. N. Representaciones sociales de personas transgénero, travestis y transexuales sobre la violencia. **Revista de Psicología**, Bogotá-Co, v. 37, p. 495-527, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18800/psico.201902.006>>. Acesso em: 27 janeiro 2020.

RIBEIRO, P. **O campo, a violência e a educação do campo**: representações sociais sobre a violência de educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. 402 p.

RIBEIRO, P.; ANTUNES-ROCHA, I. **Representações Sociais em Movimento**. Curitiba: Appris, 2018.

RIZZINI, I.; COUTO, M. B. D. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 105-122, 8 abr 2019. Acesso em: 28 jan. 2020.

SANT'ANNA, M. V. Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de belo horizonte. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

SILVA, D. D. C. **O drama Social da Abolição:** Escravidão, Liberdade, Trabalho e Cidadania em São João Del Rey, Minas Gerais. Niterói: [s.n.], 2011.

SOUZA, L. D. M. E. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Exclusão social abaixo da linha do Equador. São Paulo: [s.n.]. 1998.

THALHEIMER, A. **Introdução ao Materialismo Dialético.** São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.

TIENE, I. **Mulher Moradora na Rua:** entre vivências e políticas sociais. 1. ed. Campinas: Alínea, 2004.

TOMIO, A. C. D. M. Aspectos Subjetivos da Hipertensão: Um estudo de caso. Brasília, p. 99. 2006.

UFMG. **Terceiro Censo de População de Rua e Migrante de Belo Horizonte.** UFMG e Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2014.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância. New York: [s.n.]. 1993.

VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social**. 9ª Edição Revisada e Atualizada. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

VIEIRA, M. A. D. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua: Quem é, Como vive, Como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, p. 5-41, maio 1997.

YASBECK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. Ano XXV, nº77, p11-29. 2004.

9 Apêndice A - Modelo de Questionário para Coleta de Dados Inicial

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Medicina

Programa de Pós-Graduação em Medicina: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência
Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações.

Pesquisa: Representações sociais de mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência

Pesquisador de Mestrado: Sergio Rosa Neves Temponi
Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ribeiro

Cara usuária,

Este questionário empreende uma coleta de dados inicial sobre um projeto de dissertação de mestrado acerca das Representações Sociais sobre a Violência para mulheres em situação de rua da regional Centro-Sul em Belo Horizonte, é então um instrumento para mapeamento e reconhecimento de possíveis sujeitos de pesquisa para identificar situações de violência e possibilitar possíveis contatos posteriores. Entendemos que sua participação é muito importante para a consecução da pesquisa, porém ela será voluntária e caso deseje poderá se omitir deste estudo, sem ônus ou bônus. Apesar da identificação inicial do questionário, zelaremos para que você não seja reconhecido neste estudo, seja na divulgação de seu nome ou seus dados.

Agradecemos de sua colaboração.

Sergio Rosa Neves Temponi, Tarcísio Marcio Magalhães Pinheiro e Luiz Paulo Ribeiro. I - Identificação

Nome (social)			
Idade/Data de Nascimento		Identidade de Gênero	() Mulher Cisgênero () Mulher transgênero () Não Binária
Orientação Sexual	() Heterossexual () Bissexual () Lésbica Outro:		
Localidade que vive			
Motivo que a levou para sr.			

Há quanto tempo vive em SR		Tem companheira/o?		Há quanto tempo?	
Em quais circunstâncias veio para BH?					

II – Outras Informações

A. Acessa o Albergue/Centro Pop/CREAS/SEAS/ Consultório de Rua/Centro de Saúde/ Cersam/CMT?	
B. Faz acompanhamento por algum desses serviços? Quais?	
C. É natural de qual município? Qual foi seu primeiro contato com a rua?	
D. Faz uso de bebida alcoólica?	
E. Qual sua ocupação? E profissão?	
F – E outras substâncias? Quais?	
G. Faz uso de métodos anticoncepcionais? Quais?	

H- Em situações de ciclos menstruais, como procede?	
I- Faz uso de algum medicamento?	

III – PARTICIPAÇÃO

Participa de algum movimento social, ou organização social/coletivo/grupo? ASMARE/ POPRUA/ Comitê de monitoramento POP Rua?

Caso sim, qual?

IV – SOBRE A VIOLÊNCIA

A. Para você, o que é VIOLÊNCIA?

B. Das situações elencadas abaixo, poderia identificar quais delas você já presenciou, vivenciou ou obteve informações sobre?

Situação	Avaliação		
	Vivenciou (Foi vítima ou agressor)	Presenciou (observou alguém ser violentado ou a violentar)	Obteve Informações
Abuso sexual/Exploração sexual	()	()	()
Agressão física	()	()	()
Ameaça e Chantagem	()	()	()
Automutilação	()	()	()
Briga	()	()	()
Bullying	()	()	()

Corrupção	()	()	()
Dominação simbólica (fazer uso do poder para fazer-se superior a alguém)	()	()	()
Exploração do Trabalho/Escavidão	()	()	()
Estupro	()	()	()
Injustiça	()	()	()
Uso forçado de álcool e outras drogas	()	()	()
Prostituição	()	()	()
Negação de Direitos	()	()	()
Perseguição Policial/ Institucional	()	()	()
Maus tratos	()	()	()
Preconceito Sexual (Orientação e identidade de Gênero)	()	()	()
Racismo	()	()	()
Roubo e Furto	()	()	()
Suicídio	()	()	()
Violência contra a mulher	()	()	()
Outro, qual? _____	()	()	()
C. Na sua opinião, que tipo de pessoas está mais propensa a vivenciar algum tipo de violência? Marque apenas uma opção em cada uma das colunas.			
I	II	III	IV
() Homens cis	() Brancos	() Bebês (0 a 3 anos)	() Em Cidades – centro
() Mulheres cis	() Negros/Preto/Pardo	() Crianças (4 a a11 anos)	() Em Cidades – periferias

<input type="checkbox"/> Transexuais	<input type="checkbox"/> Indígenas	<input type="checkbox"/> Adolescentes (12 a 17 anos)	<input type="checkbox"/> Em Cidades – favelas
<input type="checkbox"/> Gays	<input type="checkbox"/> Africanos	<input type="checkbox"/> Jovens e Adultos (18 a 59)	<input type="checkbox"/> Na Zona rural/ acampamentos
<input type="checkbox"/> Lésbicas	<input type="checkbox"/> Asiáticos	<input type="checkbox"/> Idosos (acima de 60 anos)	<input type="checkbox"/> Nas ruas das cidades
<input type="checkbox"/> Bissexuais	<input type="checkbox"/> PSR		<input type="checkbox"/> Em cidades/Ocupações
<input type="checkbox"/> Heterossexuais			<input type="checkbox"/> Em domicílio/suas casas
D. Você ou Alguém da sua família já teve contato com algum tipo de violência? Se sim, quais?			
E. Utilize os espaços abaixo para organizar níveis de locais em que acontecem mais violências e mais pessoas são vítimas desses atos. (Lembrando que a regra é enumerar do lugar mais frequente para o lugar menos frequente).			
1º Lugar (muito frequente)			
2º lugar (frequente)			
3º lugar (pouco frequente)			
4º lugar (não frequente)			
F. Você gostaria de participar de uma entrevista para conversamos sobre a violência a que as MSR estão sujeitas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
G. A violência é um assunto discutido nos lugares que você convive?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
H. Onde você busca/acessa informações sobre violência: _____ _____			
I. Em situação de violência, o que você faz? A quem você recorre? Onde você vai? _____ _____			

10 APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: Representações sociais de mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência

Prezada Senhora,

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

1) Introdução

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que estudará o que as mulheres em situação de rua pensam sobre a violência. O objetivo do projeto é analisar as representações que as mulheres têm do fenômeno da violência, enquanto parte do cotidiano em situação de rua. Seus saberes, formas de proteção, estratégias de prevenção a serem problematizados no contexto de vida nas ruas e atuação da política pública de abordagem de rua-SEAS.

2) Procedimentos do Estudo

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em participar de um (___) questionário, (___) entrevista narrativa (de conversa sobre o tema) que será gravado e abordará temas relativos à temática da pesquisa.

3) Riscos e desconfortos

Tentando evitar ou diminuir qualquer incômodo gerado pela pesquisa, seu nome ou qualquer outro indício de identificação não serão divulgados, e mesmo que você se sinta prejudicada poderá a qualquer momento pedir que sua participação seja retirada do trabalho.

4) Benefícios

Com esta pesquisa, além da construção objetiva da dissertação em medicina, espera-se contribuir para o mapeamento das identificações sobre a compreensão da violência para mulheres em situação de rua, na regional Centro-Sul de Belo Horizonte- Minas Gerais, além da aporte para a visualização de ações metodológicas que trabalhem a realidade da violência no centro de Belo Horizonte buscando alternativas de superação das tensões e conflitos, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e a equidade de direitos entre os sujeitos e sociedades.

5) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo. Os questionários serão aplicados no período de março e abril de 2019 durante atividades dos pesquisadores nos locais de convivência e permanência das usuárias. Já as entrevistas acontecerão entre o período março 2019, na regional Centro-Sul ou no próprio local da abordagem, em horários segundo a disponibilidade dos sujeitos de pesquisa.

6) Caráter Confidencial dos Registros

Os questionários respondidos serão acondicionados e mantidos em sigilo, sendo que apenas os responsáveis por este estudo terão acesso aos registros. Eles serão guardados por cinco anos e qualquer parte da pesquisa que entre em desacordo com a sua pessoa poderão ser retirados do relatório final segundo a sua solicitação.

A entrevista será gravada por intermédio de gravador de áudio e sua identidade será mantida em sigilo. Os originais das gravações e transcrições serão guardados por cinco anos e qualquer parte da pesquisa que entre em desacordo com a sua pessoa poderão ser retirados do relatório final segundo a sua solicitação.

11 Apêndice C – Roteiro de Entrevista Narrativa

Iniciação da Entrevista Narrativa: Apresentação da proposta de pesquisa ao entrevistado, evidenciando os objetivos e os referenciais norteadores.

Proposta de Narração central:

Vamos conversar sobre o que você acha sobre a violência e depois as possibilidades de trabalhar o tema na situação de rua.

Você já vivenciou, presenciou ou lhe contaram situações de violência?

Fase de perguntas:

A quais tipos de violência as pessoas que estão em situação de rua estão suscetíveis?

E as Mulheres em situação de rua?

Quais repercussões você percebe que a violência traz a você e às pessoas em situação de rua?

Qual a relação entre ausência de moradia, falta de emprego e a situação de violência nas ruas?

Como viver na rua tem impactado na superação da violência contra a mulher?

Para você, como conhecer as histórias das mulheres em situação de rua pode transformar a realidade da violência nos contextos urbanos?

Como a violência contra a PSR pode ser trabalhada por meio de políticas públicas?

Para você, quais são os principais motivos da Violência contra MSR?

Qual é a sua opinião, como pessoa que vive na rua, sobre pesquisas que retratem as violências sobre pessoas em situação de rua?

Como você falaria da violência com as pessoas?

A que tipo de violências as pessoas que não estão nas ruas estão sujeitas?

Vivenciou/aprendeu/discutiu sobre algum tipo de violência nas ruas? Se sim, por favor comente.


Na sua opinião, como combater ou evitar a violência atualmente?

O que você acha das ações das políticas públicas (abordagem social, redutores de danos, Centros Pop, CREAS)?

Você gostaria de fazer algum comentário sobre qualquer assunto nesse momento?

Agradecemos sua participação e informamos que é muito importante para nós sua contribuição.

12 Apêndice D- Carta de Anuência



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**Subsecretaria de Assistência Social
Diretoria de Gestão do SUAS-DGAS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente -GGTEP**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que a Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) autoriza **Sérgio Rosa Neves Riani** a desenvolver o projeto de pesquisa **“Representações sociais e narrativas sobre violências contra a mulher em situação de rua: identidade de gênero e feminino”** que está sob a orientação da Profa. Dra. **Elza Machado de Melo**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte do pesquisador, dos requisitos da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de Abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a pesquisa de campo e coleta de dados prevista no projeto de pesquisa, a pesquisadora deverá apresentar à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Diretoria de Gestão do SUAS o parecer substanciado, ou documento de natureza semelhante, devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP. A informação à SUASS quanto à aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética é de responsabilidade do pesquisador interessada.

Belo Horizonte, 27 de Setembro de 2018.

Maria Alice Gomes Barboza

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável

**Maria Alice Gomes Barboza - BM 105.804-3
Gerência de Gestão do Trabalho e
Educação Permanente
GGTEP / SUASS**